

MEC
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

INFOCAPES

Boletim Informativo Vol. 6, Nº 4, outubro/dezembro 1998

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação e do Desporto
Paulo Renato Souza

Presidente da Fundação CAPES
Abílio Afonso Baeta Neves

O boletim Informativo é uma publicação técnica, editado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que se define como um veículo de divulgação das atividades do órgão e de difusão e debate de idéias sobre a pós-graduação. É também um espaço aberto à comunidade acadêmica para manifestar-se sobre temas

Editora Responsável

Gladis Calháu – Coord. Geral – CED

Conselho Editorial

Jacira Felipe Beltrão – SPP

Dênis Dutra – SIN

Sandra Mara Carvalho de Freitas – CEC

Silvia Maria Velho – SPE

NOTA: Todos os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião desta agência.

Permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

INFOCAPES -Boletim Informativo da CAPES
Vol.6 - Nº 4 - Brasília CAPES, 1998

Trimestral

ISSN 0104-415X

1. EDUCAÇÃO SUPERIOR I. Fundação
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior

CDU 378

relacionados com a formação de recursos humanos de alto nível. Divulga documentos que discutem políticas adotadas pela CAPES, estudos e dados sobre a pós-graduação, novidades, comunicados de interesse das instituições de ensino superior. Na seção “CAPES Responde” divulgam-se perguntas dos leitores e respostas da CAPES.

Equipe Técnica Editorial:

Distribuição e Cadastro de Assinaturas

Catarina Glória de Araújo Neves – ACD

Composição Gráfica

Astrogildo Brasil – ACD

Apoio Editorial

Antonio Newton da Rocha Pimenta – CED

Yuri Lopes Zinn – CED

Produção

Editora UnB

Periodicidade

trimestral

Tiragem

3.000 exemplares

Endereço para correspondência:

CAPES

Coordenação de Estudos e Divulgação Científica
(CED)

Ministério da Educação e do Desporto

Anexo II - 2º andar - Tel. (061) 410-8866

70 047-900 - Brasília – DF

e-mail – ced@capes.gov.br

ISSN 0104 - 415X

Bol.Inf., Brasília, V.6, Nº4, p.01-85 out/dez 1998

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
ESTUDOS E DADOS	6
A avaliação da pós-graduação na América Latina - necessidades e tendências	
<i>Virgílio Alvarez Aragón</i>	
DOCUMENTOS	
Documentos de Área	
Ciências Exatas e da Terra	23
Ciências Biológicas	42
Ciências Agrárias	57
Linguística, Letras e Artes	63
OPINIÃO	71
O após da Avaliação da Pós-Graduação em 1998: para onde devemos seguir	
<i>Maurício L. Barreto</i>	
INFORMES CAPES	
Mestrado Profissionalizante	74
Programa de Apoio à Integração Graduação/Pós-Graduação (Proin)- Edital 01/98 – resultados	75
Subprograma Mestrado Interinstitucional - Chamada 03/1998	76
XLV Reunião do Conselho Técnico-Científico – 14/10/98	76
XLVI Reunião do Conselho Técnico-Científico – 16/12/98	78
XVII Reunião do Conselho Superior – 14/10/98	82
CAPES RESPONDE	84

APRESENTAÇÃO

A avaliação da pós-graduação é um componente importante no processo de desenvolvimento do sistema de pós-graduação brasileiro e de outros países. Dando continuidade à análise comparada de sistemas latino-americanos de pós-graduação, objeto do trabalho de Virgílio Alvarez Aragón, iniciada no número anterior do INFOCAPES, a seção Estudos e Dados apresenta o artigo “A avaliação da pós-graduação na América Latina - necessidades e tendências”. Nesse estudo, são abordadas as diferenças e semelhanças entre os princípios e processos de avaliação, bem como sobre seus resultados conceituais e práticos, permitindo uma visão qualitativa ampla e complementar àquela procedida na caracterização dos sistemas de pós-graduação do Brasil, da Argentina e do México, no artigo já publicado.

Na seção Documentos, inicia-se a publicação em papel dos Documentos de Área das comissões de avaliação da pós-graduação de 1998 da CAPES, já disponibilizados na página da Agência na Internet. Esses Documentos contêm as considerações de cada comissão avaliadora sobre o trabalho executado e a explicitação de como os critérios gerais foram adequados às particularidades e características próprias da área do conhecimento tratada. Nesta publicação, os documentos foram agrupados segundo cada uma das grandes áreas do conhecimento, constando no presente número do INFOCAPES as Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Ciências Agrárias e Letras e Artes.

A série de considerações sobre a última avaliação da pós-graduação, apresentada na seção Opinião, traz a participação de Maurício L. Barreto, representante da área de Saúde Coletiva e membro do Conselho Técnico-Científico da CAPES. Seu trabalho, sob o título “O após da avaliação da pós-graduação em 1998: para onde devemos seguir”, mais do que tratar da situação específica da área, pondera as vantagens e desvantagens do novo sistema de avaliação, constituindo um significativo aporte para a discussão sobre os rumos e o aperfeiçoamento da pós-graduação brasileira e do processo avaliativo coordenado pela CAPES.

Na seção Informes, este número do INFOCAPES noticia as disposições estabelecidas pelo Conselho Superior da CAPES acerca do *mestrado profissionalizante*, como modalidade de formação pós-graduada que tem suscitado interesse crescente nos últimos anos. São também noticiados os resultados gerais dos processos de seleção de projetos para o edital 01/98 do Programa de Apoio à Integração Graduação/Pós-Graduação (Proin) e da Chamada 03/98 do Subprograma Mestrado Interinstitucional. Publicam-se, ainda, as sínteses das discussões e decisões registradas nas reuniões do Conselho Técnico-Científico e do Conselho Superior da CAPES, ocorridas no último trimestre de 1998.

ESTUDOS E DADOS

A AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA - NECESSIDADE E TENDÊNCIAS

Virgílio Alvarez Aragón¹

Conforme foi apresentado na primeira parte deste estudo (Aragón, 1998), observa-se que na Argentina, Brasil e México, países onde, por diferentes interesses e em diferentes circunstâncias, os cursos de pós-graduação experimentaram um período de proliferação. Tal crescimento fez com que uma preocupação com a *qualidade* dos cursos se tornasse, cada vez mais importante. Isso ocorreu, por um lado, devido ao fato de uma avaliação qualitativa da pós-graduação, a partir de certos critérios considerados como básicos e essenciais a este tipo de estudo, ser a única maneira de conhecer o nível no qual a mesma se encontra. Por outro lado, tal informação pode permitir uma distribuição mais objetiva de recursos, seja para premiar os cursos que se destacam, dentre os outros, em determinados requisitos, bem como para estimular aqueles que não alcançam ainda desempenho similar.

Embora possam haver múltiplos objetivos para uma avaliação, é certo que esta é um instrumento que permite obter, de imediato, uma visão mais ampla da oferta de cursos em um determinado sistema educacional. Portanto, o primeiro fator a ser considerado é que as avaliações devem ser realizadas de igual maneira, segundo os mesmos critérios em todos os cursos ou programas, posto que um dos objetivos é o de permitir comparações, que venham a ser utilizadas não só pelos organismos avaliadores, mas também pelos possíveis usuários dos programas: alunos, empregadores etc.

Ao propor a avaliação de instituições de ensino superior (IES), a idéia central é tentar construir um critério comum de qualidade que, supostamente, seria um produto das negociações diretas e independentes entre os responsáveis pelo gerenciamento e administração das IES, que teoricamente seriam os acadêmicos. Assim, um consenso interdisciplinar viria a definir os critérios mediante os quais a qualidade, ou *excelência*, segundo alguns, seria conceituada e observada. Contudo, essa relação interdisciplinar pode ser limitada pela imposição de critérios de qualidade por parte das áreas mais consolidadas e possuidoras de maior legitimidade frente aos órgãos responsáveis por outorgar reconhecimento a esses processos.

Ademais, o Estado, responsável pelo controle da qualidade deste tipo de ensino – e, nos casos aqui estudados, também pela maior quantidade de ofertas de cursos –, não pode se omitir da discussão sobre as formas nas quais a qualidade deve ser entendida, uma vez que é parte importante e em muitos casos decisória na mesma. Se o fizer, pode, segundo alguns, negar os espaços autônomos necessários à realização das avaliações e o bom desenvolvimento das IES.

Dessa forma, o conceito ou critério de qualidade a ser usado no momento das comparações, vem a ser construído a partir de várias deformações, a primeira delas interna aos próprios grupos acadêmicos: a conceituação de qualidade é produto de uma forma particular de ver a ciência, sua produção e ensino, pois são os grupos de “maior prestígio”, com suas maiores presença e coesão, que determinam os critérios a ser considerados.

¹ Professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
(Traduzido do original em espanhol por Yuri L. Zinn).

Outra deformação é originada do Estado: interessado no melhor aproveitamento de seus recursos, impõe, por meio de suas agências, o critério de qualidade predominante na esfera governamental. Isso restringe em parte a busca por essa “qualidade comumente aceita”, apesar da pressuposição de autonomia das instituições participantes. O conceito de qualidade que as agências governamentais consideram adequado não será, necessariamente, o mesmo adotado pelos atores internos das IES, o que significa que uma avaliação pode gerar mais insatisfações do que aceitação.

O pensamento governamental, por ser regido, por um lado, pela relação custo-benefício, e, por outro, pelas pressões do “senso comum” dos atores políticos (construído mais a partir do interesse da ação política do que da ação científica), submete o critério de qualidade a sensíveis pressões externas. Na melhor das hipóteses, seriam essas pressões do *mercado*, que por não ser um ator com representantes diretos nas negociações, aparece como um super-ator indefinido, ao qual todos se referem e ninguém conhece. Embora o mercado, em termos genéricos, possa ser entendido como “formas de intercâmbio” (Lindblom, 1977), a racionalidade econômica não tem, necessariamente, uma estrita aplicação quando se trata de questões científico-acadêmicas, uma vez que se trata de produtos e produtores imersos em uma lógica não necessariamente mercadológica, como é o caso do conhecimento.

Assim, enquanto para alguns a avaliação deve considerar questões meramente acadêmicas e de produção científica (o que ocorre por meio da compreensão de seus processos), para outros o fundamental é que os futuros empregadores se considerem satisfeitos com o produto das IES. Sob esta ótica, as avaliações deveriam identificar claramente a qualidade do que é produzido, sem se importar com a forma com que isso acontece. Possivelmente por isso, as avaliações institucionais tenham sido causa de amplos debates, tendo inclusive sido rechaçadas por amplos setores acadêmicos que consideravam que elas só serviam para castigar a criatividade, e não conseguem levar em conta as características particulares em que os cursos e suas atividades se desenvolvem. Considerada como uma racionalidade centrada em resultados e não em processos, para muitos dos atores a avaliação de IES e programas tende a satisfazer interesses privatizantes, pois supõem que os critérios a serem enfatizados priorizam a relação custo-benefício do investimento estatal, sem levar em conta o conjunto de variáveis que pode intervir nesse tipo de resultado.

Para Mollis & Bensimon (1995), “o surgimento do Estado avaliador” viria a ser uma mostra da reacomodação das relações entre os governos e as IES, resultando em que estas se tornassem burocraticamente menos regulamentadas, e mais expostas à influência dos mercados. Ou, em outras palavras, com uma perda da autonomia característica e necessária ao desenvolvimento das IES, em especial das públicas.

Ao invés de uma rejeição total aos processos avaliativos, o que ocorre é a centralização das críticas, na maioria dos casos, na sua origem e intenção política (Díaz Barriga, 1994), bem como ao caráter autoritário e centralizador (Follari, 1994) com que são conduzidas. No caso dos cursos de graduação, dentro das instituições ocorrem pressões e demandas pela intensificação das avaliações, cuja motivação seria, mais do que fazer comparações interinstitucionais, oferecer insumos para a compreensão das dificuldades que determinados cursos poderiam estar sofrendo.

No entanto, apesar dessas críticas, e pelas razões as mais diversas, as agências governamentais na Argentina, Brasil e México conduziram seus processos avaliativos, tanto nos cursos de graduação como na pós-graduação.

Devido à marcada resistência, para o caso dos cursos de graduação as avaliações são ainda incipientes. Tal é o caso do Brasil, que a partir de 1996 realiza o Exame Nacional de Cursos, conhecido também como Provão, que em 1997 avaliou 95% dos

alunos de 822 cursos de Administração, Engenharias Civil e Química, Medicina Veterinária e Odontologia (Inep,1997)¹. Informações sobre 39.617 professores foram também computadas. A grande resistência manifestada por alunos e professores, durante a primeira experiência, se viu muito diminuída durante a segunda, de modo que essa avaliação parece consolidar-se como um mecanismo de comparação e análise dos diversos cursos de graduação do país. Embora tivesse o intuito de ser uma referência para os cursos que poderiam continuar existindo e melhorar aqueles de mais baixo nível, até agora a informação só serviu para organizar um *ranking* informal. Contudo, as expectativas sobre seus resultados se refletem nos meios acadêmicos, de comunicação e na opinião pública em geral.

Além dessa iniciativa, as IES públicas brasileiras desenvolveram processos de auto-avaliação, em princípio estimulados e financiados pelos órgãos estatais. Como exemplo, em 1993 surgiu o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), organizado por uma Comissão Nacional de Avaliação, com representantes vindo de todos os tipos de IES, e que visava a uma avaliação global, voluntária, comparativa e sem prêmios ou punições, tendo avaliado 56 IES em 1994. Possivelmente, por terem sido estabelecidos por um governo de transição com vida muito curta, e apesar da participação inicial massiva, sua continuidade foi interrompida em um bom número de instituições.

O processo foi um pouco diferente na Argentina, onde a Lei Nacional de Educação Superior define, em seu artigo 44, que avaliações internas e externas devem ser empreendidas, considerando-se ambas como de vital importância, em nível de licenciatura. Contudo, não há notícia de que tais processos estejam sendo levados a cabo, possivelmente porque, embora estes tenham começado a ser desenvolvidos de maneira informal a partir de 1987, só a partir daquela lei, em 1995, que tais processos saíram da fase de debate para começar a se constituir em práticas.

Além disso, outras dificuldades para o impulso dos procedimentos acima podem ser citadas. Ao contrário de outras IES latino-americanas, as instituições universitárias argentinas possuem uma maior autonomia em relação ao poder central, e grande independência também entre as faculdades da mesma instituição², apesar de serem muito pesadas em suas bases, e com fortes influências corporativas e colegiadas na tomada de decisões.

A situação no México não é muito diferente, embora a autonomia das instituições não tenha as mesmas características e amplitude argentinas. A criação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaeva), em 1989, estabeleceu as bases para o desenvolvimento de processos para avaliação do sistema de ensino superior mexicano, em três grande áreas: auto-avaliação da IES, avaliação individual de professores e avaliação externa de programas. Em nível de graduação, os resultados não têm sido significativos, embora Ornelas (1995) assinala que a criação da Conaeva foi o ponto de partida para que as práticas meritocráticas possam substituir, ainda que de maneira insignificante, o corporativismo tradicional do ensino superior mexicano. O modelo dos anos 70, que combinava o populismo com a modernização começou a ser superado, ainda que paulatinamente e sob pressão para o controle de

¹ No México, o Centro Nacional para a Avaliação da Educação Superior (Ceneval), ONG criada em 1994 (no seu início, mantida com recursos estatais), buscou implantar procedimento similar. Atualmente, realiza exames de ingresso ao bacharelato e licenciatura, bem como o Exame Geral de Qualidade Profissional (para egressos), a pedido das IES. Contudo, até 1996 este possuía caráter muito restrito, tendo sido aplicado experimentalmente nas carreiras de Veterinária e Contabilidade.

² Como exemplo, em universidades com mais de 50.000 estudantes, o regime de admissão, permanência e promoção de estudantes é definido por cada faculdade ou equivalente.

recursos financeiros, traduzindo-se em lentos avanços em relação à dinâmica que se impõe ao processo, a partir do aparato governamental.

Relatórios externos³ e trabalhos de auto-avaliação permitiram que se abrisse o debate sobre a qualidade do ensino superior mexicano, de modo que as IES pouco a pouco começaram a desenvolver procedimentos que lhes permitam identificar suas possibilidades e limitações. Mais do que avaliar cursos, buscava-se avaliar a instituição em seu conjunto, tanto em sua forma de ensino, como em sua administração, obtendo-se um diagnóstico de processos e atividades. Assim, a avaliação específica de cursos ficava relativamente de lado, em especial no nível de licenciatura, também chamado de *pregrado*. Conquanto durante o período de 1984-89 algumas decisões tenham sido tomadas⁴, foi no governo de Carlos Salinas de Gortari (1989-94) que se impulsionaram esses processos, associando-os diretamente à alocação de recursos. Tal é o caso do Fundo para a Modernização da Educação Superior (Fomes), mecanismo pelo qual recursos adicionais foram disponibilizados, exclusivamente às IES que se comprometiam a realizar avaliações e prestar contas das mesmas.

Entretanto, após a febre avaliadora do período salinista, ocorreu um relativo esfriamento desses processos. Desse modo, embora os chamados *comités de pares* (instituídos em 1991 pela Conaeva, com fins de avaliação e assessoramento aos cursos) continuassem funcionando, as avaliações eram realizadas somente a partir de convites diretos das IES, as expectativas de que evoluíssem até se constituir em uma instituição independente e responsável pelo credenciamento dos cursos tiveram de ser postergadas.

As auto-avaliações entraram em decadência, possivelmente porque, em seu período inicial, os informes apresentados pelas IES eram “listas de carências e necessidades que somente de maneira parcial cumprem propósitos realmente avaliativos” (Fuentes Molinar, 1991). Isto impossibilitava a elaboração de indicadores comuns, e não permitiu que se seguisse um aperfeiçoamento do processo, fazendo com que as avaliações se tornassem inúteis.

Portanto, se o processo efetivamente continua, se encontra limitado pela disputa por recursos financeiros, que ao serem mais e mais escassos, o tornam menos interessante. O fato de não haver sido proposto como um processo comum e homogêneo, e por não levar à publicação de informes sistemáticos e periódicos, conferindo maior transparência ao sistema, pode ter sido a causa de seu quase total desaparecimento.

Observam-se, assim, diferentes panoramas para cada um dos países considerados. Enquanto o Brasil, com o Provão, se interessa pela qualidade de um determinado curso, no caso mexicano o esforço é por estabelecer mecanismos de racionalidade no conjunto de atividades que as IES desenvolvem. No caso brasileiro, a revisão de processos é consequência da análise de produtos e características básicas de cada oferta de estudo de uma IES; no México, o esforço tem sido em tentar compreender o todo, o que embora limite os processos comparativos interinstitucionais, permite diagnósticos mais amplos de cada IES.

Ante esse conjunto de dificuldades e contratemplos, as avaliações de cursos de pós-graduação podem ser processos modelo ou pontos de referência, para aplicação na

³ Por exemplo, o trabalho solicitado a Philip Coombs, do International Council for Educational Development (ICED) pelo governo mexicano, que sugeriu um sistema nacional para avaliação e credenciamento periódicos de universidades e institutos tecnológicos (Gil, 1991).

⁴ Citam-se a aprovação, em 1984, pela Associação Nacional de Universidades e Instituições de Ensino Superior (Anuies) do documento “A avaliação do ensino superior”, e a criação pelo governo do *Sistema Nacional de Investigación* (SNI), que avalia e premia a produção acadêmica.

graduação, como ocorre no Brasil, ou processos incluídos na avaliação geral das IES, como no México.

De qualquer forma, a questão é que nos três países em estudo as avaliações de cursos de pós-graduação, como unidades individuais para análise, começaram a se realizar de maneira dinâmica e geralmente aceita pelos grupos acadêmicos, situação que já não é a mesma em relação à graduação. Isto ocorre porque, ao contrário do que ocorre na graduação, a exigência de indicadores de produção científica não parece desmesurada para a pós-graduação, já que é comumente aceito que neste nível de estudo a pesquisa seja enfatizada. Além disso, a pós-graduação, por estar um pouco menos sujeita às pressões para oferta de “produtos para o mercado”, permite processos de avaliação menos tensionados por demandas externas.

Assim, mais do que medir a qualidade de um programa pelo domínio que os estudantes possuem do conhecimento de sua especialidade, o que se pretende saber são as condições sob as quais essa formação ocorre, com que recursos e se o programa está efetivamente alcançando as expectativas acadêmicas a que se propôs.

No nível de graduação, parece haver resistências à exposição de diferenças entre os cursos, defendendo-se a liberdade de cada IES para apresentar sua ofertas. Na pós-graduação, esse argumento parece não dispor de muitos defensores, possibilitando que nos três países o processo avaliativo produza, como resultado imediato, uma estratificação dos cursos e, como consequência, das IES que os oferecem. Embora as informações prestadas para esta avaliação não sejam suficientemente amplas e conclusivas, seu exame mais detalhado pode permitir análises gerais e pouco específicas, como a classificação de Lucio (1997) dos cursos de pós-graduação na América Latina.

Nos três países, os cursos de especialização foram deixados de fora dos processos avaliativos da pós-graduação, concentrando-se os esforços nos mestrados e doutorados, o que os torna cursos “nobres” neste nível de ensino. Como efeito, os cursos *lato sensu* se desenvolveram de maneira muito mais desorganizada, vindo a ser considerados – como no Brasil – cursos de segunda categoria, priorizados mais como projetos profissionalizantes do que por aqueles com intenções mais científicas.

O Brasil, dentre os três países de estudo, é aquele com experiência avaliativa mais antiga e consolidada, que, em 1998, será efetuada pela 13^a vez. Inspirada nos modelos de avaliação norte-americana, empreendidos pelo *Council of Graduate Schools* e *American Council of Education* (Spagnolo, 1997), a avaliação da pós-graduação brasileira é conduzida bianualmente pela CAPES desde 1975, atualmente funcionando com 42 comissões específicas e subáreas do conhecimento. A partir de relatórios comuns preenchidos pelos programas, mas elaborados e distribuídos pela CAPES, as comissões de renomados especialistas de cada sub-área procedem a avaliação, com base em critérios e parâmetros estabelecidas por elas próprias, porém com orientações gerais pela agência. Dessa forma, é possível avaliar com a especificidade necessária a produtividade científica-intelectual do programa e sua relação com a proposta do curso, eixo central do processo, de acordo com o grau de desenvolvimento de cada subárea. Assim, não há espaço privilegiado para a auto-avaliação, sendo também pouco analisado o exercício docente propriamente dito, não existindo avaliações do professor por parte dos alunos.

O interesse primordial do processo é fazer comparações entre curso de mesma área, para assim poder melhor orientar políticas para o subsistema de pós-graduação. Com a atribuição de notas aos cursos, de acordo com seu grau de qualificação, constitui-se um certo tipo de *ranking*. Logicamente, e ainda que esse não seja o elemento central da avaliação, os programas melhor avaliados obtêm maior acesso a

recursos, tanto em bolsas de estudo como para seus projetos e atividades, tanto dentro da CAPES, quanto no Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), que é a agência de fomento à ciência e tecnologia mais importante do país.

Nos outros dois países, os processos de avaliação são muito mais recentes, e tendem a ser organizados de maneira um pouco diferente. Na Argentina, a primeira avaliação se realizou entre março de 1995 e 1996, e buscava diferenciar os cursos de maneira relativamente semelhante ao que ocorre no Brasil, com a atribuição de notas, enquanto no México somente se estabeleceu a diferença entre cursos de excelência e não-excelência.

A avaliação da pós-graduação no México também é de origem recente, pois começou a ser implementada a partir de 1991, por ação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (Conacyt). Foi uma consequência direta dos Diagnósticos da Pós-Graduação Nacional, realizados em 1984 e 1988, que detectaram, dentre outras debilidades, baixos índices de titulação, excessiva duração dos cursos e baixo número de professores com dedicação exclusiva (Valenti, 1997). Por parte do governo federal, a exigência pela avaliação aparece de maneira mais delineada no Programa para a Modernização Educacional (1989-94), onde já se notava, segundo Ornelas (1997), uma clara disposição em “avaliar permanentemente o sucesso e processo da educação superior”. Contudo, como já se assinalou acima, os processos estavam sendo inconstantes e essa proposta não incluiu de maneira específica a pós-graduação.

Como também pode ser notado no caso argentino, a avaliação no México caminha para um sistema de semicredenciamento, pois os conceitos de Aprovado (ou de excelência), Condicionado e de Não-Aprovado levam a que os cursos aprovados sejam os únicos que possuam reconhecimento institucional, e, portanto, tenham direito a apoio e subsídios. No entanto, o credenciamento na Argentina é muito mais estrito, pois ficou claramente regulamentado que o mesmo possui uma vigência máxima de seis anos. No Brasil, a avaliação não é propriamente um instrumento de credenciamento, sendo este mais como que um requisito prévio para aquela. Sem o reconhecimento pela CAPES, nenhum curso de mestrado ou doutorado pode concorrer a recursos públicos, como bolsas e apoio a projetos. Situação diferente vivem as especializações, que não necessitam de reconhecimento pela CAPES, não existindo tampouco um processo avaliativo, conforme já assinalado.

À semelhança do Brasil, ainda que com menor rigor e sistematização, a avaliação no México também está centrada na produção científico-acadêmica dos professores. Embora seja também levado em conta o desempenho dos estudantes, a dedicação integral e o nível de doutorado do corpo docente, o fato de que os professores sejam pesquisadores ativos do *Sistema Nacional de Investigación* (SNI) é uma questão fundamental, que lhes exige demonstrar periódica e individualmente o nível e a quantidade de sua produção⁵. Aliado a isso, o fato de que desde a instância estatal seja estimulada a avaliação individual de professores, com a intenção específica de “distribuir emolumentos especiais de produtividade aos professores” (Kent, 1997), faz com que os esforços individuais por incentivos (sejam do SNI ou de bolsas por desempenho) se traduzam somente de forma indireta aos cursos, já que a sua obtenção não está associada à participação em um programa de excelência ou não.

⁵ O Conacyt criou, em 1984, um sistema de credenciamento e premiação de pesquisadores (o SNI). Os acadêmicos apresentam sua produção a comissões de examinadores; uma vez considerada adequada, permite o acesso a outros níveis do sistema e a um apoio financeiro automático. Contudo, essa avaliação é constantemente criticada por dar mais peso à quantidade da produção, em vez de exigir a qualidade como requisito indispensável (Pérez, 1997).

Enquanto no Brasil a avaliação de cursos é uma obrigação para sua existência – nenhum programa pode se recusar a ser avaliado –, na Argentina a primeira avaliação passou a ser voluntária. É interessante notar que, enquanto quase todos os programas de pós-graduação oferecidos por universidades públicas solicitaram ser avaliados, somente 11% daqueles oferecidos por universidades o fizeram (Marquis, 1997).

A voluntariedade no caso argentino tem como ponto de partida que o programa tenha realizado sua própria auto-avaliação. Contudo, essa visão se viu comprometida pelo fato de que somente os cursos que obtivessem notas A ou B poderiam receber bolsistas do Programa de Formação Docente e do Fundo para o Melhoramento da Qualidade Universitária (Fomec). Além disso, somente os cursos A receberiam bolsas para estudantes que não fossem membros do corpo acadêmico, e que, portanto, não poderiam optar por outro tipo de bolsas, o que fez com que todos aqueles programas que pretendiam ter bolsistas do Fomec se vissem incentivados a participar do processo avaliativo. A participação nesses processos se traduz, assim, para um bom número de cursos, em uma prática quase obrigatória para sua sobrevivência.

No caso do México, a situação é um pouco semelhante à da Argentina, pois embora não exista uma exigência formal em participar das avaliações, somente os cursos avaliados como de excelência são habilitados a receber bolsistas do Conacyt ou de outras instâncias governamentais, bem como para demandar apoio financeiro para seus projetos.

Toma-se claro, portanto, que os processos da avaliação nesses dois países tem tido como suporte e limitação o fato de terem sido planejados como estímulo ao acesso a recursos financeiros, mais do que escassos em momentos de políticas de ajuste. Assim, para alguns críticos (Krotsch, 1997) isso se traduziria em limitações ao desenvolvimento autônomo dos cursos e instituições, pois o comportamento dos mesmos seria dessa forma induzido. Contudo, é claro que sem esse estímulo os programas de pós-graduação muito dificilmente se exporiam a uma avaliação, necessária não só para estabelecer comparações dentro da mesma área de conhecimento, mas também, e talvez o mais importante, para reordenamento e progresso do próprio curso.

Por outro lado, é na Argentina que o apoio ao ensino de pós-graduação – e portanto de sua avaliação – se encontra, de maneira formal e legal, em relação mais íntima com o interesse estatal em melhorar a capacitação do pessoal docente de suas IES, já que as bolsas para formação docente só são designadas aos cursos com mais alta qualificação (A e B).

Na Argentina, e como se intentou no Brasil com a aprovação da LDB, o sistema de educação superior se dividiu, segundo a Lei de Educação Superior n. 24.521, de 07/07/96, em um subsistema universitário e outro não universitário, sendo parte inerente das funções daquele “formar e capacitar cientistas, profissionais, docentes e técnicos...”. Com isso, a pós-graduação tem uma forte vinculação com a formação de docentes para o nível superior, o que se torna mais claro se se leva em conta que boa parte das bolsas oferecidas pelo Fomec para a pós-graduação é vinculada à formação docente, programa do qual só participam os cursos conceituados como A ou B.

Essa tendência é também observável no Brasil, onde a CAPES oferece uma modalidade de bolsas para professores de instituições públicas e privadas possam realizar cursos de pós-graduação em programas de outras IES, que tenham obtido conceitos A e B, ou em muito poucos casos, C. Embora em seu início o programa de bolsas da CAPES tivesse uma orientação altamente centrada na formação de docentes de IES públicas, atualmente já não existe maior pressão para que os cursos sejam programas de formação docente. Enquanto na Argentina a formação docente é uma

característica definitiva da instituição universitária, amparada em lei, no Brasil não existe uma exigência tão taxativa.

Finalmente, no México não existe uma vinculação direta entre a pós-graduação e formação docente, não havendo, nesse sentido, programas específicos, como na Argentina e Brasil. O que possivelmente impediria regulações unificadoras, como nos outros dois países, seria o fato de o sistema de ensino superior possuir certa descentralização, e ainda que as IES dependam de recursos da Federação, organicamente se encontram muito mais vinculadas aos governos estaduais. Isso não impede que algumas universidades, por decisão própria, possuam seu próprio sistema de estímulo à formação de seus docentes, o que não se traduz em melhora dos programas aos quais os docentes se dirigem.

Resultados das avaliações

No Brasil, o processo de avaliação da pós-graduação está consolidado e goza do reconhecimento e aceitação por parte de setores acadêmicos e políticos. Por outro lado, a situação não é similar na Argentina e México, pois embora os processos contem com amplo reconhecimento e aceitação, os níveis de participação são ainda muito baixos.

No caso do México, apesar de que os processos de avaliação da pós-graduação datem de 1991, o ritmo de ampliação da cobertura é muito lento, tendo decrescido a partir do início do atual governo, o que se deve especialmente à limitação de políticas de incentivo causada pela crise econômica de 1995. Como se nota nos Quadros 1 e 2, os cursos que em 1994 não foram avaliados ou não considerados de excelência, correspondiam a 71% dos mestrados e 41% dos doutorados.

QUADRO 1. Proporção de cursos de mestrado, por nível de qualidade e natureza das IES.

Qualidade	Argentina			Brasil*			México		
	Públicas	Privadas	Total	Públicas	Privadas	Total	Públicas	Privadas	Total
Excelente	20 7%	-	20 5%	74 69%	69 3%	809 69%	285 35%	23 10%	308 29%
Média	39 14%	6 5%	45 11%	156 15%	13 12%	169 14%			
Baixa	31 11%	2 2%	33 8%	30 3%	6 5%	36 3%			
Sem avaliação	193 68%	116 93%	309 76%	136 13%	22 20%	158 14%	523 65%	216 90%	739 71%
Total	283 70%	124 30%	407 100%	1062 91%	110 9%	1172 100%	808 77%	239 23%	1047 100%

NOTA: Considerando que o sistema de avaliação no Brasil possui um maior número de qualificações, para fazer possíveis as comparações assume-se como de excelência os cursos com notas A e B, como de média qualidade os que obtiveram C, e como de baixa qualidade os D e E. Como na Argentina existem três qualificações, os considerados na avaliação como A ou AN (novos de alta qualidade) são aqui contabilizados como de excelência, B e BN como de média e C e CN como de baixa. No México não existem valores intermediários, pois os catálogos só se referem aos considerados como de excelência.

Fontes: Argentina: MCE, 1997. Brasil: CAPES, 1996. México: Anuiés, 1994.

Situação semelhante ocorre na Argentina. É necessário contudo ressaltar que o processo nesse país é muito mais recente, e que se na primeira tentativa 76% dos mestrados e 69% dos doutorados deixaram de participar, a dinâmica e os mecanismos da avaliação se mantêm e espera-se que em poucos anos a mesma seja quase universal. As grandes diferenças proporcionais no caso dos doutorados podem ser devidas ao fato

de que esse nível vinha sendo impulsionado pelas IES desde algum tempo, sendo os mestrados de implantação mais recente. Essa situação é diametralmente oposta à do México, onde os doutorados são os que mais recentemente se institucionalizaram e se multiplicaram. Isso conduz a que, enquanto na Argentina os doutorados de IES privadas são 92% do total, no México só alcançam 12%.

QUADRO 2. Proporção de cursos de doutorado, por nível de qualidade e natureza das IES.

Qualidade	Argentina			Brasil			México		
	Públicas	Privadas	Total	Públicas	Privadas	Total	Públicas	Privadas	Total
Excelente	41 27%	-	41 17%	419 75%	42 79%	461 76%	119 65%	3 12%	122 59%
Média	25 17%	-	25 10%	40 8%	3 6%	43 7%	-	-	-
Baixa	6 4%	3 3%	9 4%	7 1%	2 4%	9 1%	-	-	-
Sem avaliação	77 52%	88 97%	165 69%	92 16%	6 11%	98 16%	63 35%	22 88%	85 41%
Total	149 62%	92 38%	240 100%	558 91%	53 9%	611 100%	182 88%	25 12%	207 100%

Fontes: Argentina: MCE, 1997. Brasil: CAPES, 1996. México: ANUIES, 1994.

Como o processo foi estruturado de maneira tal que se encontra centrado na produção acadêmica dos professores, e a motivação principal é a distribuição de recursos, torna-se claro que o setor privado (majoritário na Argentina e México) não se interessa pela avaliação. Isso ocorre não por desinteresse em obter recursos, mas há uma percepção dentro do setor de que as IES não preenchem os requisitos necessários para participar do processo.

O caso brasileiro, ao contrário, apresenta porcentagens muito menores de cursos não avaliados. Na avaliação de 1996, foram 13% dos mestrados e 16% dos doutorados, em sua maioria por serem de criação recente, ou porque não puderam ser incluídos no processo, ou ainda por que no biênio 1995-96, ao qual se refere a avaliação, não realizaram atividade docente ou se reestruturaram.

Embora a avaliação da pós-graduação tenda a institucionalizar-se nesses três países, ainda falta um longo caminho a ser percorrido, especialmente na Argentina e México. Contudo, segundo os dados das últimas avaliações, podem-se fazer algumas inferências. Uma delas é que uma boa porcentagem dos cursos avaliados pode ser considerada como de qualidade mediana a boa, sendo baixa a proporção de programas de baixa qualidade. Se se levam em conta dados locais, a situação é um pouco diferente, pois enquanto no Brasil foram utilizados cinco níveis em 1997, na Argentina há apenas três conceitos, e no México as informações só fazem referência àqueles que foram avaliados como de excelência.

Quadro 3. Instituições com maior número de cursos de mestrado de excelência, por país e região

País	Maior concentração de mestrados			Segunda maior concentração				Terceira maior concentração						
	Total	Cursos de excelência	Cidade	IES	Cursos	Cursos de excelência	Cidade	IES	Cursos	Cursos de excelência	Cidade	IES	Cursos	Cursos de excelência
Argentina	407	20 5%	Capital Federal (157)	UBA	32	2	Região Bona-rensense (78)	UNPL	30	2	Córdoba (46)	UNC	21	--
Brasil	1172	809 69%	São Paulo Capital (200)	USP	129	113	São Paulo Interior (227)	USP	67	61	Rio de Janeiro ⁺ (196)	UFRJ	82	69
México	1047	308 29%	México D. F. (289)	Unam	95	59	Nuevo León (108)	UANL	49	13	Estado de México ⁺ (90)	Cposg	19	13
				IPN	67	37		ITESM*	31	8		Unam	15	5
				Ibero*	18	5						Uaemex	18	4
												Anahuac*	11	1

Símbolos de IES: Argentina: UBA- Universidad de Buenos Aires; Belgrano- Universidade de Belgrano; UNPL- Universidad Nacional de la Plata; UNC- Universidade Nacional de Córdoba. Brasil: USP- Universidade de São Paulo; PUC/SP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Unesp- Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”; Unicamp- Universidade Estadual de Campinas; UFRJ- Universidade Federal de Rio de Janeiro. México: Unam-Universidad Nacional Autónoma de México; IPN- Instituto Politécnico Nacional; IBERO- Universidad Iberoamericana; UANL- Universidad Autónoma de Nuevo León; ITESM- Instituto Técnico y de Estudios Superiores de Monterrey; CPOSG- Colegio de Posgraduados; Uaemex- Universidad Autónoma del Estado de México; Anahuac- Universidad Anahuac.

* Privadas com maior número de cursos na cidade ou região. + Referência ao estado ou província como um todo e não só a sua capital; o número entre parênteses indica o número total de cursos oferecidos na cidade, estado ou província.

Quadro 4. Instituições com maior número de cursos de doutorado de excelência, por país e região

País	Total		Maior concentração de doutorados				Segunda maior concentração				Terceira maior concentração			
	Cursos de excelência	%	Cidade	IES	Cursos	Cursos de excelência	Cidade	IES	Cursos	Cursos de excelência	Cidade	IES	Cursos	Cursos de excelência
Argentina	240	41 17%	Capital Federal (75)	UBA Univ. Salvador*	20 19	13 3(c)	Región Bona- rense (78)	UNPL	13	4	Córdoba (27)	UNC	18	6
Brasil	611	461 75%	São Paulo Capital (171)	USP PUC/SP*	124 11	111 3	São Paulo Interior (164)	USP Unicamp Unesp	49 59 46	45 38 35	Rio de Janeiro + (105)	UFRJ	61	45
México	207	122 58%	México D. F. (100)	IPN Unam IBERO*	32 45 8	31 15 1	Nuevo León (22)	UANL ITESM*	15 6	7 2	Estado de México + (9)	Cposg Anahuac*	6 1	5 --

* Privadas com maior número de cursos na cidade ou região. + Referência ao estado ou província como um todo e não só a sua capital; o número entre parêntesis indica o número total de cursos oferecidos na cidade, estado ou província.

Se em um mesmo país o nível de excelência não é igual, quando se trata de cursos de Ciências Humanas ou Exatas, as comparações entre países são ainda mais complexas. No entanto, e sem esquecer essa limitação, é possível afirmar que os cursos de qualidade são em sua grande maioria oferecidos por IES públicas. Isso leva a pensar que, em curto a médio prazo, o desenvolvimento e consolidação da pós-graduação depende muito de como os agentes público-estatais encaram o processo de formação de cientistas e técnicos de alto nível, pois o papel do setor privado é mais que deficitário. Enquanto as grandes cidades constituem os focos de concentração da pós-graduação, as megainstituições são as que concentram alto número de cursos, e conseqüentemente, aqueles considerados de excelência (quadros 3 e 4). Guardadas as proporções, é possível estabelecer que as mega-instituições de cada país concentram a maior oferta de cursos, vindo a ser em boa medida responsáveis por seu desenvolvimento, pois, por seu tamanho e diversidade, as mudanças que nelas se produzem impactam as demais IES.

A Universidade de São Paulo (USP) oferece 22% dos mestrados de melhor qualidade no Brasil, e no doutorado sua importância é ainda maior, com 34%. Tal participação não é semelhante nos outros dois países: no caso argentino, a Universidade de Buenos Aires (UBA), embora possua 10% dos mestrados avaliados como excelentes, é responsável por 32% dos doutorados desse tipo, o que a torna o centro do desenvolvimento científico e tecnológico do país. No México a situação é um pouco diferente, pois embora as duas maiores IES sejam públicas, para os mestrados a Universidade Autônoma do México (Unam) é responsável por 22% dos cursos excelentes, enquanto o Instituto Politécnico Nacional (IPN) possui 26% dos doutorados de excelência.

A diferença entre instituições públicas de alta concentração e as que lhes seguem são relativamente grandes nos casos do Brasil e México. Enquanto no primeiro a Unesp e Unicamp oferecem juntas um pouco mais do que total de mestrados e doutorados que USP em seu *campus* central, no México a importância numérica da Universidade Autônoma de Nuevo León (UANL) é muito menor, quando comparada à Unam e ao IPN. Na Argentina, por outro lado, se a importância dos mestrados da Universidade Nacional de La Plata (UNPL) é tão grande quanto a da UBA, no caso dos doutorados esta última é muito mais relevante.

O anterior permite concluir, portanto, que junto ao fato de que é nas IES públicas onde se oferece o maior número de cursos de alta qualidade, as instituições maiores e mais tradicionais de cada país concentram o maior número de cursos e os de melhor qualidade. Com isso, fica claro que as políticas de descentralização, para serem efetivas, devem levar em conta o peso e a importância dessas mega-instituições, pois que o número e qualidade de cursos se encontram diretamente associados ao tamanho da IES e sua localização em um grande centro urbano. Assim, reverter uma tal tendência exigiria um alto uso de recursos e políticas altamente planejadas.

No Brasil, essa situação é muito mais complexa, pois, no que se refere à pós-graduação, as três maiores instituições são mantidas com recursos estaduais, sendo mínima a interferência do poder central. Se na Argentina e México o esforço do poder executivo nacional é responsável por essa parte do sistema, no caso brasileiro é a riqueza e poder econômico do Estado de São Paulo que substitui o governo federal. As IES federais, conquanto concentrem grande número de cursos, muitos de alta qualidade, em termos individuais somente as mais importantes (UFRJ, UFMG e UFRS) se assemelham às paulistas.

Quadro 5. Cursos de mestrado, por área de conhecimento e qualidade.

ÁREA	ARGENTINA					BRASIL					MÉXICO				
	Exc.	Méd.	Baixa	Sem nota	Total	Exc.	Méd.	Baixa	Sem nota	Total	Exc.	Méd.	Baixa	Sem nota	Total
Ciências Exatas	5%	19%	19%	57%	37	69%	14%	3%	14%	152	45%	-	-	55%	119
Ciências Biológicas	22%	22%	11%	45%	9	69%	12%	4%	15%	124	72%	-	-	28%	83
Engenharias	19%	10%	4%	67%	49	63%	16%	2%	19%	124	38%	-	-	70%	134
Ciências da Saúde	3%	2%	2	93%	40	74%	12%	3%	11%	273	13%	-	-	87%	88
Ciências Agrárias	13%	26%	8%	53%	38	74%	16%	3%	7%	145	47%	-	-	53%	88
Sociais Aplicadas	-	6%	6%	88%	125	64%	18%	1%	17%	100	11%	-	-	89%	273
Ciências Humanas	1%	13%	13%	73%	93	70%	16%	3%	11%	166	22%	-	-	78%	246
Letras e Artes	-	10%	-	90%	10	70%	18%	6%	6%	66	50%	-	-	50%	16
Outras	-	-	-	-	6	18%	5%	5%	72%	22	-	-	-	-	-
Totais	5%	11%	8%	76%	407	69%	14%	3%	14%	1172	29%	-	-	71%	1047

NOTA: As comparações foram feitas de acordo com o explicitado para o Quadro 1.

Fontes: Argentina: MCE, 1997. Brasil: CAPES, 1996. México: Anuies, 1994.

Quadro 6. Cursos de doutorado, por área de conhecimento e qualidade.

ÁREA	ARGENTINA					BRASIL					MÉXICO				
	Exc.	Méd.	Baixa	Sem nota	Total	Exc.	Méd.	Baixa	Sem nota	Total	Exc.	Méd.	Baixa	Sem nota	Total
Ciências Exatas	32%	25%	9%	34%	53	69%	10%	2%	19%	91	65%	-	-	35%	49
Ciências Biológicas	30%	25%	5%	40%	20	60%	14%	3%	23%	78	79%	-	-	21%	43
Engenharias	56%	11%	-	33%	18	72%	10%	2%	17%	60	65%	-	-	35%	17
Ciências da Saúde	6%	6%	-	88%	16	80%	8%	2%	10%	173	39%	-	-	61%	13
Ciências Agrárias	31%	8%	-	66%	13	88%	2%	-	11%	56	61%	-	-	39%	18
Sociais Aplicadas	2%	-	-	98%	41	82%	-	-	18%	33	26%	-	-	74%	19
Ciências Humanas	4%	4%	5%	87%	57	79%	-	1%	20%	77	46%	-	-	54	39
Letras e Artes	-	5%	-	95%	21	89%	6%	-	5%	36	67%	-	-	33%	9
Outras	-	-	-	-	1	14%	-	-	86%	7	-	-	-	-	-
Totais	17%	10%	4%	69%	240	75%	7%	2%	16%	611	59%	-	-	41%	207

NOTA: As comparações foram feitas de acordo com o explicitado para o Quadro 1.

Fontes: Argentina: MCE, 1997. Brasil: CAPES, 1996. México: Anuies, 1994.

Embora seja clara a dificuldade de comparar processos avaliativos relativamente consolidados, como o do Brasil, com outros iniciados mais recentemente, é interessante notar que enquanto 69% dos mestrados e 75% dos doutorados brasileiros foram classificados em nível de excelência (A e B, em 1996), na Argentina essa proporção é, respectivamente, de 5 e 17%, e no México de 29 e 59%. Esses números permitem concluir que, em termos comparativos, é no nível de doutorado que se realizam maiores esforços para estabelecer programas de alta qualidade.

Quando se procura analisar os resultados a partir das áreas de conhecimento, descobrimos que para cada país existem áreas que podem ser consideradas como altamente consolidadas, já que possuem grande número de cursos que não só aceitam ser avaliados, como apresentam altos resultados. Como mostram os quadros 5 e 6, na Argentina as Ciências Biológicas, ainda que possuam poucos cursos, mostram 22% de mestrados e 30% de doutorados de excelência, sendo importante ressaltar que na área de Engenharias, 56% dos cursos deste nível tiveram essa avaliação, com cerca de 33% com recusa em participar das avaliações.

No México, essas áreas apresentam comportamento semelhante, embora a área de Ciências Biológicas seja aquela onde a avaliação é muito mais comum e resultado de excelência predominante. Por outro lado, no Brasil, quando se reúnem os cursos em ordem de qualidade, as proporções são altas em todas as áreas, mas destacam-se as áreas de Ciências Biológicas e Engenharia.

Quando se consideram, inversamente, as áreas de menor avaliação e rendimento, nota-se, segundo os mesmos quadros, que na Argentina são as áreas de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde onde existe um menor interesse em participar das avaliações, apesar do número relativamente alto de cursos, em especial de C. Humanas. Um comentário à parte merece a área de C. Sociais Aplicadas, onde nenhum dos mestrados alcançou o nível de excelência.

Comportamento semelhante é observado no México, onde, com exceção das Ciências Exatas, as três áreas supracitadas são as de mais baixa participação nas avaliações. Quando se examina a situação no Brasil, a situação é um pouco diferente, pois são as engenharias que ocupam o último lugar, com relação à proporção de mestrados de alta qualidade.

A situação não é muito diferente no caso dos doutorados, embora na Argentina os cursos de doutorado em C. Exatas apresentem resultados muito melhores do que os mestrados, apesar de serem estes em maior número. No México, nas áreas de C. Sociais Aplicadas, Humanas e da Saúde a situação é semelhante, sendo, contudo, mais equilibrada. Os doutorados no Brasil são muito mais homogêneos, estando apenas 39% dos cursos na área de C. Biológicas no nível de excelência (A e B).

Os dados acima permitem algumas conclusões. No caso do Brasil, quando se reúnem os grupos avaliados com A e B, as diferenças entre as áreas e cursos são pouco significativas, o que pode levar à conclusão de que existem poucos cursos de média ou baixa qualidade. Isso conduz a uma importância crescente da diferenciação entre os de maior (A) e menor excelência (B). Podem-se, portanto, levantar duas suposições complementares: ou a pós-graduação caminha a um alto nível de qualidade na grande maioria dos cursos, ou os instrumentos de avaliação começam a ser pouco discriminantes, já que não permitem maior diferenciação, tanto entre cursos de uma mesma área, como de áreas diferentes. Se há uma tendência para que menos de 30% dos programas venham a ser considerados como de média a baixa qualidade, o processo de avaliação estaria caminhando a um simples mecanismo de acreditação, como no caso mexicano, onde não é possível estabelecer diferenças conceituais entre os chamados cursos de excelência.

Outra conclusão à qual essas informações podem levar é que, inegavelmente, em cada um desses países existem grupos profissionais mais vinculados à profissão acadêmica que outros. Enquanto alguns, como os de C. Biológicas na Argentina e no México, e os de Saúde, no Brasil, conseguiram estabelecer fortes critérios de qualidade, em outras áreas essa situação é muito mais relaxada. Isso ocorre devido a um baixo interesse pela avaliação, ou a uma baixa proporção de cursos excelentes. Seja qual for a razão, a realidade é que, enquanto em algumas áreas os critérios de produção e qualidade acadêmica estão mais generalizados, em outras isso só acontece em poucos programas, em sua maioria de instituições públicas e com maior leque de oferta de pós-graduação.

Para finalizar, vale a pena destacar que, embora os processos de avaliação ainda não tenham se consolidado da mesma forma nos três países, nota-se uma tendência a torná-los inerentes aos mecanismos de diferenciação e organização dos sistemas de ensino superior. Da mesma forma, considerando as diferenças próprias de cada país, torna-se claro que a avaliação da pós-graduação se desenvolveu com muito mais rapidez do que a da graduação. Isso permite pensar que os grupos acadêmicos daquele nível são mais dispostos a participar desse tipo de processo, possivelmente porque nos casos onde os resultados são vinculados à ampliação da disponibilidade de recursos, começa a haver uma competição clara, e portanto legítima, pelos mesmos. É claro que nem todas as áreas do conhecimento vivem situações semelhantes, pois enquanto algumas podem ser vistas como possuindo uma posição acadêmica consolidada, com alta proporção de cursos avaliados e de excelência, outras estão em situação completamente oposta. Embora em alguns casos as circunstâncias coincidam para dois dos três países (caso das C. Biológicas na Argentina e México), para outras o comportamento ainda não é *continental*, sendo restrito a um país, em alguns casos a uma região ou a até instituições determinadas.

Restam, contudo, algumas perguntas que necessariamente só poderão ser respondidas no futuro. Será que o subsistema de pós-graduação rumará para uma clara e definitiva diferenciação em relação à graduação? Será que somente nas IES públicas, em especial as maiores, a cultura da pós-graduação virá a ter uma clara e definitiva importância? Se é assim, é possível pensar que no futuro teremos nas instituições privadas e públicas de menor porte uma graduação menos vinculada aos critérios majoritariamente adotados na pós-graduação? As respostas a todas essas questões dependerão da maneira como os diferentes Estados enfrentem o processo de formação e constituição de seus grupos acadêmicos e científicos, de modo que o futuro das IES está, mais do que nunca, vinculado às políticas públicas que nesse sentido venham a ser estabelecidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUIES (ASOCIACIÓN NACIONAL DE UNIVERSIDADES E INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR) **Catálogo de Posgrado 1994**. México, 1994.

ARAGÓN, V. A. Pós-graduação na América Latina – situação e características. **Infocapes**, Brasília, v. 6, n. 3, pp. 7-23, 1998.

DIAZ BARRIGA, A. La evaluación universitaria en el contexto del pensamiento neoliberal. In: Puiggrós & Krottsch, 1994 (Eds.) **Universidad y Evaluación: Estado del Debate**. Buenos Aires, Rei Argentina, 1994.

- FOLLARI, R. Los retos del sigloXXI ante el Estado Evaluador. In: Puiggrós & Krotsch, 1994 (Eds.) **Universidad y Evaluación: Estado del Debate**. Buenos Aires, Rei Argentina, 1994.
- FUENTES MOLINAR, O. Las cuestiones críticas. Una propuesta de agenda. **Universidad Futura**, Universidad Autónoma Metropolitana- Azcapotzalco, México-DF, v. 3, n. 8-9, 1991.
- CAPES - FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Avaliação da Pós-Graduação 1996**. Ministério da Educação e do Desporto, CAPES, Brasília, DF, 1996.
- INEP-MEC **Exame Nacional de Cursos: Relatório Síntese 1997**. Brasília, MEC, 1997.
- KENT, R. Las políticas de evaluación. . In: Kent, R. (Ed.) **Los temas críticos de la Educación superior en América Latina, v. 2. Los años 90 - Expansión privada, evaluación y posgrado**. Chile, Flacso; México, UAS y Fondo de Cultura Económica, 1997.
- LINDBLOM, C. **Politics and markets: the world's political-economic systems**. Nova York, Basic Books, 1977.
- LUCIO, R. Políticas de posgrado en América Latina. In: Kent, R. (Ed.) **Los temas críticos de la Educación superior en América Latina, v. 2. Los años 90 - Expansión privada, evaluación y posgrado**. Chile, FLACSO; México, UAS y Fondo de Cultura Económica, 1997.
- MCE - Secretaría de Políticas Universitarias. **Guía de Posgrado 1997**. Buenos Aires, 1997.
- MOLLIS, M.; BENSIMON, E. Crisis, calidad y evaluación de la educación superior desde una perspectiva comparada: Argentina y Estados Unidos. **XIX LASA Congress**, Washington D.C., 1995 (Mimeo).
- ORNELAS, C. Evaluación y conflicto en las universidades mexicanas. **XIX LASA Congress**, Washington D.C., 1995 (Mimeo).
- SPAGNOLO, F. Análise e perspectivas do modelo brasileiro de avaliação da pós-graduação: ajustes, inovações e alternativas. **XX LASA Congress**, Guadalajara, 1997 (Mimeo).
- VALENTI, G. Venticinco años de política hacia el posgrado en México: Una visión panorámica. **XX LASA Congress**, Guadalajara, 1997 (Mimeo).
- MARQUIS, C. Los posgrados y su evaluación en la Argentina. Mimeo **XX LASA Congress**, Guadalajara, 1997 (Mimeo).

KROTSCH, P. El peso de la tradición y las recientes tendencias a la privatización en la universidad Argentina: hacia una borrosa relación público-privado. **XXI congreso de ALAS**, São Paulo, 1997 (Mimeo).

DOCUMENTOS

DOCUMENTOS DE ÁREA

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

ÁREA DE AVALIAÇÃO: MATEMÁTICA / PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA

Áreas básicas: Matemática; Matemática Aplicada; Probabilidade e Estatística; Estatística; Probabilidade e Estatística Aplicadas

Comissão de Avaliação - Consultores

Hermano Frid Neto - UFRJ – RJ; Jefferson Antônio Galves - USP – SP; Jorge Guillermo Hounie - UFSCAR – SP; Ketí Tenenblat - UnB – DF; Luquesio Petrola de Melo Jorge - UFC – CE; Mário Jorge Dias Carneiro - UFMG – MG; Mauro Sergio de Freitas Marques - Unicamp – SP; Miguel Angel Alberto Ferrero - UFRGS - RS

1. Sistemática dos trabalhos

A avaliação da área de Matemática/Probabilidade e Estatística foi realizada em maio de 1998, por uma comissão formada por um total de oito membros, especialistas das áreas de Álgebra, Análise, Geometria e Topologia, Matemática Aplicada, Probabilidade e Estatística.

Foram avaliados um total de 23 programas de Matemática e 6 programas de Estatística.

Os documentos utilizados na avaliação foram os seguintes: Relatório DataCAPES, Relatórios dos Cursos, lista de pesquisadores bolsistas do CNPq, lista dos artigos dos orientadores de doutorado resenhados no Math Reviews, trabalhos publicados em periódicos especializados, nos últimos 5 anos, que resultaram de teses de doutorado.

2. Parâmetros utilizados

A Comissão Avaliadora utilizou os seguintes parâmetros como principais indicadores no julgamento dos programas:

a) Produção científica em Matemática/Probabilidade e Estatística publicada por meio de livros ou de periódicos de circulação internacional com revisor científico.

Foram analisados os seguintes aspectos: distribuição pelas principais áreas dos programas, qualidade dos veículos de publicação e relação de trabalhos publicados e o número de membros do núcleo de referência docente (NRD6). Foi utilizado como índice de referência o índice internacional em Matemática de 0,5 trabalhos por docente por ano.

Não foram considerados para efeito de avaliação, as publicações na área de educação matemática e nos periódicos considerados inadequados para a área de matemática.

b) Corpo docente

Com respeito à constituição do corpo docente foram considerados membros do NRD6 os docentes dedicados ao programa, que no período desenvolveram, pelo menos, duas das seguintes atividades: participação na docência de disciplinas de pós-graduação, orientação na pós-graduação, autoria e co-autoria de trabalhos de pesquisa.

Foram analisados os seguintes aspectos do corpo docente: distribuição da especialização dos membros do NRD6 pelas subáreas de concentração, número de pesquisadores-bolsistas do CNPq e sua relação com o NRD6.

c) Produção discente de dissertação de mestrado e teses de doutorado

Foram considerados os seguintes aspectos : número de titulados no biênio, tempo médio de titulação, qualidade da banca examinadora, perfil científico do orientador e distribuição dos alunos entre os orientadores e regularidade da produção científica dos orientadores.

d) Outros aspectos

A comissão considerou também os seguintes itens:

- A regularidade no oferecimento de disciplinas de mestrado e de doutorado , cobrindo as áreas básicas e refletindo adequadamente as especializações dos cursos.
- A existência de intercâmbio científico com a participação docente e discente em seminários, congressos e outras reuniões científicas, medindo o dinamismo das atividades acadêmico/científicas nos programas.

3. Distribuição dos programas de Matemática/Probabilidades e Estatística

A CAPES decidiu que nesta avaliação seriam atribuídos conceitos de 1 a 7, procedendo-se à seguinte sistemática. Primeiramente, foram atribuídos aos programas conceitos de 1 a 5, considerando os aspectos acima mencionados. Em seguida, foram atribuídos conceitos de 5 a 7 entre aqueles que obtiveram conceito 5 na primeira etapa. Nesta etapa não participaram os programas que só possuem o nível de mestrado, e foram considerados os parâmetros explicitados no Perfil de Excelência anexo.

A distribuição dos programas por conceito foi a seguinte:

Conceito	1	2	3	4	5	6	7
Nº de programas	1	2	6	10	6	2	2
Total :	29						

ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

Áreas Básicas: Ciência da Computação; Sistema de Computação

Comissão de Avaliação - Consultores

Siang Wun Song - USP - SP - (Coordenador); Claudia Maria Bauzer Medeiros - Unicamp – SP; Clesio Saraiva dos Santos - UFRGS – RS; Eugenius Kaszkurewicz - UFRJ – RJ (consultor externo); Jayme Luiz Szwarcfiter - UFRJ – RJ; Luiz Fernando Gomes Soares - PUC-RIO – RJ; Nívio Ziviani – UFMG – MG; Rafael Dueire Lins - UFPE – PE.

1. Introdução

A área de Ciência da Computação teve seu primeiro curso criado em 1967, contando hoje com um total de 8 programas de doutorado/mestrado e 13 programas de mestrado, com cerca de 500 doutores atuando nestes cursos no biênio 96/97 (respectivamente 449 e 505 docentes).

O presente documento relata os critérios e procedimentos adotados pela Comissão de Consultores na avaliação dos diversos cursos no biênio 96/97, apresenta os resultados desta avaliação e um perfil atual da área, bem como propõe alguns procedimentos aos programas e à CAPES para as próximas avaliações.

2. Procedimentos de avaliação

A partir da avaliação 96/97, foram introduzidos novos critérios de classificação dos cursos, incluindo um total de sete perfis. Esta avaliação foi processada em duas fases. Na primeira fase, os cursos foram enquadrados nos perfis de 1 a 5, correspondendo, a grosso modo, aos antigos perfis E até A, respectivamente. Na segunda fase, os cursos classificados no perfil 5 foram novamente analisados, com vistas ao possível enquadramento nos perfis 6 e 7.

Também a partir desta avaliação, a classificação de cada curso em um dos perfis de 1 a 7 passou a ser feita considerando o programa como um todo, incluindo mestrado e doutorado, ou seja, pelo enquadramento de cada programa em um único perfil.

Para a classificação dos cursos nos diversos perfis foram adotados os critérios já utilizados pela comissão em avaliações passadas, com a seguinte visão crítica:

a) Para o cálculo da produtividade por docente, foram considerados todos os docentes assim declarados pelo curso e que para ele contribuíram em atividades didáticas, de pesquisa e/ou orientação.

b) Foi excluída a produção não pertinente às áreas de especialização definidas pelo curso;

c) Para fins de avaliação da qualidade da produção científica, as publicações foram classificadas nas seguintes categorias:

- Nível Internacional 0 (PI0): livros ou artigos publicados em periódicos indexados no ISI ou por editoras internacionais de primeira linha na área de Computação;

- Nível Internacional 1 (I1): livros ou artigos publicados em periódicos ou eventos internacionais de alto nível, com comitê de programa, aceitação por análise de artigo completo ou resumo estendido e alta relação entre o número de artigos submetidos e artigos aceitos;

- Nível Internacional 2 (I2): artigos publicados em periódicos ou eventos internacionais de bom nível;
- Nível Nacional 1 (N1): artigos publicados em periódicos ou eventos de bom nível, com abrangência limitada a poucos países, com aceitação por artigo completo ou resumo estendido e alta relação entre o número de artigos submetidos e artigos aceitos;
- Nível Nacional 2 (N2): artigos publicados em periódicos ou eventos de bom nível, com abrangência limitada a poucos países, com aceitação por artigo completo ou resumo e boa relação entre o número de artigos submetidos e artigos aceitos;
- Outros (O): relatórios técnicos e outros artigos que não se encaixem nos itens acima, ou resumos que se encaixem em N1 ou N2 mas com no máximo duas páginas de tamanho.

3. Resultados da Avaliação

Instituição	Perfil
COPPE	6
PUC-Rio	6
UFRGS	5
USP-SP	5
UFMG	5
UFPE	5
Unicamp	5
UFPB	4
UFSCar	4
USP-SC	4
IM/NCE	3
IME	3
INPE	3
PUC/PR	3
PUC-RS	3
UFC	3
UFES	3
UFF/CAA	3
UFF/DCC	3
UFSC	3
UnB	2

4. Produção bibliográfica

A análise dos relatórios apresentados pelos programas revela uma distribuição de publicações em veículos nacionais e internacionais, com maior quantidade nos nacionais.

Nota-se que publicações do tipo P10 estão predominantemente concentradas em programas com doutorado. Dada a qualidade do corpo docente dos programas de um modo geral, a produção em periódicos e veículos internacionais de qualidade poderia melhorar.

Observa-se em vários cursos a participação insuficiente de alunos na autoria da produção bibliográfica.

5. Número de titulados

A produção de mestres (num total de 613 titulados no período da avaliação) é bastante satisfatória, sobretudo em programas já consolidados.

A produção de doutores (num total de 65 no período analisado) é satisfatória e vem crescendo em números.

O tempo médio de titulação em geral vem decrescendo, mas poderia ainda melhorar.

6. Recomendações quanto ao preenchimento dos formulários

Um dos principais indicadores da qualidade de um programa é a sua produção bibliográfica. A Computação apresenta um perfil de publicações bastante distinto do de várias outras áreas, com surgimento constante de novos veículos de qualidade. Isto dificulta enormemente a avaliação deste quesito. A comissão tem dedicado tradicionalmente várias horas apenas para avaliar a qualidade dos novos veículos. Esta avaliação seria muito mais objetiva se fosse permitido a cada docente de um programa indicar, quando fornecer seus dados, as “n” publicações do período que considera mais relevantes. Ressalte-se que este tipo de procedimento está sendo adotado atualmente para avaliações da produção científica docente nas universidades de primeira linha em Computação, no exterior. Sugere-se, assim, que os próximos formulários DATACAPES permitam aos Programas assinalar, dentro do conjunto de publicações de cada categoria (Periódicos, Anais etc) aquelas destacadas por cada docente. A Comissão salienta que este procedimento não visa excluir o resto da produção, mas apenas facilitar a avaliação posterior do que é considerado relevante pelo corpo docente de um Programa.

7. Recomendações à CAPES

Um problema comum a todos os programas, agravado pela recente crise econômica e conseqüente corte de verba, é a carência de bolsas.

O problema é particularmente grave na área de Ciência da Computação, uma área em franca expansão, sobretudo, nos programas mais recentes que necessitam de uma maior oxigenação para seu crescimento.

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ASTRONOMIA / FÍSICA

Áreas básicas: Astronomia, Física e Física da Matéria Condensada

Comissão de Avaliação - Consultores

Antônio Sergio Teixeira Pires - UFMG – MG; Belita Koiller - UFRJ – RJ; Celso Pinto de Melo - UFPE – PE; Livio Amaral - UFRGS – RS; Vanderlei Salvador Bagnato - USP – SP; Zulema Abraham - USP - SP

1. Considerações iniciais

1.1 Seguindo orientações determinadas pelo CTC e Diretoria de Avaliação da CAPES, a comissão realizou seu trabalho em duas etapas. Na primeira, analisando os indicadores de modo a atribuir notas entre 1 e 5 a todos os programas. Posteriormente, os programas de doutorado com notas 5 foram novamente analisados dentro dos critérios de "padrão internacional" para eventual reposicionamento com conceitos 6 e 7.

1.2 Em abril/98 parte do comitê se reuniu para identificar e padronizar o conjunto da produção científica dos 33 programas da área de Física/Astronomia por meio do aplicativo "Qualis" desenvolvido pela CAPES. Os trabalhos publicados em periódicos de circulação internacional com seus respectivos parâmetros de impacto (PI) conforme estabelecido pelo "SCI - Scientific Citation Index" foram classificados em três grupos para fins de avaliação na primeira etapa: C(0n. de PIn. de 0,5); B (0,5n. de PIn. de 1,0) e A (PIn. de 1,0). A única exceção em relação à lista do "SCI" foi o BPJ ao qual foi convencionado impacto 1, conforme tradição da área nas últimas avaliações

2. Metodologia

2.1 Considerando as dificuldades havidas, e diferentes interpretações por parte das coordenações de programas referentes ao enquadramento do corpo de docentes, orientadores e pesquisadores (classificação NRD1, ..., NRD6), o comitê procurou - sempre que possível - considerar a "memória da avaliação anterior" de modo a corrigir as tendências de avaliação que seriam geradas se tomados os dados "diretamente", tais quais informados pelas CPGs.

2.2 Procedimento similar foi feito pela comissão relativamente aos indicadores que envolvem área de concentração, projetos e linhas de pesquisa (itens I.2, I.3, III.1, III.2, III.3, IV.1, VI.1 e VII.1) dado os diferentes entendimentos em como informar esses dados.

2.3 Como ficou explícito durante o processo, porém, talvez seja menos evidente na "Ficha de Avaliação do Programa" que cada programa receberá, cabe enfatizar que as indicações sobre "Qualidade dos Dados" e "Síntese Evolutiva" são meramente de sinalização, e em nada contribuíram para as tendências de avaliação e conceito final.

2.4 Os pesos de cada item dentro dos quesitos de I (Proposta do Programa) a VII (Produção Intelectual) foram atribuídos tentando preservar a maior consistência possível com a avaliação anterior do biênio 95/94.

3. Critérios para etapa 1

I - Proposta do programa

Foram apreciadas a clareza, coerência e adequação da proposta dos programas, tendo a grande maioria das propostas sido consideradas adequadas (A). O conceito I (Inadequado) foi atribuído em caso de ausência de proposta no formulário de coleta de dados.

No caso de cursos de mestrado e doutorado, atribuiu-se conceito I ao programa cujo número de docentes foi considerado reduzido.

II - Corpo docente

Considerando a enorme dispersão associada aos aspectos apontados em 2.1 acima, foram atribuídos pela comissão como avaliação geral deste item (II - Corpo Docente), com uma única exceção, apenas conceitos B (bom) ou MB (muito bom).

III - Atividades de pesquisa

Procurou-se avaliar a qualificação geral do programa como, por exemplo, o balanço entre áreas, atualidade dos projetos, número de projetos por docentes, participação discente, por meio da leitura dos formulários relativos às linhas de pesquisa e projeto de pesquisa, bem como foram feitas consultas às informações gerais do programa.

III - 1

Neste quesito foi verificado se os projetos de pesquisa encaixavam-se dentro da proposta do programa. Caso todos os projetos estivessem dentro da área proposta atribuiu-se MB. Caso 10 a 20% dos projetos não estivessem enquadrados na área de concentração, atribuiu-se B. Não houve casos abaixo de B.

III - 2

De modo a não ampliar as eventuais dispersões devidas aos aspectos apontados em 2.1, todos os Programas receberam MB.

III - 3

Foi avaliada se a quantidade de projetos está adequada com os demais fatores que qualificam o programa. Da análise de todos os programas obteve-se o parâmetro: (número de projetos em andamento / docente). A partir deste foi estabelecido o coeficiente $\text{coef} = (\text{Projetos/docente}) \times (\text{Publicação/docente})$.

Partindo da definição que em média cada projeto deve produzir 1 trabalho/ano/docente temos: coef n. de 0.8 - MB, 0.6 n. de coef n. de 0.8 - B, 0.4 n. de coef n. de 0.6 - R (Regular) e, finalmente, coef n. de 0.4 - F (Fraco). Este coeficiente sinaliza o necessário balanço entre quantidade de projetos e produção científica.

III - 4

Todos os alunos foram descritos como participando de algum projeto, portanto todos os programas receberam MB, exceto os cursos muito recentes nos quais isto ainda não pode ser corretamente analisado.

IV - Atividades de Formação

IV.1 e IV.6

Foi analisada a estrutura geral dos cursos, destacando-se as disciplinas consideradas básicas para os cursos de Física - Eletromagnetismo, Mecânica Quântica, Física Estatística, verificando se as três disciplinas foram oferecidas a cada ano (96 e 97). A grande maioria dos cursos atendeu a esses critérios, tendo sido atribuído o conceito MB. O não oferecimento de alguma disciplina básica acarretou grau B ou inferior. Este critério não se aplicou aos cursos de Astronomia.

IV.2, IV.3 e IV.4

Foram analisados a distribuição de carga letiva na graduação, a média e desvio e distribuição dos encargos entre os docentes. À instituição que não oferece disciplina de graduação foi atribuído conceito R no quesito (IV.4) ensino na graduação.

IV. 5

Foram analisadas as demais atividades do Programa, tais como: organização de eventos, cursos de verão, divulgação científica, editoração, etc. . Aproximadamente metade dos Programas não informou este campo, tendo a comissão atribuído conceito D neste caso. Para os demais, atribuímos grau B, e não MB, a fim de não amplificar a diferenciação neste quesito causada pelo não preenchimento destes dados.

V - Corpo docente

V.1

Foi atribuído MB a todos os programas com mais de 1 aluno (doutorado) / NRD6 e/ou mais de 1 aluno (mestrado) / NRD6, e abaixo disto, conceitos B e R.

V.2

Considerando a característica da área, na qual a maioria dos alunos estão em orientação, foram atribuídos conceitos MB a todos os programas.

V.3

Definiu-se, a partir da média dos programas que deveriam ser titulados 25% e 14% do corpo docente no período, para mestrado e doutorado, respectivamente. Para os programas com ambos os índices acima desses valores atribuiu-se conceitos MB, quando atendia ao menos um índice conceito B, e R abaixo disto.

V.4

Definiu-se, a partir da média dos cursos, que os programas com mais de 50% discentes-autores (M) e mais do que 80% discentes-autores (D) em relação à dimensão do corpo docente tivessem MB. Foi atribuído conceito B quando atendia ao menos um índice, e R abaixo disto.

VI Teses e dissertações

VI.1

A maioria dos programas tiveram avaliação MB, exceto o curso da UFPA. Aos cursos novos, nos quais este quesito ainda não pode ser avaliado, foi atribuído B.

VI.2

A avaliação foi baseada na mediana para mestrado (M) e doutorado (D), sendo considerados ideais 30 m (M) e 48 m (D). Deve-se sinalizar que nas próximas avaliações o tempo ideal para (M) (a partir do 2º semestre de 1998) será obrigatoriamente 24m, como definido pelas agências de fomento. A relação entre n. de bolsistas e não bolsistas não foi considerado um critério relevante na área, pois a grande maioria dos alunos é de bolsistas.

VI.3

As médias de (titulados/docente) foram realizadas para cada ano, e entre mestrado e doutorado sem ponderação entre os cursos. A média geral foi de 0,25, sendo atribuído MB para os cursos acima da média e B para os abaixo da média. Apenas o curso da UFPA, com média inferior a 0,1 obteve R. Três instituições (PUC/RJ, UFPA e ON/CNPq) tiveram a avaliação reduzida para B em vista do alto percentual de orientação por outros docentes.

VI.4

As bancas apresentaram composição de bom nível. Sempre com participação de membros externos nas teses de doutorado. A única exceção é a UFPA, com participação de mestres em bancas.

VII Produção Intelectual

VII.1

Como é característica da área, em geral todas as teses e dissertações estão vinculadas aos projetos e linhas de pesquisa. Atribuiu-se conceito MB a todos os programas.

VII.2

Neste quesito, visando avaliar a qualidade da produção foram utilizados os seguintes parâmetros: programas com artigos-indexados/docente/ano maior que 1.5 conceito MB; entre 1.5 e 1.0 conceito B, entre 0.8 e 1.0 conceito R, e abaixo de 0.8 conceito F.

VII.3

Neste quesito, procurou-se avaliar a regularidade e quantidade da produção.

A regularidade foi estabelecida como

$$REG = (1 + \text{fator de variação}/5),$$

onde o fator de variação é a diferença entre a produção (artigos-indexados/docente/ano) dos biênios 97/96 e 95/94. Assim, programas com fator de variação positivo tem uma pequena valorização (fator 1/5) no que se refere à sua regularidade.

A quantidade Q foi estabelecida como

$$Q = (\text{artigos-indexados/docente/ano}) + (0.2) \times (\text{artigos-não-indexados/docente/ano}).$$

Aqui atribui-se uma relativa valorização (com peso de 20%) aos programas que além dos indexados também tinham artigos não indexados, como aqueles publicados em revistas tais como: *Ciência Hoje*, *Ciência e Cultura*, *Revista de Instrumentação*, *Revista Brasileira de Ensino de Física*, etc.

Os conceitos foram estabelecidos por meio do produto $REG \times Q$. Quando maior que 1.8, conceito MB; entre 1.1 e 1.8 conceito B, entre 0.8 e 1.1 conceito R, entre 0.8 e 0.7 conceito F, e abaixo de 0.7 conceito D (deficiente).

4 - Critérios para etapa 2: perfil de padrão internacional

No segundo momento foram estabelecidos os seguintes critérios diferenciados, compatíveis com padrões internacionais da área, para possível relocação em conceitos 6 e 7:

1. Cursos bem consolidados (histórico do curso) e com conceito A na última avaliação;
2. Média de publicações/docente/ano, considerando apenas as publicações em revistas internacionais de padrão A, acima de 1.2 artigo/docente/ano;
3. Participação de pesquisadores do programa em comitês internacionais e/ou corpo editorial de revistas de impacto;
4. Programas bem estabelecidos de cooperação internacional (Programas CAPES/Cofecub, CAPES/DAAD, etc.) e os equivalentes do CNPq (como, por exemplo, CNPq/NSF, CNPq/BC, etc.) com instituições estrangeiras de valor científico reconhecido;
5. Palestras e apresentações orais de trabalhos em congressos internacionais, de trabalhos desenvolvidos nas respectivas linhas de pesquisa do programa.

6. Indicações bem estabelecidas que o corpo docente NRD6 do Programa desempenha papel de liderança na física/astronomia brasileira e representatividade nas suas instituições e comunidade local;
7. Indicação que mais do que 60% do corpo de pesquisadores tivessem bolsa de produtividade científica do CNPq.

Os programas UFPE, CBPF, UFMG, Unicamp, USP, IAG/USP, USP/SC e UFRGS atendiam todos estes requisitos, sendo que os três últimos apresentavam média de publicação (artigos padrão A)/docente/ano da ordem de 1.6 ou maior.

5. Recomendações da área

A CAPES deveria incorporar o banco de dados "SCI" no instrumento de coleta de dados, fazendo, assim, que a produção científica fosse necessária e diretamente informada dentro daquele padrão. Isto também permitiria uma avaliação mais precisa no que se refere a índices de produtividade e qualidade da produção de cada programa. Também deveria incluir nos dados sobre docentes um campo para que fosse informado se o mesmo tem bolsa de produtividade do CNPq. Também quanto aos docentes/pesquisadores, precisar ainda mais as vinculações (NRD) por meio de campos específicos sobre, por exemplo, regime contratual de trabalho, lotação em qual departamento, bolsa de qual agência para pós-doutorandos, visitantes, etc. participantes do programa.

A CAPES deveria insistir e estimular coordenações de programas e pró-reitorias para o preenchimento detalhado e completo do instrumento de coleta. (ver nota de comentário sobre a Qualidade dos Dados).

A Comissão reforça a recomendação de visitas para os programas assinalados nas respectivas fichas.

A CAPES deveria procurar sinalizar para as Coordenações de programa uma melhor definição do que são projetos e linhas de pesquisa, assim como foi feito para o enquadramento em NRD.

ÁREA DE AVALIAÇÃO: QUÍMICA

Áreas básicas: Química; Química Orgânica; Química dos Produtos Naturais; Polímeros e Colóides; Química Inorgânica; Físico-Química; Química Analítica

Comissão de Avaliação - Consultores

Ícaro de Sousa Moreira - UFC – CE; Alfredo Arnóbio de Souza da Gama - UFPE – PE;
Antônio Celso Spínola Costa - UFBA – BA; Cesar Vitorio Franco - UFSC – SC;
Douglas Wagner Franco - USP/SC – SP; Faruk José Nome Aguilera - UFSC – SC; José
Caetano Machado - UFMG – MG; Marcos A. Pinto Martins - UFSM – RS; Paulo
Roberto Ribeiro Costa - UFRJ - RJ

Inicialmente, é importante salientar que, em todos os casos, a comissão fundamentou a análise exclusivamente nos dados disponibilizados à Capes, pelas pró-reitorias de

pós-graduação das diferentes universidades. Foram detetados pela comissão, em vários casos, erros sérios no preenchimento do relatório, por exemplo:

- i) publicações em periódicos foram listadas como publicações em jornais ou revistas;
- ii) não foram listadas as dedicações ao programa dos membros do corpo docente ou listadas erroneamente;
- iii) não foram incluídas indicações referentes à participação do corpo discente em publicações.

Nesse sentido, devem ser realizados esforços institucionais, pela Capes e pelas IES, para garantir uma melhoria significativa na qualidade das informações. Em relação à Capes, uma sugestão simples de implementar na área de Química é incluir no programa uma relação dos periódicos disponíveis. Isto permitiria padronizar e melhorar a qualidade das informações fornecidas pelas diferentes IES. Revistas como o *Journal of Citation Reports* e outras, já tem todas estas informações disponíveis, incluindo, inclusive os índices de impacto das revistas listadas. Por parte das IES, fica a responsabilidade institucional de fornecer as melhores informações para evitar prejudicar, sem necessidade, os diversos Programas.

Considerações gerais

Em linhas gerais, é desejável que a produção científica seja publicada em revistas indexadas de circulação internacional, com participação expressiva do corpo discente. Os programas devem participar de intercâmbio científico nacional / internacional, objetivando a melhoria de qualificação docente e discente. Os docentes do programa devem participar ativamente na graduação, orientando alunos de iniciação científica e contribuindo para modernizar a Química nas IES. Outro critério importante é a formação de recursos humanos dentro do prazo de vigência da bolsa, ou seja, formar mestres e doutores em tempos médios adequados, sempre resguardando a qualidade da formação que aparece nitidamente na produção intelectual com participação discente. Em termos de estrutura global, os diversos programas devem ter acesso a bibliotecas atualizadas e infra-estrutura de pesquisa que permita realizar trabalhos compatíveis com o desenvolvimento internacional da área. Considerando a redução nos tempos de titulação e a diversidade de campos de interesse na Química, é desejável uma estrutura curricular flexível e compatível com as áreas de atuação. Nas condições atuais o corpo docente deve ser constituído de 100% de doutores em regime de trabalho integral ou DE, com produção científica regular nas áreas do programa.

Os diferentes aspectos de importância, em relação aos diferentes programas de Química, foram analisados, utilizando os relatórios dos diferentes programas de pós-graduação e atribuídas, inicialmente, notas numa escala de 1 (um) até 5 (cinco), seguindo os critérios para Avaliação da Área de Química estabelecidos, os quais foram ponderados na Ficha de Avaliação Individual de cada programa conforme descrito a continuação:

Corpo Docente	20%
Atividades de Pesquisa	5%
Atividades de Formação	5%
Corpo Discente	20%
Teses e Dissertações	20%

Produção Intelectual 30%

No caso específico da produção intelectual, foram consideradas as publicações em periódicos ponderadas em relação aos índices de impacto dos mesmos, com base na classificação solicitada pela CAPES.

Numa segunda etapa, conforme recomendação da CAPES, e considerando as "Características Desejáveis para um Curso de Excelência na Área de Química" os programas nível 5 foram reanalisados de forma a se detectar os que mereceriam promoção para nível 6 ou 7. Para diferenciar os cursos, foram analisados vários fatores, tipicamente:

- i) impactos médios das publicações em revistas internacionais com índices de impacto superior a 1,0;
- ii) percentual de publicações do programa em revistas desse nível;
- iii) número de bolsistas de pesquisa do curso em relação à dimensão do corpo docente;
- iv) histórico do curso, em relação a avaliações anteriores;
- v) conjunto de formação de recursos humanos e produção discente, em revistas internacionais, em relação ao tamanho do corpo discente.

Baseado nesses critérios, um conjunto de 8 cursos foram promovidos para conceito 6 e um curso promovido para conceito 7.

Resultado Final da Avaliação

Número de Programas	Nota	Porcentagem
0	1	0 %
1	2	2,63 %
7	3	18,42 %
11	4	28,95 %
10	5	26,32 %
8	6	21,05 %
1	7	2,63 %

Nos cursos com nota 6,0, o índice de impacto médio foi de 1,9, sendo que no caso do Curso com nota 7, considerando unicamente a parcela de publicações com índice de impacto maior que 1,0, houve um número de 2,51 publicações por docente em revistas indexadas internacionalmente com um índice de impacto de 2,1. Estes números destacam-se nitidamente do conjunto de programas avaliados.

Finalmente, gostaríamos de salientar que em todos os parâmetros avaliados, nota-se um crescimento significativo da Química em relação ao biênio anterior. Os números abaixo são ilustrativos:

Número de doutores formados = 380

Número de mestres formados = 664

Número total de docentes = 851

Média nacional de publicações internacionais/ docente/ ano = 1,1

Média nacional de publicações nacionais/ docente/ano = 0,2

Ainda, houve uma redução nos tempos de titulação de mestrado e doutorado em praticamente todos os Cursos.

O conjunto de parâmetros analisados constituem-se, certamente, em excelentes indicativos do grande potencial da Química no Brasil, área esta que tem-se desenvolvido em condições relativamente precárias em termos de investimento em Ciência e Tecnologia.

ÁREA DE AVALIAÇÃO: GEOCIÊNCIAS E OCEANOGRAFIA

Áreas básicas: Geociências; Geologia; Geoquímica; Geofísica; Sensoriamento Remoto; Meteorologia; Geodésia

Comissão de Avaliação - Consultores

Alcides Nobrega Sial - UFPE – PE; Ari Roisenberg - UFRGS – RS; Emanuel Ferraz Jardim de Sá - UFRN – RN; João Antonio Lorenzetti - INPE – SP; José Carlos Gaspar - UnB – DF; Luiz Drude de Lacerda - UFF – RJ; Om Prakash Verma - UFPA – PA; Pedro Leite da Silva Dias - USP – SP; Pedro Vieira de Azevedo - UFPB/C.G. – PB; Vicente Antonio Vitório Girardi - USP – SP; Vicente José Fulfaro - Unesp - SP

Introdução

O processo de avaliação dos programas de pós-graduação da área de Geociências e Oceanografia desenvolveu-se de 25 a 29 de maio de 1998 em Brasília, DF, contando com a presença de todos os integrantes da Comissão de Consultores, que permaneceram o período completo estabelecido, à exceção do Prof. Luiz Drude de Lacerda, cujo afastamento se deu por motivos de força maior no final da tarde do terceiro dia de trabalho.

Essa etapa foi precedida de duas reuniões preliminares com diferentes Consultores da Comissão de Avaliação, realizadas de 09 a 10 de março de 1998 (Luiz Drude de Lacerda, José Carlos Gaspar e Ari Roisenberg) e de 29 a 30 de abril de 1998 (José Vicente Fulfaro, Pedro Leite da Silva Dias e Ari Roisenberg), com a finalidade de familiarizar-se com a nova sistemática da ficha de avaliação e proceder à padronização inicial do aplicativo Qualis para periódicos e eventos. Ainda com a finalidade de concluir os trabalhos de padronização do aplicativo, o Prof. José Carlos Gaspar esteve presente nos dias 13, 15 e 16 de maio de 1998.

Sobre a qualidade do material disponível para a avaliação

A indiscutível facilidade gerada pelo novo tipo de base de dados e das condições de informatização do processo não foi acompanhada pela compatível qualidade das informações geradas. Diversas incorreções e equívocos foram cometidos pelos programas de pós-graduação na elaboração dos relatórios, provavelmente provocados pelo mau entendimento dos parâmetros de digitação e/ou da concepção da fonte de dados e/ou da própria conceituação dos elementos (NRD, p.ex.).

Deve ser ressaltado que o aplicativo Qualis, cuja proposta é excelente, pois propicia uma extrema facilidade para análise dos dados de produção intelectual, não surtiu o efeito desejado, trazendo dificuldades adicionais para o processo de avaliação. Esse aplicativo necessitaria ter sido trabalhado mais longamente nas etapas que precederam a avaliação, permitindo depurar o sistema, tornando-o efetivamente operativo. Deve-se assinalar que a área de Geociências e Oceanografia é peculiar, congregando

especialidades muito distantes, pertencentes a quatro diferentes Comitês Assesores do CNPq, o que explica o enorme número de periódicos e eventos colecionados a partir dos relatórios de atividades dos programas.

Uma dificuldade adicional enfrentada pela Comissão de Avaliação foi o excessivo volume de dados e tabelas disponíveis no caderno "Síntese e Indicadores", em geral inservíveis para a análise dos programas, face à profusão de números de valia duvidosa, que mais serviram para confundir os consultores.

Com a finalidade de melhorar a *performance* do processo e a apresentação dos dados, a Comissão de Avaliação de Geociências e Oceanografia sugere implementar algumas modificações na coleta dos dados dos programas:

1. Incluir no caderno Cadastro dos Docentes, informações sobre a área de atuação/especialização de cada participante do programa;
2. Ex-alunos que participam de uma publicação não são identificados como tal. Assim, é possível que a avaliação da participação dos discentes nas publicações esteja subestimada, em alguns casos. Sugere-se a inclusão de uma categoria de "ex-discente" para que se possa identificar a sua presença no corpo de autores.
3. A produção científica deve ser homogeneizada com a distribuição prévia da nomenclatura de periódicos e eventos aos programas de pós-graduação.

Procedimentos gerais

O processo de avaliação baseou-se nos relatórios anuais encaminhados pelos programas e na síntese de dados e de indicadores de desempenho produzidos pela CAPES, bem como em outros documentos disponibilizados, incluindo relatórios de visita, Pareceres Técnicos de Consultores e fichas de avaliação do período anterior (1994-1995).

A atividade inicial desenvolvida pela comissão de avaliação consistiu na hierarquização dos periódicos e eventos científicos em três níveis (A - maior impacto, B - impacto intermediário e C - menor impacto) no âmbito internacional, nacional e local, a partir das informações contidas no aplicativo Qualis. Verificou-se que uma parcela ponderável de informações fornecidas pelos programas sobre a produção intelectual encontrava-se incompletas (falta do número de páginas, p. ex.) ou inadequadamente classificada. Nos casos extremos, optou-se por desprezar a publicação, se a documentação correspondente não permitisse o adequado tratamento.

Observou-se que os Relatórios de Atividades de muitos programas apresentaram erros grosseiros no enquadramento do corpo docente (NRD1 a NRD6), nos dois anos ou num dos anos do período analisado. Buscou-se, de consenso, corrigir as distorções mais graves, por meio de consulta em relatórios anteriores ou do conhecimento pessoal dos consultores ou, ainda, de relatórios de visita, para estabelecer a composição atual do corpo docente, minimizando os prejuízos decorrentes desses equívocos.

O material para análise foi distribuído aos componentes da comissão de avaliação, sendo cada programa examinado por dois membros, respeitando-se as especialidades e experiências individuais. Examinadores que participaram da última avaliação (1994-1995) receberam os mesmos programas analisados naquela oportunidade, com a finalidade de preservar a memória do processo e manter uma visão evolutiva do curso. Adotou-se, como norma adicional, que os componentes não participariam da análise do próprio programa, ausentando-se do recinto no momento do relato.

Parâmetros de avaliação da área

Na expectativa de produzir resultados comparáveis com a avaliação anterior (1994-1995), atribuíram-se pesos ponderados consistentes aos quesitos e itens, que favorecessem, igualmente, a uma adequada discriminação entre os programas.

Cabe ressaltar que os quesitos Proposta do Programa, Qualidade dos Dados e Síntese Evolutiva foram apreciados e considerados meramente informativos, não tendo sido computados na tendência geral da avaliação e do conceito final.

II - Corpo docente (25%)

1. Composição e atuação do corpo docente, vínculo institucional e dedicação - 25%

A relação n. de docentes da instituição / n. de docentes foi enquadrada nos seguintes níveis: >0.90 - muito bom (MB); 0.70 - 0.90 - bom (B); 0.50 - 0.69 - regular (R); 0.30 - 0.49 - fraco (F); < 0.3 - deficiente (D).

2. Dimensão do NRD6 relativamente ao corpo docente. Atuação do NRD6 no programa - 30%

A relação n. de NRD6 / n. de docentes fornece os seguintes índices: >0.90 - MB; 0.70 - 0.90 - B; 0.50 - 0.69 - R; 0.30 - 0.49 - F; <0.30 - D.

3. Abrangência, especialização do NRD6 relativamente às áreas de concentração e linhas de pesquisa. Qualificação do NRD6 - 30%

A escassez de informações adequadas nos Relatórios de Atividades, no tocante às características do NRD6, tornou subjetivo o exame deste item. Assim, a análise restringiu-se à relação n. de NRD6 doutores / n. de NRD6, produzindo os seguintes intervalos: >0.90 - MB; 0.70 - 0.90 - B; 0.5 - 0.69 - R; 0.30 - 0.49 - F; < 0.3 - D.

4. Intercâmbio e/ou renovação do corpo docente. Participação de outros docentes - 15%

Este item foi considerado subjetivo, tendo sido prejudicado pela imprecisão de informações nos Relatórios de Atividades, justificando um peso ponderado menor no quesito e a atribuição de conceitos meramente qualitativos (MB, B, R, F, D).

III - Atividade de pesquisa (5%)

Este quesito produz uma fraca discriminação dos programas, pois a grande maioria atende adequadamente aos requisitos. Essa condição justifica um fraco peso ponderado do quesito e à atribuição de uma avaliação qualitativa (MB, B, R, F, D) de todos os itens que o compõem.

1 Adequação e abrangência dos projetos e linhas de pesquisa em relação às áreas de concentração - 30%

2 Vínculo entre linhas e projetos de pesquisa - 10%

3 Adequação da quantidade de linhas de pesquisa e projetos de pesquisa em andamento em relação à dimensão e à qualificação do NRD6 - 30%

4 Participação do corpo docente nos projetos de pesquisa - 30%

IV Atividade de formação (10%)

1 Adequação e abrangência da estrutura curricular relativamente à proposta do programa e às suas áreas de concentração. Adequação e abrangência das disciplinas ministradas em relação às linhas e projetos de pesquisa - 30%

Este item recebeu uma avaliação meramente qualificativa (MB, B, R, F, D).

2 Distribuição da carga letiva e carga horária média. Participação de outros docentes - 25%

Analisou-se o número de docentes engajados em atividades letivas no programa, bem como a distribuição de encargos gerais entre os docentes, atribuindo-se os seguintes índices: > 70% n. de docentes ministram disciplinas - MB; 50 - 70% - B; 30 - 49% - R; 20 - 29% - F; < 30% - D.

3 Quantidade de orientadores do NRD6 relativamente à dimensão do corpo docente. Distribuição da orientação entre os docentes e número médio de orientandos por docente - 30%

Neste item considerou-se como positiva a execução das tarefas básicas do Programa pelos docentes NRD6, com reduzida dependência de outros docentes. Foi ainda contabilizada a distribuição de orientandos entre os docentes NRD6, cuja relação não deve ser superior a 5, na média, para garantir o acompanhamento sistemático do trabalho dos estudantes, observando-se como adequado o equilíbrio de orientação entre os docentes. A identificação de parâmetros numéricos de avaliação neste item observou que se a relação orientandos/docente NRD6 < 5 para mais de 70% dos docentes NRD6 o índice é MB; 50 - 70% - B; 30 a 49% - R, 20 - 29% - F, < 20% - D.

4 Atividades letivas e de orientação nos cursos de graduação - 15%

Este item foi considerado subjetivo, justificando a atribuição de conceitos meramente qualificativos (MB, B, R, F, D). Deve ser ressaltado que alguns Programas não possuem vínculo com Cursos de Graduação (INPE, por exemplo).

V - Corpo discente (10%)

1 Dimensão do corpo discente em relação à dimensão do NRD6 - 30%

A relação n. de discentes / n. NRD6 foi definida como parâmetro de avaliação para este item, de acordo com os intervalos : < 5.0 - MB; 5.0 - 6 - bom; 6 - 6,9 - regular; 7.0 - 8.0 - fraco; > 8.0 - deficiente.

2 Número de orientandos em relação à dimensão do corpo discente - 10%

A falta de informações suficientes nos relatórios e considerando-se que, em quase todos os programas da área, os alunos ingressam no Curso com orientação definida no primeiro semestre, este item foi considerado subjetivo e teve atribuído uma baixa ponderação.

3 Número de titulados e proporção de desistências e abandonos em relação à dimensão do corpo discente - 30%

A relação n. de desistentes / n. de alunos foi definida como parâmetro de avaliação para este item, de acordo com os intervalos: < 10% - MB; 10 - 19% - B; 20 - 29% - R; 30 - 40% - F; > 40% - D.

4 Número de discentes-autores da pós-graduação em relação à dimensão do corpo discente - 30%

Este item mostrou uma baixa eficiência, se consideradas as informações contidas nos relatórios. Por esta razão, adotou-se que a avaliação pondere a relação n. de titulados / n. de alunos ingressantes no período 96-97, de acordo com os intervalos: > 0.85 - MB; 0.60 - 0.85 - B; 0.40 - 0.59 - R; 0.20 - 0.39 - F; < 0.20 - R.

VI Teses e dissertações (25%)

1 Vínculo das teses e dissertações com áreas de concentração e com linhas e projetos de pesquisa; adequação ao nível dos cursos - 25%

Este item recebeu uma avaliação meramente qualitativa (MB, B, R, F, D), dada pela relação entre os títulos das teses e dissertações com a proposta do programa. Programas novos, que ainda não tiveram titulados, receberam conceito B.

2 Tempo médio de titulação de bolsistas; tempo médio de bolsa. Relação entre os tempos médios de titulação de bolsistas e de não-bolsistas - 30%

A avaliação do tempo médio de titulação foi definida pelos intervalos a seguir:

Mestrado < 30 meses - MB; 30 - 36 - B; 37 - 42 - R; 43 - 48 - F; > 49 - D.

Doutorado < 48 meses - MB; 48 - 54 - B; 55 - 60 - R; 61 - 66 - F; > 67 - D.

A relação tempo médio bolsistas / não-bolsistas não foi aplicada por ser de valor estatístico pouco representativo.

3 Número de titulados em relação à dimensão do NRD6. Participação de outros docentes - 30%

A avaliação considerou a relação n. de titulados / n. de NRD6, tendo merecido a seguinte parametrização:

>0.60 - MB; 0.40 - 0.60 - B; 0.20 - 0.39 - R; 0.10 - 0.19 - F; < 0.10 - D.

4 Qualificação das bancas examinadoras. Participação de membros externos - 20%

Este item recebeu avaliação meramente qualitativa (MB, B, R, F, D), valorizando-se a participação de membros externos qualificados e com título de Doutor nas bancas examinadoras. Programas novos, que ainda não tiveram titulados, receberam conceito B.

VII Produção intelectual (25%)

1 Adequação dos tipos de produção à proposta do programa e vínculo com as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa ou teses e dissertações - 15%

Este item recebeu uma avaliação meramente qualitativa (MB, B, R, F, D). Como é característico da grande maioria dos programas, as teses e dissertações são vinculadas a projetos de pesquisa, razão pela qual os conceitos distribuíram-se entre B e MB.

2 Qualidade dos veículos ou meios de divulgação - 30%

Este item teve uma apreciação qualitativa (MB, B, R, F, D), baseada na classificação dos periódicos e eventos científicos, constantes do aplicativo Qualis. A categorização dos veículos de divulgação deu ênfase à tradição do periódico/evento na área, à indexação, à abrangência de circulação e aos índices de impacto, quando disponíveis, atribuindo-se forte pontuação à publicação em periódicos de circulação internacional e nacional, conforme expressa a tabela do item 3 deste quesito.

3 Quantidade e regularidade em relação à dimensão do NRD6; distribuição da autoria entre os docentes - 30%

As publicações em periódicos e eventos científicos, elencados nos relatórios de atividades dos programas, foram totalizados em cada ano e receberam os seguintes pesos:

Periódicos	Categoria A	Categoria B	Categoria C
Internacionais	1.3	1.1	0.9
Nacionais	1.0	0.7	0.4
Locais	0.4	0.3	0.2
Resumos Expandidos			
Internacionais	0.4	0.3	0.2
Nacionais	0.3	0.2	0.1
Locais	0.1	0.05	0.05
Resumos			
Internacionais	0.1	0.05	0.05
Nacionais	0.05	0.05	0.05
Locais	0.05	0.05	0.05

Obs.: Foi atribuído peso duplo em relação aos periódicos para a publicação de livros e peso simples para a publicação de capítulo de livro ou na modalidade de editor, considerando-se a circulação da obra na comunidade internacional, nacional ou local. Não foi considerada, para fins de quantificação, a produção veiculada em jornais e revistas de cunho não-científico ou abordagem generalista. Tampouco foi considerada como produção científica a apresentação de trabalhos em eventos de caráter institucional ou interno, como Salão de Iniciação Científica, Seminário de Pós-Graduação, etc.

O valor total, obtido da soma de cada categoria, foi dividido pela dimensão do total do corpo docente, sendo considerado como valor final a média dos dois anos em análise. Os valores médios foram enquadrados nas seguintes categorias: > 1.80 - MB; 1.80 - 1.20 - B; 1.19 - 0.80 - R; 0.79 - 0.40 - F; < 0.4 - D.

A base de dados para formulação da avaliação dos itens 2 e 3 do quesito Produção Intelectual levou em conta, exclusivamente, os relatórios encaminhados pelos cursos à época da coleta, desprezando-se os trabalhos, cujas informações estivessem de tal forma incorretas, que não permitissem o adequado enquadramento.

4 Autoria e co-autoria de discentes - 25%

Este item recebeu uma avaliação qualitativa (MB, B, R, F, D), que identificou o grau de participação do corpo discente na produção científica do programa, quantificada no item anterior.

IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DE EXCELÊNCIA PARA OS PROGRAMAS DA ÁREA DE GEOCIÊNCIAS E OCEANOGRAFIA (CONCEITO 6 E 7)

De acordo com as orientações emanadas pelo CTC da CAPES, numa segunda etapa do processo de avaliação, passou-se à identificação de programas com perfil comparável aos padrões internacionais, concorrendo aos conceitos 6 e 7 os programas Geoquímica e Geotectônica (USP), Geofísica (USP), Meteorologia (USP), Geofísica Espacial (INPE), Sensoriamento Remoto (INPE), Geologia (UnB), Geociências (UFRGS) e Geoquímica (UFF).

Foram estabelecidos os seguintes critérios, como sinalizadores de *performance* de excelência para a Área de Geociências e Oceanografia:

1. Programas completos (mestrado e doutorado) com trajetória consolidada, expressa pela produção de teses e dissertações ao longo do tempo e no período em análise;

2. Desempenho diferenciado, demonstrado pelos mais elevados índices de produção intelectual, que se concentra em periódicos internacionais de nível A e B;
3. Atuação em áreas-de-ponta, verificada pelas linhas de pesquisa ativas;
4. Liderança e representatividade do corpo docente NRD6 na comunidade nacional das Geociências e Oceanografia, incluindo a participação em comitês de alto nível, núcleos de excelência (Pronex), academia de ciências, sociedades científicas e outras;
5. Participação ativa na comunidade internacional, incluindo a participação em comissões de âmbito internacional e no corpo editorial de periódicos internacionais de forte impacto;
6. Coordenação de programas oficiais de cooperação internacional (CAPES/DAAD, CAPES/Cofecub, CNPq/BC, CNPq/NSF, etc.) com instituições estrangeiras de elevada reputação.

Após amplo debate, ficou estabelecido, por unanimidade, que 6 é o conceito máximo a ser atribuído na área, tendo o programa de Geoquímica e Geotectônica da USP atendido a todos os requisitos que determinam o perfil de excelência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1998, 37 programas de pós-graduação estão em funcionamento na área de Geociências e Oceanografia, dos quais 12 somente em nível de mestrado. Do conjunto, 6 (UERJ, UFC, FURG/Oceanografia Física Química e Geológica, UFRN/Geociências, UFRN/Geodinâmica e Geofísica e Unesp/PP) receberam seu primeiro conceito na presente avaliação, sendo os restantes programas mais antigos, alguns dos quais não haviam recebido, ainda, conceito referente ao doutorado na avaliação 94-95 (UFPE, UFPR/Geologia, INPE/Sensoriamento Remoto, Unicamp, UFOP, UFBA/Geologia).

Do conjunto, 1 Programa (2.7%) atingiu conceito 6, 7 (18.9%) conceito 5, 17 (45.9%) conceito 4 e 12 (32.4%) conceito 3. Dos 12 programas de mestrado, nenhum atingiu o conceito 5 e somente 2 (UFPB/CG e UFMG) possuem conceito 4, todos os demais alcançando conceito 3.

Comparado com o período anterior, 94-95, observa-se que ocorreram variações sugestivas no conceito de alguns quesitos, em particular no corpo docente, que apresenta um número substancialmente menor de conceito B e MB. Esta perda de qualidade docente, entretanto, não corresponde à realidade e decorre, em sua essência, do número de docentes enquadrados como NRD6. Observa-se, na quase totalidade, que o corpo docente é bem qualificado e constituído por doutores, que atendem aos objetivos e necessidades dos programas. Observa-se, também, que, de uma maneira geral, as linhas de pesquisa e projetos vinculados são compatíveis com o número de docentes e as especialidades abrangidas, guardando estreitas conexões com as áreas de concentração e com a produção docente e discente. Vale notar que, em relação ao período anterior de avaliação, a maioria dos programas continuaram a apresentar melhorias nas condições de infra-estrutura, no tocante a laboratórios, equipamentos, facilidades de informática e do acervo bibliográfico.

Os dois quesitos de perfil mais preocupante na avaliação 94-95, produção discente e produção docente, também apresentaram um incremento positivo relevante no biênio 96-97. O tempo de titulação do mestrado e do doutorado diminuiu substancialmente no período, tendência esta que se mantém nos últimos anos. Em vários programas, o tempo de titulação do mestrado aproxima-se de 30 meses, enquanto o doutorado é concluído em prazos de 48 a 54 meses. A produção intelectual docente cresceu exponencialmente numa parcela importante dos programas em relação ao período anterior, com um

número expressivo de publicações em periódicos de circulação internacional e nível A. Em alguns programas, os índices de produtividade docente registraram o correspondente a mais de duas publicações/ano/docente em periódicos da maior circulação internacional.

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I

Áreas Básicas: Oceanografia, Oceanografia Biológica; Ciências Biológicas; Biologia Geral; Genética; Botânica; Fisiologia Vegetal; Zoologia

Comissão de Avaliação - Consultores

João Lúcio de Azevedo - USP/ESALQ - SP - (Coordenador); Adriano Brillhante Kury - UFRJ - RJ; Ana Maria Giulietti - UEFS - BA; Cláudio José Barros de Carvalho - UFPR - PR; Israel Roisenberg - UFRGS - RS; Jader Soares Marinho Filho - UnB - DF; Jose Alexandre Felizola Diniz Filho - UFG - GO; José Zanon de Oliveira Passavante - UFPE - PE; Marcos Palatnik - UFRJ - RJ; Maria Helena Pelegrinelli Fungaro - UEL - PR; Maria Lúcia Carneiro Vieira - USP/ESALQ - SP; Mario Katsuragawa - USP - SP; Reinaldo Monteiro - Unesp/RC - SP; Ricardo Ribeiro Rodrigues - USP/ESALQ - SP; Sonia Maria Barreto Pereira - UFRPE - PE

Relatório: Área de Ciências Biológicas I

A área de Ciências Biológicas I, que compreende 5 subáreas a saber: Biologia Geral, Botânica, Genética, Oceanografia Biológica e Zoologia, analisou na avaliação referente aos anos de 1996 e 1997, 51 programas de pós-graduação dos 52 constantes da lista inicial pois um dos cursos foi transferido de área. O comitê de avaliação esteve composto pelos seguintes consultores: Marcos Palatnik (UFRJ), Adriano Brillhante Kury (UFRJ), Cláudio José Barros de Carvalho (UFPR), Ricardo Ribeiro Rodrigues (USP), Mario Katsuragawa (USP), José Zanon de Oliveira Passavante (UFPE), Reinaldo Monteiro (Unesp), Ana Maria Giulietti (UEFS), Sonia Maria Barreto Pereira (UFRPE), Maria Lúcia Carneiro Vieira (USP), José Alexandre Felizola Diniz Filho (UFG), Maria Helena P. Fungaro (UEL), Israel Roisenberg (UFRGS) e Jader Marinho-Filho (UnB). O comitê analisou e depois avaliou os programas no período de 18 a 22 de maio de 1998 e foram atribuídas as notas para cada programa conforme ficha de síntese de avaliação anexa.

A distribuição dos conceitos mostrou praticamente seguir uma curva normal com apenas 1 programa recebendo conceito 6, 11 programas recebendo conceito 5, 22 recebendo conceito 4, 11 com conceito 3 e 6 programas com conceito 2. Cada sub-área apresentou um relatório correspondente à avaliação. Estes relatórios estão apresentados a seguir. Neles, diversas considerações foram feitas bem como sugestões estão sendo apresentadas à CAPES para aprimorar a coleta de dados e, conseqüentemente, otimizar a próxima avaliação.

João Lúcio de Azevedo

Representante da área de Ciências Biológicas I

Relatório das Sub-Áreas

Área de Avaliação = Ciências Biológicas I

Área Básica = Oceanografia Biológica 1.08.01.00.6

Foram analisados quatro cursos da área básica de Oceanografia Biológica. No biênio 1996 e 1997, ocorre a inclusão do programa Biologia Marinha da Universidade Federal Fluminense (UFF), nível mestrado.

Considerando-se que o curso da UFF é um curso novo, a avaliação baseou-se na proposta do programa, corpo docente, atividade de pesquisa, produção intelectual, atividade de formação e corpo discente. No período 1996/1997, este curso apresentou uma evolução, aumentando o número de discente e de disciplinas. Os projetos de pesquisas estão adequados, mas as linhas deveriam se melhor definidas. A produção científica necessita ser melhorada. Devido à boa qualidade do corpo docente espera-se que na próxima avaliação, o curso apresente uma melhora considerável, para a sua consolidação

Com relação aos três outros cursos: Oceanografia Biológica do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IOUSP), Oceanografia Biológica da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) e Oceanografia do Departamento de Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), todos apresentaram atividades satisfatórias no programa de Mestrado. A UFPE iniciou o Doutorado em 1996, estando no momento com 18 alunos matriculados, embora ainda não tenha teses concluídas. A FURG, que iniciou seu Doutorado em 1992, apresentou nesse biênio a sua primeira tese concluída. O IOUSP, com o programa de Doutorado mais antigo, vem desenvolvendo bem suas atividades. Os três cursos apresentaram melhora no fluxo de alunos em relação à última avaliação, mas dois deles (IOUSP e UFPE) poderiam diminuir mais o tempo de titulação.

Observou-se também uma melhora tanto na quantidade da publicação quanto na qualidade dos veículos de publicação, ressalvando-se que a UFPE deve publicar mais em revista de circulação internacional de impacto.

As atividades de pesquisas desenvolvidas por todas as instituições (UFF, FURG, IOUSP e UFPE) são de alta qualidade, sendo que os docentes estão envolvidos em projetos de grande interesse nacional, como o projeto REVIZEE. Apesar das pesquisas na área da oceanografia serem bastante onerosas, as IES têm conseguido recursos financeiros para os seus grandes projetos, permitindo a obtenção de um grande número de amostras tanto da área abiótica, quanto da área biológica marinha, o que assegura o desenvolvimento de dissertações e teses. Porém, deve-se ressaltar que ainda que há carência financeira para outras pesquisas que não são contempladas com estas amostragens, bem como no que diz respeito à manutenção dos alunos por meio de bolsas e também para a publicação dos resultados finais desses resultados.

Apesar dos reduzidos investimentos realizados em pesquisas no Brasil, devido às crises financeiras que o nosso país vem enfrentando, não permitindo maiores investimentos principalmente nas áreas de educação e saúde, os Cursos de Oceanografia conseguiram uma evolução em relação ao biênio anterior (1994/1996), conseguindo assim formar profissionais de alto nível capacitados para atuarem tanto na área de preservação dos recursos marinhos, quanto no conhecimento e dimensionamento de tais recursos ao longo dos 8.500 km da costa brasileira.

A inovação do sistema de avaliação da CAPES, representa, sem dúvida, um avanço que virá facilitar os trabalhos de cada comissão. No entanto, o sistema de coletas de dados e o do *software* (sav.aval) precisam ser aperfeiçoados.

Com relação ao sistema de coletas de dados, a linguagem dos relatórios da CAPES, a serem preenchidos pelas coordenações dos programas de pós-graduação, deve ser idêntica ao do *software* sav.aval.

Deve ser dada para os coordenadores dos programas, uma definição mais clara sobre o tipo e qualidade dos dados que se deseja obter. Parece, por exemplo, que a definição do NRD6 não ficou clara para os coordenadores pois em alguns casos observou-se valores discrepantes do número dessa categoria docente na ficha do programa.

Consultores: Mario Katsuragawa; José Zanon de Oliveira Passavante

Área Básica - Genética 2.02.00.00-5

Foram analisados 13 programas da área básica de Genética. A distribuição dos conceitos foi a seguinte: um programa com conceito 6; dois programas com conceito 5; quatro programas com conceito 4; três com conceito 3 e três com conceito 2.

De uma maneira geral, os níveis dos programas revelam a boa qualificação para a área, enquanto que poucos programas apresentaram problemas significativos em sua evolução.

A inovação do sistema de avaliação da CAPES, por meio da substituição dos conceitos clássicos pelo gradiente numérico, melhorou a distribuição da avaliação dos programas, permitindo uma melhor distinção entre os mesmos.

Algumas adaptações no sistema de coleta de dados e suas análises, poderão facilitar os trabalhos das comissões. Alguns exemplos são apresentados a seguir :

- 1.- Indicar nos itens dos quesitos, as tabelas onde as informações podem ser encontradas.
- 2.- Nas tabelas onde são apresentadas os valores médios (m) e coeficientes de variação (cv) das áreas básicas e de avaliação, incluir também as amplitudes de variação.
- 3.- Informar mais claramente aos coordenadores dos programas, as diferentes definições do NRD.
- 4.- Incluir, a este respeito, a informação clara sobre o regime de trabalho do docente na instituição (20 h, 40 h, dedicação exclusiva).
- 5.- Definir de forma clara, palavras incluídas nas tabelas. Por exemplo, detalhar na tabelas dos docentes a diferenciação de "outros".
- 6.- Incluir nos relatórios elaborados pela coordenação do programa, uma manifestação do corpo docente sobre as disciplinas ministradas no programa.
- 7.- Insistir junto à equipe que elaborou o *software* de avaliação e aos coordenadores dos programas, sobre a importância da referência integral a trabalhos publicados, ou seja, nome dos autores, título do trabalho, nome do periódico, volume, páginas inicial e final, número total de páginas do artigo, resumo ou trabalho completo publicado em anais, ano.
- 8.- Para a próxima avaliação, entregar aos membros da comissão a documentação necessária para a análise, classificada em prioridades (1, 2, 3, ...) e incluir um roteiro simples das tarefas envolvidas na avaliação.

Consultores : Marcos Palatnik; Israel Roisenberg; Maria Helena P. Fungaro

Subárea de Biologia Geral

Síntese de Avaliação

Na subárea de Biologia Geral foram avaliados 6 cursos: Biologia Molecular (UnB), Biologia Celular (Unicamp), Biociências Nucleares (UERJ), Biologia Celular (UEM), Biologia Celular e Molecular (Unesp/RC) e Biologia (UFG).

Os programas da Unicamp e da UERJ receberam conceito "Muito Bom", o que corresponde ao nível 5 da CAPES. Os cursos da UnB e UEM, por diferentes razões, receberam conceito "Bom" (nível 4), sendo que o programa da UnB precisa de uma reavaliação de sua proposta. Os cursos da UFG e Unesp/RC receberam conceito "Regular" (nível 3), porém diferem quanto às suas deficiências. O curso da Unesp/RC necessita rever a sua área de concentração, levando em consideração as modernas tendências da Biologia Celular, não contempladas nas linhas de atuação dos seus docentes em NRD6. Não se trata de incorporar novas metodologias, mas de adequar a área de concentração do curso à formação e atuação de seus docentes. A comissão sugere uma visita da CAPES ao curso da Unesp/RC. No caso da UFG, a visita da CAPES realizada em 1997, e cujo relatório foi considerado na presente avaliação, detectou que existe um processo de reorganização interna que visa adequar a estrutura do curso à sua proposta básica, que é a formação de mestres em Biologia Geral.

A produção científica, em geral, foi elevada, normalmente com mais de 1 artigo/docente do NRD6/ano, embora em alguns cursos (UFG e UERJ) ela esteja concentrada em alguns poucos docentes. Em todos os cursos, existe uma deficiência na co-autoria de artigos, tanto envolvendo docentes do grupo de trabalho (principalmente dentro das linhas de pesquisa, o que pode refletir uma certa artificialidade na sua composição) quanto discentes. A única exceção, no que se refere ao envolvimento discente, está no curso de Biologia Celular da UEM. Nos demais cursos (Unicamp, UnB, UFG e Unesp/RC) esse aspecto melhorou de 1996 a 1997.

Quanto aos tempos de titulação, os valores são ainda muito elevados, considerando as tendências atuais da CAPES. Nesse aspecto, merecem destaque a UERJ e a UnB, que já se adequaram a essas tendências. No caso da UFG, e principalmente da Unesp/RC, os tempos de titulação precisam ser consideravelmente melhorados.

Consultores: *Maria Lúcia Carneiro Vieira; José Alexandre Felizola Diniz Filho*

Área Básica = Zoologia 2.04.00.00.4

Dezesseis programas de pós-graduação apresentaram relatórios para o período 1996-1997 para a área de Zoologia (um deles apenas para 1997). Desse total, três eram programas novos na última avaliação da CAPES, e quatro continham cursos novos de doutorado. Além disso, dois desses, estabelecidos em 1995 e 1996, apresentaram relatórios pela primeira vez.

A parte desses 16 programas, um outro não foi considerado no conjunto porque somente estará sendo estabelecido neste ano de 1998 (UnB - Biologia Animal).

A coleta de dados pela CAPES para esta avaliação foi muito detalhada e permitiu um escrutínio refinado dos indicadores de nível para os programas. Todos

os programas examinados ficaram restritos aos níveis 2 a 5. Houve um total de 4 programas no nível 5, mas nenhum deles foi julgado destacado acima dos outros o suficiente para merecer uma classificação ao nível 6, principalmente em relação às outras áreas da Ciências Biológicas I. Nove programas foram classificados no nível 4, dois no nível 3 e apenas 1 de nível 2.

Além dos conceitos emitidos pela comissão e mensurados pelos aplicativos de avaliação, os programas foram classificados de 1 a 16 de acordo com outros dois parâmetros, respectivamente, número de citações "Muito Bom" e média de trabalhos plenos / docente do NRD 6 / ano.

A média geral de trabalhos plenos / docente do NRD 6 / ano foi 1,71, o valor máximo foi 2,72 e o valor mínimo 0,43.

O novo programa de pós-graduação (mestrado) em Biologia Animal da UnB foi classificado provisoriamente no nível 4, com média de publicações de 1,06 e ainda sem dados relativos a discentes e teses.

Foi constatado que, em relação à evolução do programa de Zoologia, houve uma acentuada mudança da distribuição do percentual dos níveis dos Cursos, desde a última avaliação:

		1994/1995	1996/1997
Nível	A=	54 %	5= 25 %
Nível	B=	13 %	4= 56 %
Nível	C=	9 %	3= 13 %
Curso novo =		31 %	2= 6 %

As tabelas abaixo mostram os dados citados acima e a classificação geral dos cursos de Zoologia avaliados.

Tabela 1. Sinopse dos conceitos atribuídos em cada quesito pela comissão aos 16 programas julgados]. Em ordem decrescente: MB = Muito Bom, Bom, RE = Regular, FR = Fraco e DE = Deficiente.

IES	UF	Programa	An. Global	Docentes	Pesquisa	Formação	Discentes	Teses	Produção
UFPR	PR	C. Biológicas (Entomologia)	MB	MB	MB	MB	MB	MB	MB
UFPR	PR	Zoologia	MB	MB	MB	MB	Bom	MB	MB
INPA	AM	C. Biológicas (Entomologia)	MB	MB	MB	Bom	MB	MB	MB
Unesp/Rc	SP	C. Biológicas (Zoologia)	MB	MB	MB	MB	Bom	Bom	MB
UFPA	PA	Zoologia	MB	MB	MB	MB	RE	MB	MB
UFRGS	RS	Biologia Animal	MB	Bom	MB	Bom	MB	MB	MB
UFPB/J.P.	PB	C. Biológicas (Zoologia)	MB	MB	Bom	MB	MB	MB	Bom
PUC/RS	RS	Biociências (Zoologia)	Bom	Bom	MB	MB	Bom	Bom	Bom
USP	SP	C. Biológicas (Zoologia)	MB	Bom	MB	Bom	Bom	Bom	MB
USP/RP	SP	Entomologia	Bom	RE	Bom	RE	RE	Bom	MB
UFRJ	RJ	C. Biológicas	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	MB

		(Zoologia)							
UFRRJ	RJ	Biologia Animal	Bom	Bom	MB	Bom	RE	Bom	RE
Unesp/Bot	SP	C. Biológicas (Zoologia)	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	MB	Bom
UFPA	PA	C. Biológicas	RE	RE	Bom	RE	Bom	Bom	MB
UFPE	PE	Biologia Animal	RE	Bom	RE	Bom	Bom	Bom	FR
UFJF	MG	C. Biológicas (Zoologia)	FR	DE	RE	RE	RE	RE	RE

Tabela 2. Sinopse dos conceitos atribuídos a cada programa, número de indicações máximas, média de trabalhos plenos/NRD6/ano e colocação no *ranking* nacional.

IES	Programa	Média de Produção	Nº de Indicações MB	Conceito final	Ranking	Ano de Início M/D	Conceito anterior
UFPR	C. Biológicas (Entomologia)	1.76	6	5	1º colocado	69/74	A/A
UFPR	Zoologia	1.73	5	5	2º colocado	75/87	A/A
INPA	C. Biológicas (Entomologia)	1.28	5	5	3º colocado	76/76	A/C
Unesp/RC	C. Biológicas (Zoologia)	2.05	4	5	4º colocado	76/76	A/A
UFPA	Zoologia	2.72	5	4	5º colocado	96/-	-/-
UFRGS	Biologia Animal	1.79	4	4	6º colocado	94/-	CN/-
UFPB/J.P.	C. Biológicas (Zoologia)	1.18	4	4	7º colocado	81/-	B/-
PUC/RS	Biociências (Zoologia)	2.53	2	4	8º colocado	78/92	A/CN
USP	C. Biológicas (Zoologia)	1.33	2	4	9º colocado	70/70	A/A
USP/RP	Entomologia	2.80	1	4	10º colocado	80/93	A/CN
UFRJ	C. Biológicas (Zoologia)	1.92	1	4	11º colocado	72/94	B/CN
UFRRJ	Biologia Animal	1.69	1	4	12º colocado	95	-
Unesp/Bot	C. Biológicas (Zoologia)	1.50	1	4	13º colocado	80/80	A/B
UFPA	C. Biológicas	2.10	1	3	14º colocado	85/91	C/CN
UFPE	Biologia Animal	0.59	0	3	15º colocado	93/-	CN/-
UFJF	C. Biológicas (Zoologia)	0.43	0	2	16º colocado	93/-	CN/-

Consultores: Adriano Brilhante Kury; Claudio José Barros de Carvalho; Jader Soares Marinho Filho

Considerações gerais sobre a avaliação dos programas de pós-graduação - Botânica

Na avaliação dos programas de pós-graduação da área de Botânica foram analisados 13 programas, considerando o biênio 96/97. Destes, três foram classificados com conceito 5, cinco foram classificados com conceito 4, três foram classificados com conceito 3 e dois foram classificados com conceito 2. Os comentários detalhados dessas classificações estão contidas nas fichas de avaliação de cada um dos programas.

Como comentário geral da área de Botânica para o biênio, vale destacar que os programas, com raras exceções, mostraram, em determinados itens analisados, certa estagnação na busca da qualidade, quando comparado com a avaliação do biênio 94/95. As ações que deveriam ser implantadas para a maior qualificação dos programas e que foram recomendadas na avaliação do biênio 94/95, não foram priorizadas e colocadas em prática pela maioria dos programas nesse período, o que resultou na classificação apresentada acima.

Nas últimas avaliações da CAPES, tem sido sempre chamada a atenção de que vários dos programas apresentavam um proposta muito confusa no que se refere às áreas de concentração e linhas de pesquisa, muitas vezes atendendo apenas para a composição docente disponível, posicionamento esse geralmente incoerente com a missão estabelecida pelo programa e com a necessidade de atuação complementar. Dessa forma, tem sido insistentemente sugerido que os programas estabeleçam linhas de pesquisa integradas e coerentes que possam justificar a unidade do programa. O corpo docente principal do programa (NRD) deve ser o direcionador na definição das linhas de pesquisa, as quais devem ser complementadas na composição do corpo docente, por professores e pesquisadores de outras instituições e por professores visitantes ou bolsistas recém-doutores temporariamente contratados na IES.

Muitos dos programas apresentam ainda um corpo docente extremamente numeroso e diversificado nas áreas de concentração e linhas de pesquisa, sendo comum a relação de uma linha de pesquisa para um único docente. Além disso, apenas uma parte exerce as funções básicas de um programa de pós-graduação com regularidade, como orientação, oferecimento de disciplinas e publicações inclusive com participação discente. A realidade atual dos programas de pós-graduação exige a definição de um grupo de docentes em NRD6 uniforme na qualificação e na produção (de dissertações e intelectual), que vai definir o sucesso do programa.

A CAPES, por meio dos documentos "Avaliação dos programas de pós-graduação - base conceitual" e "Reformulação do sistema de Avaliação da Pós-Graduação: O modelo a ser superado na avaliação de 1998", estabeleceu que vários dos indicadores de avaliação deveriam estar sustentados apenas nas atividades do corpo docente principal, que são, na realidade, os responsáveis pela qualificação dos programas. Dessa forma, temos que superar a fase de programas pouco ágeis e com corpo docente muito numeroso e estabelecer um caminho de mudanças que proporcionem maior agilidade desses programas para o cumprimento de seus objetivos, sempre atentando para a qualidade.

Alguns dos indicadores estabelecidos pela CAPES, que certamente mostraram desempenho deficiente na avaliação dos programas da área de Botânica foram os valores baixos de publicação dos corpo docente e discente, considerando periódicos nacionais e internacionais, a baixa qualidade dos veículos de publicação, o tempo excessivo de titulação do corpo discente e o número baixo de dissertações e teses defendidas em relação ao número total de alunos.

Recomendações a CAPES sobre a Avaliação Da Pós-Graduação - 1998 da Área de Botânica das Ciências Biológicas 1

1 - Alteração sobre a classificação de periódicos - arquivo Qualis

Nome do periódico	Classificação atual	Classificação proposta
Acta Amazonica	IA	NA
Albertoa	NB	LA
Acta Soc. Bot. Pol.	IA	NB
Anales Bot. Madrid	NB	NA
Aquatic Botanic	IB	IA
Atas da Sociedade Botânica do Brasil, SecRJ	LB	LC
Publ. Av. Fund. Biodiversitas	NB	LB
Rev. Nord. Biologia	NB	LA
Revista Unimar	NB	LB
Rodriguesia	NA	NB
Scientia Agricola	NB	NC
PAB	NA	NC
Ecossistema	NB	NC
Salusvita	NA	NC
Anales Bot. Madrid	NB	NA
Phyton	IA	IB
Napaea	NB	LB

2- Recomendações referentes aos formulários de avaliação dos programas e outros:

- necessidade de informar corretamente os coordenadores sobre a classificação do NRD;
- informar recursos financeiros de projetos, outros que não bolsas;
- solicitar dos programas especificação sobre disciplinas de monitoria;
- solicitar dos programas listagem da instituição de origem do corpo docente;
- incluir nas opções do programa o item “não se aplica” além de MB, B, R etc;
- fazer correções nos critérios estabelecidos pelas C. Biológicas 1, nos itens de 1 a 4 dos quesitos da ficha de avaliação, já que da forma como está ocorre sobreposição com os itens 5 e 6 em vários quesitos;
- no formulário de cadastro dos docentes informar a ligação contratual do docente com a IES;
- no formulário do cadastro de docentes, incluir dados de pesquisadores e outros participantes;
- informar relação de NRD6 e linhas de pesquisa.

Consultores participantes: Reinaldo Monteiro; Ana Maria Giulietti; Sonia Maria Barreto Pereira; Ricardo Ribeiro Rodrigues.

Área de Avaliação: ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Áreas Básicas: Ecologia

Comissão de Avaliação - Consultores

Odete Rocha - UFSCAR - SP - (Coordenador); Carlos Alberto Rego Monteiro Araújo Lima (ler obs) - INPA – AM; Carlos Augusto Klink - UnB – DF; Francisco de Assis Esteves - UFRJ – RJ; Maria Teresa Monica Raya Rodriguez - UFRGS – RS; Rogério Parentoni Martins - UFMG – MG; Waldir Mantovani - USP - SP

Apreciação final da área de Ecologia

A Comissão de Avaliação da área de Ecologia e Meio Ambiente, constituída pelo representante de área, Dra. Odete Rocha, pelo vice-representante, Dr. Carlos de Araújo Lima; e pelos docentes pesquisadores da área, Dr. Rogério Parentoni, Dra. Maria Tereza Raya, Dr. Francisco de Assis Esteves e Dr. Waldir Mantovani, realizou a avaliação dos cursos de pós-graduação, relativa ao biênio 1996/1997.

Os critérios adotados na avaliação foram resultantes dos critérios gerais estabelecidos pelo GTC da CAPES para a Avaliação/98, os critérios estabelecidos pela grande área das Ciências Biológicas (e previamente acordado entre os representantes das sub-áreas), e critérios específicos, estabelecidos pela Comissão, como sintetizados a seguir:

1) Os pesos finais atribuídos aos quesitos da avaliação geral seguiram à risca aqueles estabelecidos pela área das Ciências Biológicas como um todo e expresso em documento da área, os quais ressaltavam como itens mais importantes o corpo docente, as atividades de formação, e a produção científica quantitativa, mas principalmente qualitativamente.

2) Após discutir uma proposta de pesos para cada componente dos subitens, a qual já havia sido elaborada no mês anterior, durante a simulação da avaliação, e da qual haviam participado 505 dos atuais membros da comissão, a comissão de avaliação homologou os critérios propostos.

3) A análise dos indicadores fornecidos pela CAPES, baseada nos relatórios dos programas, indicou vários itens que estavam comprometidos por informações equivocadas, fornecidas nos relatórios das coordenações. Por exemplo, alguns cursos tinham 0 ou 3 NRD6 para um ano, em programa reconhecidamente com um corpo docente muito mais numeroso, como o caso da UFMG e da UFRJ. Assim, a comissão decidiu obter as informações corretas a partir do banco de dados detalhados disponíveis nos computadores ou nos relatórios, refazendo-se a tabela dos NRD6 e recalculando-se os indicadores a ela vinculados.

4) A produção intelectual do NRD6 foi também revista e reclassificada quando os dados eram relacionados ao NRD6. Para a classificação da produção intelectual foram adotados os seguintes critérios:

- Foram considerados periódicos de classe A os periódicos internacionais indexados pelo ISI com fator de impacto superior a 0,5.

- Foram considerados periódicos de classe A as revistas nacionais indexadas pelo ISI, independentemente do fator de impacto.

- Foram considerados periódicos de classe A, revistas nacionais não indexadas pelo ISI, que tivessem corpo editorial de qualidade reconhecida, que tivessem alto índice de penetração e com o maior número de *abstracts* indexados pelo Biological Abstracts e pelo Med-Line no período de 1991 a 1996.

Para estabelecimento desta última classificação os membros se basearam numa pesquisa realizada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de São Carlos, no resultado de uma consulta feita por meio do Fórum Nacional dos Coordenadores dos Cursos de Ecologia, pelo Dr. Carlos de Araújo Lima, atual Presidente daquele Fórum e consultas individuais dos membros da comissão a docentes e pesquisadores da área. A penetração dos periódicos nacionais foi avaliada por meio do número de bibliotecas nacionais que possuem a assinatura das diferentes revistas. Dessa forma, 7 revistas nacionais foram classificadas como de nível A, 28 de nível B e 69 de nível C, conforme pode ser verificado no arquivo Qualis da área de Ecologia e Meio Ambiente.

A partir dos relatórios individuais de cada programa, tabelas foram geradas para cada subitem e quesito.

Foram atribuídas pontuações ou conceitos a cada curso. Após a aplicação dos pesos homogêneos para a Grande Área Ciências Biológicas, chegou-se à avaliação final, onde os cursos apresentaram o seguinte desempenho:

Curso	Pontuação	Classificação
Unicamp	81	4
UFMT	63	3
USP	79	4
FUFMS	74	3
INPA/ECOL	87	5
INPA/BADPI	79	4
UFSCar	88	5
UFMG	85	5
UnB	91	5
UFBA	49	2
UFRGS	80	4
UEM	85	5
UFRJ	90	5

Para a atribuição dos conceitos foi aplicado o seguinte critério:

>85----- 5
 >76< 85-----4
 >60<76-----3
 >60-----2

Obs. Inicialmente, pensou-se em estabelecer o limite de 90 pontos para a separação entre os cursos de nível 5 e de nível 4; no entanto, a Comissão observou que esta classificação estaria apenas privilegiando cursos relativamente novos, pequenos, que se amoldaram mais rapidamente às novas tendências da Avaliação CAPES, mas que não diferem efetivamente em qualidade de outros cursos de maior porte, mais antigos e de reconhecida qualidade. Por esta razão os indicadores discriminados acima foram propostos, aprovados e adotados pela Comissão de Avaliação da Área.

-Após examinar detalhadamente a produção intelectual, o tempo de titulação e a dedicação do corpo docente, a comissão concordou que nenhum dos programas existentes na área de Ecologia

e Meio Ambiente satisfaziam os critérios estabelecidos pelo CTC, para os níveis de excelência 6 e 7, como descritos a seguir:

-Foram consideradas como exigências para obtenção do nível 6 a produção intelectual por 50% dos NRD6, de no mínimo 3 trabalhos científicos em periódicos de nível A no período da avaliação e um fluxo médio de titulação não superior a 24 meses para mestrado e não superior a 48 meses para doutorado.

-Foram consideradas como exigências para obtenção do nível 7 a produção intelectual por 50% dos NRD6, de no mínimo 4 trabalhos científicos em periódicos de nível A, no período de avaliação e um fluxo médio de titulação não superior a 24 meses para Mestrado e não superior a 48 meses para Doutorado.

Em síntese, a comissão considerou que em maior ou menor grau os cursos necessitam envidar esforços para reduzir o tempo de titulação dos bolsistas e especialmente para ampliar a produção científica em veículo de qualidade, de acordo com padrões internacionais.

Área de avaliação: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II

Áreas básicas: Morfologia; Histologia; Anatomia; Fisiologia; Bioquímica; Biologia Molecular; Biofísica; Farmacologia

Comissão de Avaliação - Consultores

Jorge Almeida Guimarães - UFRGS - RS - (Coordenador); Aldo Angelo Moreira Lima - UFC - CE; Carl Peter von Dietrich - Unifesp - SP; Carlos Alexandre Netto - UFRGS - RS; Conceição Ribeiro da Silva Machado - UFMG - MG; Dalton Valentim Vassallo - UFES - ES; Eduardo Charreau - UFRGS - RS (consultor internacional); Guilherme Suarez Kurtz - UFRJ - RJ; João Batista Calixto - UFSC - SC; Jocélia Grazia - UFRGS - RS; José Antunes Rodrigues - USP - SP; Nelcindo Nascimento Terra - UFSM - RS; Robson Augusto Souza dos Santos - UFMG - MG; Thereza Christina Barja Fidalgo Coelho - UERJ - RJ; Vivaldo Moura Neto - UFRJ - RJ

Preliminares

A área de Ciências Biológicas II é uma das grandes áreas da CAPES, com um total de 46 programas, sendo 35 com doutorado e mestrado e 11 cursos de mestrado. A área tem também característica multidisciplinar, incluindo Anatomia, Biofísica, Biologia Celular, Biologia Molecular, Bioquímica, Fisiologia, Farmacologia, Histologia, Morfologia, Neurociências e Psicobiologia. A grande predominância (76%) dos programas de doutorado e mestrado reflete a maturidade da área. De fato, cerca de 60% dos programas de pós-graduação foram criados nas décadas de 60 e 70 e os que surgiram depois de 1990 são quase todos no nível de doutorado (14 em 16 programas). Constata-se ainda que os principais e os mais maduros programas dessa área foram pioneiros na implantação da pós-graduação no Brasil, existindo vários deles mesmo antes desse período e estão instalados em departamentos e unidades universitárias de prestígio científico internacional, constituídos desde o início do processo de formalização da nossa pós-graduação. Muitos deles compõem o seletivo e consolidado grupo de programas de pós-graduação, de várias áreas, que ao longo de todas as avaliações da CAPES, iniciadas em 1976, receberam sempre os conceitos AA (mestrado e doutorado). Como era de se esperar, tais programas estão na base do

processo de consolidação dos novos programas de doutorado da própria área e na nucleação de muitos programas novos de pós-graduação nas demais áreas da biologia. Face ao grau de desenvolvimento da área, ela conseguiu adquirir um nível de competência que lhe permite publicar os resultados de pesquisa e das teses dos pós-graduandos em periódicos internacionais indexados na base de dados do Institute for Scientific Information (ISI). Outra característica marcante da área é a majoritária predominância de atuação na formação de mestres e doutores no Brasil, reservando para o treinamento no exterior, a eventual complementação da formação de jovens pesquisadores no nível de pós-doutorado.

Dificuldades atuais da área: surgimento de novos programas e desempenho homogêneo da área

Apesar das características gerais acima apontadas, há algum nível de dificuldades para garantir o crescimento da área e um desempenho mais homogêneo dos programas nas subáreas.

Basicamente, há um elevado nível de exigência de desempenho dos programas, compatível com o grau de desenvolvimento da área. Tal prática vem sendo exercitada, seguida e crescentemente, pelas comissões de avaliação da CAPES. Assim, dadas à exigência de elevada produtividade científica de nível predominantemente internacional dos orientadores e dos discentes, agravada nesta avaliação com a introdução de um patamar mínimo da qualidade dos periódicos nacionais (estar indexado no ISI) e dos estrangeiros (índice de impacto 1,0 ou superior), o surgimento de novos programas, não tem acompanhado o que vem ocorrendo em outras áreas, onde se observa elevado índice de surgimento de novos programas a partir de 1990.

Há também um inevitável grau de heterogeneidade entre as suas sub-áreas, até agora mantidas dentro dessa área apesar da reformulação e redistribuição das áreas e sub-áreas ocorrida em 1991 na CAPES. Nesse particular, vale ressaltar a defasagem constatada no desempenho dos programas de pós-graduação em Morfologia para atingir o nível de exigência geral estabelecido para a área. Essa sub-área compreende um total de 11 programas, 6 dos quais nos níveis de mestrado e doutorado. Trata-se, então, de subárea com bom número de programas, sendo, portanto, maior ou de tamanho similar às outras 12 áreas independentes da CAPES. Pelo critério de número de programas, a morfologia mereceria ser tratada como área independente, como ocorre com diversas áreas, algumas até bem menores. Há um pleito antigo dessa subárea neste sentido. Face ao exagerado número de subáreas pequenas que ganharam "status" de área mais recentemente na CAPES, permanece em pauta o pleito dos programas da subárea de morfologia.

Avaliação 1996/1997

As quatro subáreas da grande área de Ciências Biológicas, compreendendo 130 programas, dos quais 91 nos níveis de Mestrado e Doutorado, procurou estabelecer critérios uniformizados de avaliação, deixando, não obstante graus de liberdade para as comissões intra-área, atuarem de maneira mais específica. O nível de entendimento incluiu:

1) A definição, o mais similar possível, dos periódicos a serem classificados no Qualis. As subáreas II e III estabeleceram, conjuntamente, como critérios básicos para tal classificação os seguintes parâmetros:

a) Grupo A: periódicos indexados no ISI, com índice de impacto (1996) igual ou superior a 1,0. Foram também assim classificadas as seis revistas brasileiras indexadas no ISI, independentemente de seus índices de impacto;

b) Grupo B: periódicos indexados no ISI, com índice de impacto entre 0,50 e 0,99 e as revistas brasileiras definidas pelas comissões para esse perfil;

c) Grupo C: periódicos indexados no ISI, com índice de impacto abaixo de 0,50 e as outras revistas brasileiras definidas pelas comissões para esse perfil.

Nota: os resumos de congressos e os periódicos não listados no Citation Index do ISI foram listados na categoria sem classificação.

2) Na presente avaliação, todos os programas na área de Ciências Biológicas II foram inicialmente avaliados com vistas à conceituação de 1 a 5, tendo sido adotados os critérios abaixo indicados:

a) Foi atribuído o conceito 5 aos programas que apresentaram desempenho bom e/ou muito bom, consistentemente, em todos os parâmetros da ficha de avaliação CAPES: qualificação do corpo docente, atividade de pesquisa, atividade de formação, corpo discente, teses e dissertações e produção intelectual. Neste último item, exigiu-se para o conceito 5 a produção de pelo menos dois artigos completos publicados nas revistas classificadas como A por 50% ou um mínimo de dez orientadores do programa no período da avaliação (1996/1997). Este parâmetro, acrescido de outros mais generalizados como baixa dependência de orientadores externos, fluxo regular de mestres e doutores, tempo médio de titulação adequado, etc., foram balanceados para produzir, comparativamente, os outros conceitos inferiores ao conceito 5.

b) Níveis de excelência (conceitos 6 e 7). Os programas que receberam o conceito 5 (cinco) foram re-analisados com vistas a serem candidatos aos conceitos mais altos. Para atribuição dos conceitos 6 e 7 foram aplicados os seguintes outros critérios, sempre de maneira comparativa:

- Nítida, irrefutável e mensurável inserção e desempenho internacional do programa e/ou departamento/unidade sede do programa;

- Produção, no período da avaliação (1996/97), de pelo menos três artigos completos publicados em periódicos internacionais classificados como A no QUALIS (ver acima), por pelo menos 50% dos docentes-orientadores do programa;

- Homogeneidade na distribuição dos orientadores com boa contribuição individual para o desempenho global do programa;

- Regularidade na produção científica individual dos orientadores;

- Expressiva produtividade média dos discentes. Foi considerado desejável um índice médio de pelo menos um trabalho completo por tese defendida;

- Fluxo regular de mestres e doutores, apresentando, ademais, tempo médio de titulação compatível com a duração da bolsa (24 meses para o mestrado e 48 meses para o doutorado), além de um baixo índice de evasão.

- Para o conceito 7, além dos parâmetros acima, foi também considerada relevante a capacidade nucleadora, reconhecida e identificável pela comissão, de outros grupos de pesquisa e programas de pós-graduação gerados a partir do programa em análise.

c) De um modo geral, para a avaliação comparativa levou-se em conta os seguintes indicadores:

- Número de orientadores.
- Número total de publicações internacionais A (IA).
- Identificação individual dos orientadores com publicações IA.
- Média de publicações IA por orientador.
- Número de orientadores com três ou mais publicações IA.
- Número de publicações IA dos discentes.
- Número de dissertações de mestrado.
- Número de teses de doutorado.
- Número total de teses e dissertações.
- Relação tese(dissertação) por publicação IA discente.
- Tempo médio de titulação no mestrado.
- Tempo médio de titulação no doutorado.
- Índice de evasão.

Sugestões à CAPES

Diversas sugestões já foram incluídas no documento "Simulação da Avaliação". Além dessas, a lista abaixo deve ser considerada para permitir aperfeiçoamento do processo de avaliação.

1. Montar formulário-resumo, na forma de tabela simplificada (ver anexo), contendo os indicadores acima listados (item 2C).
2. Listar nominalmente, em forma de tabela, os docentes-pesquisadores que efetivamente participam da pós-graduação: orientando teses no mestrado e no doutorado (indicando o número de orientandos); ministrando disciplinas e desenvolvendo atividades administrativas relativas ao programa. Indicar, igualmente, a vinculação empregatícia (Departamento/Unidade/Instituição) de cada docente, de modo a caracterizar a condição de participante-orientador.
3. Listar as teses/dissertações defendidas, no biênio sob avaliação, bem como as do biênio anterior, indicando o nome do autor e do orientador e os respectivos trabalhos científicos originados de cada tese.
4. Listar à parte, os trabalhos científicos gerados no programa sem a participação dos pós-graduandos.
5. Passar para um anexo aos dados do programa, a listagem de resumos de congressos, bem como a extensiva numerologia das tabelas tipo NRDs e outras que não contribuem para a conceituação objetiva dos programas.

Tabela - Síntese com indicadores a serem utilizados para avaliação da área

Área: Ciências Biológicas II Subárea:

Nome dos programas e instituições – (Unifesp, UFRJ, UFPR, USP, USP/RP, UFMG, UFRGS, UFPE, UFC, Unicamp)

Indicadores	prog 1	prog 2	prog 3	prog 4	prog 5	prog 6	prog 7	prog 8	prog 9	prog 10	prog 11
Nível do programa											
Total docentes											
Docentes externos											

Total orient.												
Orient. externos												
Total public. catal.												
Public. por orient.												
Orient. c/2 ou + public.												
Total public. internac.												
Public. IA/orient.												
Orient. c/3 ou + pub. IA												
Public. IA c/ discentes												
N ^o dissert. mestrado												
N ^o teses doutorado												
Dissert + teses(D+T)												
Relação(D+T)/pub. IA												
Tempo titulação Me												
Tempo titulação Do												
Índice de evasão												
Conceito final												

Área de Avaliação: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III

Áreas básicas: Imunologia; Microbiologia; Micologia; Parasitologia

Comissão de avaliação - Consultores

Giovanni Gazzinelli - Fiocruz - RJ - (Coordenador); Celuta Sales Alviano - UFRJ - RJ; Henrique Leonel Lenzi - Fiocruz - RJ; Jacques Robert Nicoli - UFMG - MG; Luiz Candido de Souza Dias - Unicamp - SP; Mauro Martins Teixeira - UFMG - MG; Valderéz Gambale - USP - SP; Vera Lúcia Garcia Calich - USP - SP; Wilmar Dias da Silva - UENF - RJ

Os critérios estabelecidos para reavaliação, numa segunda etapa, foram introduzidos nos relatórios individuais daqueles programas que obtiveram conceito superior a 5. Os valores numéricos obtidos por meio da aplicação desses critérios foram utilizados na reavaliação dos referidos programas. Os valores finais estão claramente explicitados na justificativa do item "Conceito" da ficha de avaliação de cada programa.

A área de Ciências Biológicas III (Imunologia, Microbiologia e Parasitologia) sugere que na próxima avaliação sejam coletados adicionalmente os seguintes dados:

1. Lista nominal dos professores/pesquisadores que efetivamente participam do programa de pós-graduação: (a) orientando teses; (b) ministrando disciplinas; e (c) desenvolvendo atividade administrativa referente ao programa.
2. Título de teses, orientador(es), estudante e o(s) respectivo(s) trabalho(s) científico(s) gerado(s), inclusive os do biênio anterior.
3. Trabalhos científicos gerados pelos orientadores sem participação do aluno.
4. Exclusão da lista de resumos como desempenho do curso.
5. Preenchimento dos itens abaixo:

- a. Número de orientadores
- b. Número de orientadores com publicação Internacional A (I-A)
- c. Número de publicações I-A
- d. Relação de publicações I-A por orientadores
- e. Número de orientadores com 3 ou mais trabalhos I-A
- f. Número de orientadores com 4 ou mais trabalhos I-A
- g. Número de publicações I-A de discentes
- h. Número de Teses de Mestrado
- i. Número de Teses de Doutorado
- j. Número total de teses
- k. Publicações I-A de discentes por Número total de teses
- l. Publicações I-A de discentes por Número de teses de doutorado
- m. Tempo médio do mestrado (em meses)
- n. Tempo médio do doutorado (em meses)
- o. Índice de evasão

Observação: o programa de Biotecnologia Industrial da Faenquil foi transferido para a área de Engenharia por solicitação dos proponentes.

CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Área de avaliação: CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Áreas básicas: Agronomia; Ciência do Solo; Manejo e Conservação do Solo; Fitossanidade; Fitopatologia; Microbiologia Agrícola; Fitotecnia; Produção e Beneficiamento de Sementes; Melhoramento Vegetal; Agrometeorologia; Extensão Rural; Recursos Florestais e Engenharia Florestal; Manejo Florestal; Engenharia Agrícola; Engenharia de Água e Solo; Irrigação e drenagem

Comissão de Avaliação - Consultores

Liovando Marciano da Costa - UFV - MG - (Coordenador); Antonio Marciano da Silva - UFLA - MG; Armando Bergamin Filho - USP - SP; Benedito Rocha Vital - UFV - MG; Carlos Roberto Padovani - Unesp/BOT - SP; Cosme Damião Cruz - UFV - MG; Décio Barbin - USP - SP; Daison Olzani Silva - UFV - MG; Edgard Alencar - UFLA - MG; Eduardo Charreau - UFRGS - RS; Eleonora Cano Carmona - Unesp/RC - SP; Evaldo Ferreira Vilela - UFV - MG; Francisco José Alves Fernandes Távora - UFC - CE; Gabriel de Araújo Santos - UFRRJ - RJ; Genildo Bandeira Bruno - UFPB/AREIA - PB; Ibanor Anghinomi - UFRGS - RS; Joaquim Anelio de Jesus Almeida - UFSM - RS; Jocélia Grazia - UFRGS - RS; Mauro Carneiro dos Santos - UFRPE - PE; Messias José Bastos de Andrade - UFLA - MG; Miguel Angelo Mutton - Unesp/JAB - SP; Paulo Roberto de Camargo e Castro - USP/ESALQ - SP; Pedro Dantas Fernandes - UFPB/C.G. - PB; Ronaldo Viana Soares - UFPR - PR; Sérgio Hugo Benez - Unesp/BOT - SP; Sergio do Nascimento Kronka - Unesp/JAB - SP; Tuneo Sedyama - UFV - MG; Walter de Paula Lima - USP/ESALQ - SP

A comissão *ad hoc* para avaliação dos programas de pós-graduação em Ciências Agrárias I - CAPES, biênio 1996 - 1997, reunida no período de 01/06/98 a 05/06/98,

em Brasília - DF, por meio dos subsídios fornecidos pelas pró-reitorias de pós-graduação de cada instituição envolvida, analisou os programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES.

Os trabalhos foram conduzidos mediante prévio estabelecimento de critérios orientados pela Diretoria de Avaliação e Acompanhamento do Conselho, com base na síntese das principais decisões do Conselho Técnico-Científico (CTC), referentes à avaliação do referido biênio

Inicialmente, todos os membros das diferentes comissões receberam as deliberações que nortearam os trabalhos, processados em três fases distintas. Na primeira fase, ocorrida no mês de março, a comissão analisou e classificou os veículos de divulgação (Qualis) utilizados pelos programas de pós-graduação em Ciências Agrárias I na publicação de sua produção intelectual, que serviram como um dos parâmetros para conceituação dos referidos programas. Numa segunda fase, foram realizadas reuniões setoriais (Viçosa, Piracicaba, Porto Alegre e Recife) com a finalidade de discutir os critérios de avaliação com os consultores da área. Finalmente, foram realizados os trabalhos de avaliação.

Foram analisados 91 Processos e atribuídos os conceitos que são apresentados anexo (SÍNTESE DE AVALIAÇÃO).

A distribuição dos conceitos seguiu uma curva aproximadamente normal, figura anexa: (DISTRIBUIÇÃO DOS CONCEITOS), refletindo as naturais diferenças entre a qualificação de cada Programa.

Verifica-se, pelos resultados encontrados, que houve melhoria em parte considerável dos programas avaliados, conforme figura anexa (DISTRIBUIÇÃO DA SÍNTESE EVOLUTIVA). Esses resultados demonstram que as recomendações sugeridas pela comissão de avaliação do biênio 1994 - 1995 foram, em sua maioria, acatadas pelas coordenações dos programas resultando, portanto, em uma significativa evolução dos programas avaliados no biênio anterior.

Dentre os programas avaliados com nível 5, foram indicados para o nível 6, os seguintes programas: Fitotecnia (USP/ESALQ); Fitotecnia (UFLA); Irrigação e Drenagem (USP/ESALQ); Engenharia Agrícola (UFV); Ciência Florestal (UFV); Engenharia Florestal (UFPR); Entomologia (USP/ESALQ); Fitopatologia (USP/ESALQ); Fitopatologia (UFV); Solos e Nutrição de Plantas (UFV); Ciência do Solo (UFRGS); Ciência do Solo (UFRRJ); e Solos e Nutrição de Plantas (USP/ESALQ), e para o nível 7, os Programas: Genética e Melhoramento (UFV), Fitotecnia (UFV), e Genética e Melhoramento de Plantas (USP/ESALQ), de acordo com os critérios de excelência da área e as justificativas anexas.

Os consultores da área de Ciências Agrárias I propuseram as seguintes recomendações:

- a) Selecionar os índices realmente necessários para fins da Avaliação;
- b) Reformular a conceituação do Núcleo de Referência Docente, visando homogeneizar a caracterização dos diferentes níveis pelos programas;
- c) Estabelecer comissões para visitar todos os programas níveis 6 e 7, e incluir o relatório de visita/acompanhamento, na memória do programa;

- d) Recomendar uma avaliação intermediária dos programas novos, avaliados no biênio 1996-1997, já que seus níveis, normalmente, são baixos e só seriam avaliados daqui a três anos;
- e) Recomendar às pró-reitorias tornar públicas as fichas de avaliação de seus Programas;
- f) Disponibilizar, se possível, as fichas de avaliação dos programas por meio da *home page* da CAPES.

Área de Avaliação: ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS

Áreas Básicas: Zootecnia; Genética e Melhoramento dos Animais Domésticos; Nutrição e Alimentação Animal; Produção Animal; Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca

Comissão de Avaliação - Consultores

Paulo de Figueiredo Vieira - Unesp/JAB - SP - (Coordenador); Ângela Maria Vieira Batista - UFRPE – PE; Deodoro Atlante Brandão - UFSM – RS; Disney Antonio Gonzalez (aposentado) - Unesp/BOT – SP; Ivanor Nunes do Prado - UEM – PR; José Bento Sterman Ferraz - USP/ESALQ – SP; José Carlos Pereira - UFV - MG

A área contou com 29 cursos de pós-graduação consolidados em 22 programas, para avaliação no biênio 1996/1997.

A nova sistemática implantada pela CAPES para avaliar os programas, se por um lado trouxe algumas dificuldades, decorridas, naturalmente, das novidades, mudanças e metodologias propostas, por outro lado trouxe um avanço para melhoria substancial do sistema. Naturalmente que alguns pontos merecem maior reflexão e ajustes para facilitar a avaliação, simplificar a colheita dos dados e melhorar a eficiência.

A área em si sofreu uma distribuição de conceitos nos níveis de 1 a 6. Dos 22 programas, apenas dois obtiveram o nível 6, seis ficaram no nível 5, cinco no nível 4, seis no nível 3, dois no nível 2 e apenas um no nível 1. Os conceitos recomendados para cada programa são os seguintes:

Instituição	Programa	Ano de Início		Conceito 96/97		Programa 1998
		ME	DO	ME	DO	
UFPA	Ciência Animal	96	-	-	-	1
USP/ESALQ	Ciência Animal e Pastagens	66	97	A	-	5
USP/Pirassun.	Nutrição Animal	78	-	C	-	2
USP/Pirassun.	Zootecnia (Qual.e Prod. Animal)	96	-	-	-	4
UFPB/Areia	Zootecnia	78	-	E	-	3
UFRPE	Produção Animal	81	-	B	-	4
UEM	Zootecnia	93	-	B	-	5
UFC	Zootecnia	77	-	C	-	3
UFLA	Zootecnia	76	95	A	CN	5
UFMG	Zootecnia	69	-	A	-	5
UFPEL	Zootecnia	77	-	B	-	4
UFRGS	Zootecnia	65	87	A	A	5
UFSM	Zootecnia	74	-	B	-	4
UFV	Zootecnia	62	72	A	A	6

UFRRJ	Zootecnia	96	-	-	-	2
Unesp/IS	Zootecnia	97	-	-	-	3
Unesp/JAB	Zootecnia (Melh. Gen. Animal)	85	-	C	-	3
Unesp/BOT	Zootecnia (Nutr. e Prod. Animal)	90	90	A	A	5
Unesp/JAB	Zootecnia (Prod. Animal)	76	84	A	A	6
UFSC	Aquicultura	88	-	B	-	3
Unesp/JAB	Aquicultura	90	90	B	-	4
UFC	Engenharia de Pesca	92	-	C	-	3

Os programas têm passado por dificuldades que podem ser atribuídas ao próprio sistema do ensino brasileiro e/ou àquelas pelas quais passam as nossas universidades.

Os cursos devem prestar informações mais precisas nos relatórios, tendo em vista a importância das mesmas para o processo de avaliação. Muitos dados não apresentam consistência ou deixam de ser informados. Neste ponto, cabem três sugestões desta comissão:

1. mudança da época de apresentação dos relatórios para o fim do mês de março, pois na atual época a maioria do corpo docente e discente encontra-se em férias, dificultando a colheita de informações;

2. promover alterações no programa de computador que colhe as informações e gera os relatórios dos programas, de tal modo que o mesmo seja de uso mais simples, com menor número de "travamentos", mas que proceda uma melhor checagem da consistência dos dados informados. Muitas informações importantes para esta avaliação foram perdidas devido a problemas de entrada dos dados;

3. que as coordenações dos programas sejam instruídas, de maneira clara, por meio de manuais detalhados e reuniões regionais com representantes da CAPES, sobre a importância do fornecimento correto e detalhado das informações.

A comissão julgadora acha por oportuno recomendar uma maior atenção dos programas, mesmo aqueles melhor classificados, para uma redefinição das linhas de pesquisa, projetos de pesquisa, área de concentração, qualificação do corpo docente e oferta de disciplinas diferenciadas para os dois níveis do programa. Em todos os anos deve haver disciplinas oferecidas.

As estruturas dos programas, de um modo geral, melhoraram substancialmente e acreditamos que a tendência seja de crescimento para os próximos anos.

A Comissão Julgadora procurou buscar no perfil de excelência estabelecido para a área, os critérios de avaliação dos quesitos para cada um dos programas.

Como recomendação final, a comissão julgadora sugere que a próxima avaliação seja realizada no espaço de dois anos, tendo em vista a adoção de um novo sistema de avaliação. Não seria justo que os cursos que não obtiveram bons conceitos na presente avaliação, devido a problemas em seus relatórios, permanecessem por um período maior com essa avaliação.

Área de Avaliação: MEDICINA VETERINÁRIA

Áreas Básicas: Medicina Veterinária; Clínica Veterinária; Medicina Veterinária Preventiva; Patologia Animal; Anatomia Patológica Animal

Comissão de Avaliação - Consultores

Carlos Eduardo Larson - USP – SP; Carlos Wilson Gomes Lopes - UFRRJ – RJ; José Ferreira Nunes - UECE – CE; José Luiz Laus - Unesp/JAB – SP; Lúcio Câmara Alves - UFRPE – PE; Rômulo Cerqueira Leite - UFMG – MG; Rodrigo Costa Mattos - UFRGS – RS; Sérgio Carmona de São Clemente - UFF - RJ

A Comissão ad-hoc para avaliação dos cursos de pós-graduação em Medicina Veterinária - CAPES, biênio 1996-1997, reunida no período de 1/06/98 a 5/06/98, em Brasília, DF, procurou, com os subsídios fornecidos pelas coordenadorias e pró-reitorias de pós-graduação de cada instituição envolvida, analisar com absoluta imparcialidade os cursos e programas atualmente reconhecidos pela CAPES.

Os trabalhos foram conduzidos mediante prévio estabelecimento de critérios orientados pela Diretoria de Avaliação e Acompanhamento do Conselho Superior da CAPES, com base na síntese das principais decisões do Conselho Técnico-Científico (CTC) referentes à avaliação da pós-graduação/1998.

Inicialmente, todos os membros das diferentes comissões receberam as deliberações que norteariam os trabalhos, processadas em dois tempos distintos. Em uma primeira reunião, levada a efeito no mês de maio, a comissão analisou e classificou os veículos de divulgação (Qualis) utilizados pelos cursos e programas de pós-graduação em Medicina Veterinária na publicação de sua produção intelectual; porquanto, serviriam como um dos parâmetros para a conceituação futura de tais cursos ou programas. A posteriori, reunida pela segunda vez e obedecendo rigorosamente as determinações, iniciou os trabalhos de avaliação. Foram analisados 27 processos e atribuídos os conceitos que se apresentam anexados a este documento (Quadro 1 - "Síntese de Avaliação").

Cabe ressaltar, que as decisões foram tomadas considerando-se o necessário consenso entre seus membros, para o estabelecimento dos conceitos a serem atribuídos a cada curso ou programa.

Como poderá ser evidenciada, a "Distribuição dos Conceitos", coincidentemente, seguiu uma curva normal (Figura 1), fruto das naturais diferenças entre a qualificação de cada curso ou programa.

Denota-se, pelos resultados encontrados, que a síntese evolutiva foi patente na maioria dos cursos ou programas avaliados (Figura 2 – "Distribuição da Síntese Evolutiva"). Da assertiva, depreende-se que as recomendações sugeridas pela comissão de avaliação anterior a esta (biênio 1994-1995) foram, em sua maioria, acatadas pelas coordenadorias dos cursos ou programas resultando, portanto, em uma significativa melhora nos quesitos avaliados em relação ao biênio anterior.

Finalizando, os cursos ou programas que não foram bem conceituados devem balizar-se nas orientações propostas, no sentido de, em futuro próximo, poder merecer melhor conceituação, ainda porque congregam condições para tal.

JUSTIFICATIVA DO CONCEITO 6 (SEIS)

A avaliação permitiu auferir conceitos que variaram de 1 a 6. As razões que alicerçaram a emissão do nível 6 encontram-se justificadas conforme segue:

1. Propostas dos programas coerentes e consistentes com adequação e abrangência nas áreas de concentração e respectivas linhas de pesquisas;
2. Dimensão do corpo docente, relativamente ao NRD6;
3. Participação docente efetiva no ensino da graduação, com relevante envolvimento na orientação de programas de iniciação científica;

4. Atividades de pesquisa adequadas e consistentes com as áreas de concentração dos programas, como também com as linhas e projetos vinculados ao NRD6;
5. Estrutura curricular adequada e coerente à proposta dos programas e às respectivas áreas de concentração;
6. Corpo discente consistente, com participação efetiva na produção intelectual;
7. Dissertações e teses de boa qualidade e com contribuições significativas para as respectivas áreas de concentração;
8. Produção intelectual excelente, com publicações em periódicos indexados de níveis nacional e internacional e bom desempenho na produção técnica (livros ou capítulos);
9. Infra-estrutura consistente e disponível para execução dos projetos de pesquisa;
10. Intercâmbios com instituições nacionais e internacionais.

Área de Avaliação: CIÊNCIA DE ALIMENTOS

Áreas básicas: Ciência e Tecnologia de Alimentos; Ciência de Alimentos; Tecnologia de Alimentos; Engenharia de Alimentos

Comissão de avaliação - Consultores

Delia Rodriguez Amaya - Unicamp - SP - (Coordenador); Elza Iouko Ida - UEL – PR; Franco Maria Lajolo - USP – SP; Luiz Carlos Trugo - UFRJ – RJ; Maria Beatriz de Abreu Glória - UFMG – MG; Mauri Fortes - UFMG – MG;

I - Elaboração dos relatórios

1. Vários programas não compreenderam o conceito de NRD, inutilizando parcial ou totalmente as tabelas de indicadores elaboradas pela CAPES. Vários classificaram os participantes (docentes de outros programas) como NRD6 do seu respectivo programa.
2. Alguns programas incluíram publicações de docentes de outros programas, sem co-autoria com docentes e discentes do programa, incluindo, inclusive, publicações de outras áreas.
3. De maneira geral, a produção intelectual não foi bem apresentada, com trabalhos faltando páginas, capítulos sem título dos livros, apostilas classificadas como livros, artigos de divulgação classificadas como artigos científicos, eventos internos classificadas como congressos, resumos de congressos e artigos em anais como artigos em revistas com corpo editorial, etc.

II - Desempenho dos programas

1. Um curso foi conceituado como 7 (5,3%), um como 6 (5,3%), quatro como 5 (21,1%), sete como 4 (36,8%) e seis como 3 (31,5%). De um modo geral, quatro abaixaram de conceito e dois aumentaram.
2. Os itens dos quesitos mais problemáticos são: tempo médio de titulação, número de alunos titulados em relação a alunos matriculados e corpo docente (NRD6), quantidade e qualidade dos veículos de publicações.
3. Alguns programas apresentaram total de publicações alto e/ou em periódicos de alto nível, mas estes são concentrados em poucos docentes do NRD6.
4. Em alguns programas observou-se um número elevado de orientandos por NRD6 e uma distribuição não equilibrada entre os NRD6.

5. Em vários programas a co-autoria com discentes nas publicações foi baixa.

III - Recomendações aos programas

1. Elaborar os relatórios com mais cuidado.
2. Não incluir como NRD6 docentes de outros programas.
3. Não incluir na produção intelectual, publicações de docentes de outros programas sem co-autoria com docentes ou discentes do programa.
4. Para alguns programas definir melhor as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisas para serem coerentes com o programa.
5. Diminuir o tempo de titulação (mestrado e doutorado).
6. Aumentar o número de publicações de bom nível.

IV - Recomendações à CAPES

A implantação da nova sistemática de avaliação representa um grande avanço no processo. No entanto, a quantidade de dados foi excessiva, dificultando a avaliação em pouco tempo.

Recomenda-se que:

1. O conceito de NRD deve ser melhor esclarecido para evitar, entre outras coisas, a classificação de um docente como NRD6 em mais de um programa.
2. Retirar o item 2 do quesito V (corpo discente) pois o mesmo não contribui para uma melhor avaliação.
3. Na produção intelectual devem ser retirados artigos de jornais e revistas.
4. A produção técnica deve ser retirada ou enxugada.
5. O programa de ciência da Nutrição da Unicamp deve ser avaliado pela área da Nutrição.

LETRAS, LINGÜÍSTICA E ARTES

Área de Avaliação: LETRAS / LINGÜÍSTICA

Áreas básicas: Linguística; Linguística Aplicada; Letras; Língua Portuguesa; Línguas Estrangeiras Modernas; Teoria Literária; Literatura Brasileira; Outras Literaturas Vernáculas; Literaturas Estrangeiras Modernas; Literatura Comparada

Comissão de avaliação - Consultores

Célia Marques Telles - UFBA – BA; Constância Lima Duarte - UFRN – RN; Diana Luz Pessoa de Barros - USP – SP; José Luiz Fiorin - USP – SP; Laura Cavalcante Padilha - UFF – RJ; Luiz Paulo da Moita Lopes - UFRJ – RJ; Maria da Graça Krieger – UFRGS; Maria Helena Moura Neves - Unesp/ARAR – SP; Maria Lucia de Barros Camargo - UFSC – SC; Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos - USP – SP; Sirio Possenti - Unicamp/Li – SP; Tereza Cristina Cerdeira Silva - UFRJ – RJ; Wander Melo Miranda - UFMG - MG

A. Processo de avaliação

De acordo com deliberação do CTC da CAPES, a avaliação realizada pela comissão da área de Letras e Linguística teve dois momentos básicos: a) análise dos relatórios de cada um dos programas de pós-graduação e atribuição, com base nos critérios de avaliação anexos, dos conceitos de 1,0 a 5,0; b) análise do desempenho dos programas que têm curso de doutorado e que tiveram no primeiro momento conceito 5,0 e atribuição dos conceitos 6,0 e 7,0 aos programas que se enquadraram nos referenciais de excelência de desempenho estabelecidos para esses níveis.

Os membros da comissão examinaram as sínteses e os indicadores de cada programa de pós-graduação, ou seja, os dados dos relatórios Datacapes tratados por programas específicos de computação, bem como os documentos da memória do programa (relatório da avaliação anterior, relatórios de visitas de consultores *ad hoc*, projetos de consolidação e de reestruturação, etc.).

No dia 17 de março de 1998, a comissão de avaliação, sob a presidência do Prof. Dr. José Luiz Fiorin, representante da área de Letras e Linguística junto à CAPES, estudou detidamente as normas do Conselho Superior e do Conselho Técnico-Científico para a avaliação de 1998 e estabeleceu os critérios específicos para a área de Letras e Linguística. No período de 11 a 15 de maio de 1998, preparou os pareceres sobre cada um dos Programas e atribuiu os conceitos, depois de exaustivos debates e análises, confrontando os programas entre si. O conceito do programa é de responsabilidade de toda a comissão de avaliação. Coube ao representante da área a coordenação de todos os trabalhos.

Os resultados da avaliação dos programas de todas as áreas do conhecimento foram submetidos à aprovação do Conselho Técnico-Científico. Essa apreciação pelo CTC visou assegurar coerência e uniformidade à avaliação das diversas áreas, assim como a possibilitar uma visão de conjunto do desempenho da pós-graduação brasileira.

A área de Letras e Linguística conta hoje com 55 programas de pós-graduação, sendo que 35 possuem cursos de mestrado e de doutorado. No final dos anos 80 e na primeira metade dos anos 90, houve um crescimento de programas fora da região Sudeste, o que contribuiu para uma certa descentralização regional das atividades de pós-graduação em Letras e Linguística. Se 61,8% dos cursos de mestrado e 82,8% dos de doutorado concentram-se ainda na região Sudeste, pode-se dizer que hoje quase todas as regiões do país possuem programas de pós-graduação, principalmente com cursos de mestrado, na área de Letras e Linguística. É preciso, ainda, que se afirme com ênfase que, analisados os resultados da última avaliação, os programas melhoraram sensivelmente: reorganizaram suas atividades de pesquisa, incrementaram as atividades de formação e, principalmente, aumentaram a quantidade da produção intelectual. Os cursos estão mais bem organizados e sua infra-estrutura é hoje mais adequada, inclusive em termos de laboratórios e bibliotecas. É chegado, pois, o momento de passar a avaliar, de maneira mais objetiva, a qualidade da produção. O primeiro instrumento a refinar é o "Qualis". Observe-se, por outro lado, que a área apresenta dois fatores preocupantes. O primeiro é a existência de cerca de 500 cursos de graduação em Letras, a maioria deles em instituições privadas e sobretudo em faculdades isoladas. Neles, o corpo docente não tem, em geral, a qualificação mínima exigida para a docência em nível superior. O segundo é a corrida que se inicia para a implantação de pós-graduação em universidades que nunca tiveram qualquer tradição de pesquisa, que contam com um corpo docente constituído de professores horistas e que nunca se preocuparam com a formação de bibliotecas minimamente adequadas sequer para o funcionamento de um curso de graduação. Assim, ao lado de centros de excelência, em seu conjunto, a área apresenta problemas muito graves. A questão da qualidade de seus profissionais da área agravar-se-á, se se afrouxarem os critérios para a recomendação de novos programas de pós-

graduação. Ao mesmo tempo, é preciso que os programas consolidados façam um grande esforço para formar mais pós-graduandos, valendo-se inclusive do mecanismo do Mestrado Interinstitucional, para formar mestres nas regiões em que não há programas de pós-graduação.

B. Avaliação geral dos programas de pós-graduação em Letras e Lingüística

A primeira constatação é que os programas de pós-graduação preencheram muito mal os relatórios: professores que dedicam 120% de seu tempo à pós-graduação, revistas e anais registrados como periódicos, periódicos catalogados como revistas, informações da produção intelectual incompletas, falta de registros de outras atuações acadêmicas, dados de orientandos e de atividades docentes na graduação em branco, projetos de tese e de dissertações de discentes registrados como projetos nas atividades de pesquisa, etc. A lista dos problemas é interminável. De quase nada valeu a carta do representante de área, solicitando que os programas revissem os relatórios até o dia 30 de março de 1998.

A questão do preenchimento dos relatórios não é nova. No entanto, com o tratamento automático dos dados, utilizado nesta avaliação, o problema ficou mais evidente, pois o computador arrola e calcula apenas os registros feitos pelos Programas. O responsável pelo relatório é o coordenador do programa. Não pode ele delegar a funcionários a classificação da produção intelectual, não pode deixar de corrigir detidamente o relatório, etc.

Analisaremos a situação global da área em relação a cada um dos parâmetros de avaliação.

1. Corpo docente

1.1. Dimensão

Embora quase todos os programas tenham, pelo menos, o número mínimo de docentes no NRD6, três problemas trazem preocupações. O primeiro é a grande quantidade de aposentadorias. Ainda que as universidades mantenham os aposentados na pós-graduação, contando com seu concurso nas atividades de formação e de pesquisa, tem-se acentuado a quantidade de aposentados que trabalham em programas de outras instituições, o que faz que o NRD6 de um dos programas em que exercem suas atividades fique desfalcado.

O segundo é a disparidade entre o número de pesquisadores nas diversas áreas de Lingüística e Letras. Na Lingüística, por exemplo, se é adequado o número de pesquisadores em áreas como Teoria e Análise do Discurso e do Texto (onde se poderiam incluir a Lingüística Textual, a Análise do Discurso de linha francesa, a Análise Crítica do Discurso, a Análise da Conversação, a Semiótica, a Teoria da Enunciação e a Teoria da Argumentação) e a Lingüística Aplicada, é pequeno o número de pesquisadores em áreas como a Teoria da Gramática, a Fonologia, a Lingüística Histórica, etc. Em Letras, se é adequado o número de pesquisadores em Literatura Comparada, Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa, etc., é pequeno o número de pesquisadores em áreas como Letras Clássicas. No caso desta última área, é necessário destacar que tem ela apenas dois programas de pós-graduação no Brasil e um deles está em situação muito delicada, correndo o risco de extinguir-se. É preciso, pois, criar um programa de indução, para que determinadas áreas se fortaleçam e outras não pereçam.

O terceiro fato é que há programas em que a relação entre o número de pós-graduandos inscritos e o de orientadores é muito elevada, o que significa que não têm eles

condições, a médio prazo, de assegurar orientação para todos os alunos inscritos. Por outro lado, há programas em que certas áreas de concentração têm um número adequado de docentes, enquanto outras carecem de um número razoável capaz de bem assegurar as atividades de formação dentro da área. É preciso que os programas que apresentam esses problemas, de um lado, diminuam o número de aceitações a cada ano, de outro, estabeleçam uma política de fortalecimento das áreas de concentração mais frágeis ou se reorganizem.

1.2. Qualificação e atuação

O corpo docente dos programas de pós-graduação na área de Letras e Linguística é constituído quase totalmente por doutores. Há um ou dois programas que ainda insistem em manter mestres em seu corpo docente, prática essa que deve ser abandonada. A maioria dos docentes trabalha em regime de tempo integral ou de tempo integral com dedicação exclusiva. No entanto, com o aumento de professores que trabalham em mais de uma instituição, como se mostrou acima, cresce a diferença entre o número total de professores e o número de componentes do NRD6.

Em muitos programas, nota-se a presença de professores do NRD6 que não ministram disciplinas ou não orientam ou não realizam atividades de pesquisa ou não têm produção intelectual. O número de docentes nessa situação aumenta, quando se considera a totalidade do corpo docente. Os programas deveriam manter, em seu corpo docente, apenas aqueles professores que têm um real comprometimento com a pós-graduação, o que implica a realização de atividades de ensino, pesquisa e orientação. É preciso avaliar seriamente o trabalho de cada participante dos programas, afastando aqueles que têm baixa produtividade.

Aumenta o número de docentes com pós-doutoramento. Devem os programas incentivar cada vez mais a especialização e qualificação de seus professores, dentro de um plano para o fortalecimento de áreas de concentração, abertura de novas linhas de pesquisa, etc.

É crescente o intercâmbio com universidades estrangeiras, embora continue tímido o intercâmbio entre universidades do país. É imperativo que a área continue a buscar a exposição à "concorrência" científica internacional, passando a atuar no sentido de ser um pólo cada vez mais reconhecido de produção de conhecimentos. Aumentou o número de professores visitantes do país e do exterior nos programas, embora, muitas vezes, se tenha a impressão de que a presença desses visitantes não decorre de um plano coerente relacionado aos objetivos do programa, mas de iniciativas mais ou menos dispersas de membros do corpo docente.

Vale lembrar que a análise dos dados aponta para o fato de um esvaziamento do corpo docente em alguns programas decorrente das aposentadorias. Os programas precisam, portanto, atentar para a importância da renovação do seu quadro docente. Espera-se que as instituições de ensino superior forneçam as condições para essa desejada renovação, sem a qual muitos programas não terão condições de sobreviver, ou de manter seu grau de excelência.

Alguns programas têm forte tendência à endogenia: formam seus docentes, não mantêm intercâmbio com universidades do país ou do exterior, quase não recebem visitantes, não têm a prática de contar com professores externos à Instituição nas bancas examinadoras, etc. Embora essa seja uma tendência minoritária na área, é preciso abrir cada vez mais os programas ao intercâmbio com outros centros de excelência e à avaliação de membros externos à instituição.

2. Atividades de pesquisa.

Nos últimos anos, a maioria dos programas reestruturou suas atividades de pesquisa. Talvez na maioria deles, as linhas de pesquisa sejam bem definidas e produtivas. O número de linhas e projetos de pesquisa é, em geral, adequado à dimensão e à qualificação do corpo docente. Na maioria dos programas, há efetiva participação do corpo discente de graduação e de pós-graduação nas atividades de investigação. Os projetos refletem a real atividade de pesquisa do corpo docente. No entanto, alguns programas continuam a manter projetos com duração muito grande, o que permite inferir que, quando são produtivos, não são realmente projetos de pesquisa bem delimitados, parecendo mais uma linha de pesquisa, e, quando não são produtivos, têm apenas a função de fazer parecer que o docente tem atividade de investigação. Ademais, alguns docentes apresentam um número tão expressivo de projetos de pesquisa que é difícil acreditar que estejam trabalhando em todos eles. Por outro lado, é preciso que os programas tenham em vista que as atividades de pesquisa devem refletir a investigação realizada por docentes, não sendo pois um catálogo de projetos de teses e dissertações.

Em um ou outro caso, é preciso estabelecer uma vinculação mais nítida entre as atividades de pesquisa e as áreas de concentração do programa. A ausência desse liame acarreta, de um lado, uma falta de identidade ao programa; de outro, o aumento de projetos isolados, o que, de maneira nenhuma, é desejável, porque torna inorgânico o funcionamento do programa.

3. Atividades de formação

Na maior parte dos programas da área, a estrutura curricular revela uma proposta pedagógica clara e coerente. No entanto, alguns programas têm estruturas curriculares muito rígidas, com um número excessivo de disciplinas obrigatórias, reproduzindo na pós-graduação o que de pior tem a estrutura curricular de um curso de graduação. É preciso que, na pós-graduação, a estrutura curricular seja flexível de forma que o aluno possa compor, com uma certa liberdade, seu currículo, em função da necessidade de especializar-se numa dada subárea do conhecimento. Por outro lado, em alguns programas, a oferta de disciplinas é reduzida e, em alguns casos, os componentes do NRD6 têm pouca participação nas atividades didáticas.

Em um pequeno número de programas, aparece uma tendência preocupante, que já foi exposta acima: o número de inscritos é muito superior à capacidade de orientação do programa.

Em um ou outro programa, nota-se uma concentração muito grande de orientandos em poucos orientadores. Em alguns casos, há orientadores com um número excessivo de orientandos e outros que não realizam atividades de orientação (não se trata, evidentemente, de docentes recém-incorporados ao programa que, em virtude de dispositivos referentes ao credenciamento de orientadores, estão realizando apenas atividades docentes e preparando-se para assumir encargos de orientação: são docentes antigos que não orientam ou mantêm um número insignificante de orientandos).

Em alguns programas, ainda há visitantes com permanência de curta duração, encarregando-se de atividades de orientação. Um programa não pode depender de visitantes para essas atividades. É preciso que tenha ele um número adequado de orientadores para funcionar.

Nota-se que alguns programas não têm tido maiores exigências no credenciamento de orientadores. Em alguns casos, recém-doutorados estão orientando até mesmo em nível

de doutorado. Seria desejável que todos os programas instituísem critérios para o envolvimento de recém-doutorados nas atividades de orientação.

4. Corpo discente

Como foi já apontado acima, em alguns casos, a dimensão do corpo discente em relação à dimensão do NRD6 é excessivamente elevada.

Tem crescido significativamente o número de discentes-autores da pós-graduação. Cada vez mais, os discentes participam de eventos científicos com apresentação dos trabalhos e publicam textos em anais, periódicos, jornais e revistas.

Tem crescido significativamente o número de titulados na área. No entanto, é preciso um esforço para, em alguns programas, reduzir a percentagem de desistências e abandonos. É interessante observar que os índices de desistência e abandono têm sido mais significativos naqueles programas em que a dimensão do corpo discente é muito alta em relação à dimensão do NRD6.

5. Teses e dissertações

Nos últimos anos, tem havido, na área de Letras e Linguística, uma genuína preocupação com a questão do tempo médio de titulação. Já se notam resultados. Embora, em algumas instituições, o tempo médio de titulação seja muito alto, o aumento do número de titulados mostra que aqueles que estavam há muito tempo nos programas começam a titular-se e, assim, dentro em breve, o tempo médio de titulação será reduzido. Cabe ainda destacar que a maioria das Instituições diminuiu o tempo máximo de titulação previsto nos regimentos, aproximando-o dos prazos de duração das bolsas concedidas pelas agências financiadoras. Por outro lado, na área não se pensa em titulações muito apressadas. É preciso, também, distinguir, com nitidez, o tempo médio de titulação de bolsistas e não-bolsistas. Nota-se que, surpreendentemente, em algumas instituições, o tempo médio de titulação dos bolsistas é muitíssimo superior ao de não bolsistas.

Esta comissão reitera o entendimento da comissão do biênio anterior de que uma das razões do tempo excessivo para a titulação no mestrado, que é proporcionalmente maior que o tempo para titular-se no doutorado, está no fato de que se pensa ainda o papel desse grau acadêmico como o de uma espécie de pequeno doutorado. É urgente definir a especificidade do mestrado, ou seja, seu papel na formação do professor universitário e do pesquisador. Por outro lado, redimensionado e entendido em seu verdadeiro papel, o mestrado não deve, em hipótese alguma, ser suprimido, pois sua eliminação levaria, na área de Letras e Linguística, a um rebaixamento da qualidade do doutorado.

Na maioria dos programas, existe a tendência de compor as bancas examinadoras com membros do programa e de fora dele. Em alguns, nota-se ainda alguma endogenia, constituindo-se as Bancas apenas com docentes do programa. Em raríssimos casos, formam-se bancas com docentes não-doutores. É desejável que os programas tenham uma política de convidar membros externos ao programa para participar das comissões examinadoras.

6. Produção docente

Pode-se afirmar que, de maneira geral, é boa a produção docente tanto em quantidade quanto em qualidade. Entretanto, no que tange à distribuição entre os membros do corpo docente não se pode afirmar a mesma coisa. Em alguns programas, há professores que

não apresentam produção em nenhum dos indicadores, não têm nem mesmo participado de eventos científicos com apresentação de trabalho. Evidentemente, esses casos são em número muito pequeno. No entanto, se considerarmos apenas o indicador 1, nota-se que um percentual razoável de docentes, em certos programas, não tem produção. Em alguns casos, um número pequeno de docentes altamente produtivos tem garantido as médias de publicação dos programas. É necessário que os programas exijam que todos os docentes tenham um mínimo de publicações. Em determinados casos, nota-se que a veiculação é eminentemente local. É necessário que os docentes submetam seus trabalhos a órgãos de divulgação com circulação nacional e internacional, que apresentem seus textos para publicação em periódicos editados por diferentes universidades e sociedades científicas.

É preciso destacar que os periódicos publicados pelos programas de pós-graduação da área têm, atualmente, na sua quase totalidade, conselhos editoriais constituídos por consultores externos à universidade a que pertence o periódico. Além disso, esses periódicos têm, de um modo geral, aberto suas páginas a pesquisadores externos à instituição.

Houve crescimento do número de trabalhos científicos publicados em periódicos estrangeiros de bom nível. Deve-se destacar, entretanto, que tem havido um aumento significativo de convênios institucionais com universidades estrangeiras e que se tem elevado a participação de docentes da área em importantes eventos científicos internacionais, o que, a curto prazo, certamente, contribuirá para elevar a participação da área em publicações no exterior.

C. Sugestões de políticas a serem adotadas para a área.

Além das diversas sugestões já feitas ao longo das análises do estado da área, indicam-se algumas propostas que deveriam ser implementadas pelas associações nacionais e apresentadas aos órgãos de fomento.

1. Favorecer o intercâmbio institucional dos programas com os congêneres do país e do exterior. É necessário que os contactos dos docentes com pesquisadores do país e do exterior resultem muito mais de um plano orgânico de desenvolvimento dos programas e cada vez menos das iniciativas individuais dos pesquisadores. Em outras palavras, o atendimento a despesas com intercâmbio deve ser cada vez mais institucional e menos de balcão.
2. Incentivar, por meio de programas institucionais, a colaboração com universidades dos países da América Latina e o atendimento às solicitações de colaboração das universidades africanas, incrementando, por exemplo, o programa PEC-PG, o que permitiria formar mais professores de Língua Portuguesa e de Literatura Brasileira para esses países.
3. Estabelecer uma política de indução de bolsas para doutorado pleno no exterior em áreas cujo número de pesquisadores é muito pequeno. Evidentemente, mesmo nas áreas em que o número de pesquisadores é maior, devem ser concedidas bolsas para doutoramento pleno no exterior, para que a atividade de pesquisa se renove.
4. Incentivar a atualização de professores por meio de programas de pós-doutorado.

Área de Avaliação: ARTES / MÚSICA

Áreas básicas: Artes; Música

Comissão de Avaliação - Consultores

Sonia Gomes Pereira - UFRJ - RJ - (Coordenador); Annateresa Fabris (ver obs) - aposentada - USP - SP; Armindo Jorge de Carvalho Bião - UFBA - BA; Helena Jank - Unicamp - SP; João Guilherme Ripper Vianna - UFRJ - RJ; José Maria Neves - UNI-RIO - RJ; Maria Elizabeth Lucas - UFRGS - RS; Maria Helena Ochi Flexor - UFBA - BA; Maria Lúcia de Bastos Kern - PUC/RS - RS

De 11 a 15 de maio de 1998, reuniu-se a Comissão de Avaliação da área de Artes, constituída pelos seguintes professores: Sub-área de Música - Helena Jank (Unicamp), João Guilherme Ripper Vianna (UFRJ), José Maria Neves (UNI-RIO) e Maria Elizabeth Lucas (UFRGS); Sub-área de Artes Visuais - Annateresa Fabris (USP), Maria Helena Ochi Flexor (UFBA) e Maria Lúcia Bastos Kern (PUC-RGS); Sub-área de Artes Cênicas - Armando Sérgio da Silva (USP) e Armindo Jorge de Carvalho Bião (UFBA), sob a coordenação da representante da área Sônia Gomes Pereira (UFRJ).

Do trabalho realizado merecem destaque os seguintes tópicos:

a) a comissão confirmou a tabela de pontuação proposta em março de 1998 e os critérios de avaliação, que transferem os parâmetros do antigo conceito A para o atual conceito 5, tendo aperfeiçoado o perfil de excelência para os níveis 6 e 7;

b) entraram em avaliação 5 cursos específicos de Música (CBM, UFBA., UFRGS, UFRJ e UNI-RIO), 3 cursos específicos de Artes Visuais (UFRJ, UFRGS e UnB), 2 cursos específicos de Artes Cênicas (UNI-RIO e UFBA), 3 cursos mistos, integrados por Música, Artes Visuais e/ou Artes Cênicas (USP, Unicamp e Unesp) e 1 curso multidisciplinar (UFF);

c) para os cursos em avaliação pela primeira vez (Artes - UnB, Artes Cênicas-UFBA e Ciência da Arte-UFF) foram utilizados os mesmos critérios e a mesma ponderação dos cursos mais antigos, ao contrário do que ocorria nas avaliações passadas, quando estes permaneciam na classificação CN (Curso Novo), durante sua fase de implantação, não tendo, portanto, que ser medidos com os mesmos instrumentos e critérios dos cursos já consolidados;

d) conforme decisão do CTC/CAPES, numa primeira instância foram atribuídos conceitos de 1 a 5; numa segunda instância, dentre os cursos de conceito 5 foram verificados os que possuíam indicadores de excelência para configurar nos conceitos 6 e 7.

e) como já havia sido assinalado no documento de área da avaliação anterior, os cursos mistos enfrentam dificuldades por apresentarem, em geral, áreas de concentração ou núcleos de pesquisa muito diferenciados quantitativa e qualitativamente. Assim sendo, a avaliação da docência, da pesquisa e da produção intelectual de algumas áreas de concentração acaba sendo prejudicada, no cômputo geral, por outras áreas de concentração com desempenho menor. Como metodologia específica para a avaliação desses cursos, criou-se uma sub-comissão com um representante de cada sub-área. Esta subcomissão definiu como núcleo docente de referência aqueles docentes que atuaram no biênio em projetos de pesquisa,

ofereceram disciplinas e orientaram alunos na pós-graduação. Uma vez identificado este núcleo de referência, foram agrupados e quantificados os docentes em cada subárea, o que forneceu os pesos ponderados que serviram para a avaliação de cada quesito.

Assim sendo, a comissão recomenda:

1) que os programas que possuem cursos mistos revejam suas prioridades acadêmicas, graças à definição de seus perfis de pesquisa institucional e à demarcação de campos específicos de atuação. Lembra-se que a existência de programas separados não implica isolamento e impermeabilidade entre eles, nem impede a interdisciplinaridade, assim como a convivência como área de concentração em um mesmo programa de áreas de conhecimento próximas, porém distintas não assegura, necessariamente, o pleno entrosamento entre elas. Assim, dois programas paralelos na área de artes (e mesmo em outras áreas) podem ter disciplinas comuns e até linhas de pesquisa compartilhadas;

2) que os programas revejam as informações relativas à produção artística, que devem estar relacionadas com linha e/ou projeto de pesquisa.

A comissão elaborou sugestões para serem encaminhadas a CAPES, a fim de permitir o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação.

Recomendação final:

Que a CAPES, assim como outras agências de apoio à pesquisa, assegurem o fomento, não apenas aos programas de excelência, mas também àqueles de níveis 3, 4 e 5, como forma de contribuir para o pleno desenvolvimento da pós-graduação em Artes no país.

OPINIÃO

O APÓS DA AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM 1998: PARA ONDE DEVEMOS SEGUIR?

Mauricio L. Barreto⁶

Encerra-se mais um ciclo de avaliação da pós-graduação brasileira. É a demonstração evidente da capacidade de um setor, possivelmente único da sociedade brasileira, de periodicamente rever-se e dessa forma revigorar-se. Este ano, o processo caracterizou-se por transformações importantes nos critérios de avaliação. Entre essas transformações destacamos: a) as mudanças dos valores e da amplitude dos conceitos (antes de **E** até **A**, agora de **1** a **7**) e b) os avanços na idéia da “internacionalização” da avaliação, à medida em que os conceitos 6 e 7 deveriam ficar restritos a programas comparáveis com aqueles que ocupem posição de destaque no cenário internacional. Uma outra mudança, menos comentada, porém de não menor importância, foi a definição do Conselho

⁶ Representante da área de Saúde Coletiva e Membro do Conselho Técnico-Científico da CAPES. Professor Adjunto do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Técnico-Científico (CTC) como órgão homologador da avaliação. Nas avaliações anteriores, o processo era iniciado e concluído nas comissões avaliadoras de cada área do conhecimento, enquanto que agora todas as avaliações têm que ser revistas pelo CTC. Esse novo papel do CTC trouxe à tona a questão da comparabilidade dos critérios utilizados nas diversas áreas e, inclusive, obrigou o Conselho a solicitar revisões nos conceitos emitidos por algumas comissões de área, por apresentarem desvios dos padrões gerais previamente estabelecidos.

Se não há dúvida de que essas mudanças significaram avanços importantes, devemos também ter a certeza de que qualquer avaliação deve ser entendida como um processo a ser permanentemente aprimorado. Esta posição não deve ser confundida com preciosismos sem sentido, mas sim ser parte do entendimento de que tornar este processo cada vez mais perfeito é, também, torná-lo cada vez mais confiável para os seus usuários e para a sociedade em geral, justificar o seu financiamento, originário fundamentalmente de recursos do setor público e discutir e propor alternativas sobre o seu papel no desenvolvimento científico, tecnológico, social e cultural do país. Com esta compreensão devemos chamar atenção para dois pontos essenciais: a) as imperfeições ainda existentes e como superá-las; e b) discutir como os seus resultados devem ser utilizados, convertendo-se em elemento impulsionador do desenvolvimento da pós-graduação brasileira.

Entre as questões ainda existentes na avaliação da pós-graduação, duas são essenciais. A primeira diz respeito à comparabilidade entre as diferentes áreas do conhecimento e a segunda está ligada à valoração e mensuração das contribuições dos programas e dos seus pesquisadores no que diz respeito a aspectos relevantes do desenvolvimento social, econômico e cultural do país. Na questão da comparabilidade entre os conceitos das áreas, o papel do CTC, como órgão homologador, se de um lado coibiu excessos nos conceitos emitidos por algumas comissões de área, serviu, principalmente, para mostrar que tais diferenças existem e que precisam ser objeto de estratégias específicas para sua superação. Neste ponto, deve estar claro que o objetivo não é a padronização da avaliação entre áreas de conhecimento tão diversas, mas sim buscar explicitar padrões de qualidade para cada área pois, conquanto se reconheça que as diferentes áreas do conhecimento devam valorizar diferentemente aspectos que são utilizados na avaliação dos programas, é também correto pensar-se que um mesmo conceito deve traduzir-se em um nível de excelência comparável entre as diversas áreas. Nessa discussão não devemos deixar de ter em mente que o julgamento interpares, por indivíduos, muitas vezes membros dos programas que estão sendo avaliados, se é a única forma do julgamento do mérito é, também, uma fonte de expressão de interesses corporativos. Estes, algumas vezes, podem assumir níveis preocupantes, distorcendo por completo o objetivo e os resultados de uma avaliação. Essa tendência só pode ser quebrada pela inclusão, nas comissões de avaliação, de consultores de outras áreas do conhecimento, ou da mesma área, mas de outros países, dificultando-se ou atenuando-se as expressões corporativas no processo avaliativo.

Se não pode existir dúvida sobre a pós-graduação como uma atividade centrada no desenvolvimento do conhecimento científico e para a formação de pesquisadores e profissionais altamente qualificados, dúvidas existem sobre o que seja a atividade científica e, como consequência, sobre a sua mensuração, etapa fundamental em qualquer processo avaliativo. Neste ponto, identificam-se algumas tendências nítidas entre as várias áreas do conhecimento representadas na CAPES. A primeira, e a mais

influyente, representada por algumas áreas básicas, que destacam apenas a publicação em jornais indexados e com circulação internacional, como sinônimo da atividade científica. No outro extremo, áreas com reduzida tradição na produção do conhecimento, minimizam a atividade científica e cultural, ao qualificarem como produção de conhecimento resultados que podem ter o seu valor questionado, mesmo dentro da área considerada. No meio do caminho, um grupo de áreas com forte tradição no desenvolvimento de conhecimentos aplicados e de tecnologias, que, embora não se moldem no típico perfil científico, consideram as atividades científicas como vitais no conjunto de sua atuação. Nessas áreas, parte dos esforços está direcionada para atividades que não produzem exclusivamente publicações. Atividades essas que têm gerado importantes contribuições aos programas de desenvolvimento econômico, social ou cultural do país. A idéia do caráter universal do conhecimento não deve separar-se da idéia de ser o conhecimento também um elemento fundamental na transformação de realidades concretas. Em um mundo que se globaliza, porém mantendo claras desigualdades no acesso aos instrumentos do conhecimento, a adoção, no contexto de um país do terceiro mundo, de apenas a primeira tendência implica em um forte risco de subordinação da sua estrutura de produção do conhecimento. A adoção de uma proposta que associe o desenvolvimento científico fundamental com as suas aplicações parece o mais lógico, tanto na perspectiva de um sistema complexo como a pós-graduação, caracterizado pela grande diversidade entre as suas diversas áreas, como de acordo com as necessidades de desenvolvimento e de enfrentamento dos complexos problemas do país. Porém, contraditoriamente, tal alternativa implica um novo grupo de questões, ainda não superadas, relacionadas ao desenvolvimento de instrumentos de mensuração objetiva de tais atividades.

Como em qualquer outra avaliação, o resultado final serve para diferenciar cada avaliado relativamente aos outros, no tocante ao seu desempenho. É evidente que se espera que um futuro aluno da pós-graduação utilize esses resultados de acordo com os seus interesses imediatos. As agências públicas de fomento, no entanto, não devem fazer uma leitura apenas utilitarista destes mesmos resultados. Pois, se o seu uso pode servir para premiar os “bons” e punir os “maus”, como querem alguns, pode, da mesma maneira, constituir-se em uma importante referência sobre os diferentes graus de consolidação das áreas de conhecimento, bem como da distribuição dos cursos e sua qualidade nas várias regiões do país, base para políticas mais efetivas, compensatórias e sensatas para a pós-graduação e para a ciência e tecnologia, em geral. Somente assim, dar-se-á cumprimento ao que, acredito, todos nós desejamos – que esse imenso e complexo sistema contribua, cada vez mais, para impulsionar o desenvolvimento econômico, social e cultural do país.

INFORMES

MESTRADO PROFISSIONALIZANTE

O Conselho Superior da CAPES, em sessão no dia 10/12/98, estabeleceu que serão considerados como *mestrados profissionalizantes* os cursos que apresentem estrutura curricular adequada à formação profissional, maioria do corpo docente com doutorado, e apresentação de trabalho final nas formas de dissertação, projeto, análise de casos, *performance*, produção artística, e desenvolvimento de instrumentos, equipamentos e protótipos. Admite-se a dedicação parcial de discentes. Cursos de mestrado tradicional podem apresentar propostas solicitando seu enquadramento como profissionalizantes. Os cursos reconhecidos pela CAPES como profissionalizantes estarão sujeitos ao processo de avaliação da pós-graduação empreendido pela Agência, consideradas as diferenças entre estes e os cursos convencionais. A CAPES entende que tais cursos possuem vocação para o autofinanciamento, de modo que esse aspecto deve ser explorado nas iniciativas de convênio para patrocínio das atividades.

A Portaria nº 80, de 16/12/98, transcrita a seguir, regulamenta o assunto.

PORTARIA Nº 80 - DE 16.12.98 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Art. 19, inciso II, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 524, de 19/05/92, e considerando:

- a) a necessidade da formação de profissionais pós-graduados aptos a elaborar novas técnicas e processos, com desempenho diferenciado de egressos dos cursos de mestrado que visem preferencialmente um aprofundamento de conhecimentos ou técnicas de pesquisa científica, tecnológica ou artística;
- b) a relevância do caráter de terminalidade, assumido pelo mestrado que enfatize o aprofundamento da formação científica ou profissional conquistada na graduação, aludido no Parecer nº 977, de 03/12/65, do Conselho Federal de Educação;
- c) a inarredável manutenção de níveis de qualidade condizentes com os padrões da pós-graduação *stricto sensu* e consistentes com a feição peculiar do mestrado dirigido à formação profissional;
- d) a deliberação do Conselho Superior da CAPES, ocorrida na sessão plenária realizada em 14/10/98, **RESOLVE**:

Art. 1º - No acompanhamento e avaliação de cursos de Mestrado dirigidos à formação profissional, a CAPES observará o disposto nesta Portaria e, subsidiariamente, as regras aplicáveis à sua sistemática de avaliação de cursos do mesmo nível.

Art. 2º - Será enquadrado como “Mestrado Profissionalizante” o curso que atenda aos seguintes requisitos e condições:

- a) estrutura curricular clara e consistentemente vinculada a sua especificidade, articulando o ensino com a aplicação profissional, de forma diferenciada e flexível, em termos coerentes com seus objetivos e compatível com um tempo de titulação mínimo de um ano;
- b) quadro docente integrado predominantemente por doutores, com produção intelectual divulgada em veículos reconhecidos e de ampla circulação em sua

área de conhecimento, podendo uma parcela desse quadro ser constituída de profissionais de qualificação e experiência inquestionáveis em campo pertinente ao da proposta do curso;

c) condições de trabalho e carga horária docentes compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial;

d) exigência de apresentação de trabalho final que demonstre domínio do objeto de estudo, (sob a forma de dissertação, projeto, análise de casos, *performance*, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos, entre outras, de acordo com a natureza da área e os fins do curso) e capacidade de expressar-se lucidamente sobre ele.

Art. 3º - As instituições cujo funcionamento de cursos de pós-graduação *stricto* ou *lato sensu*, ou a realização de pesquisa e prestação de serviços em campo de conhecimento afim, revelem claramente qualificação científica, tecnológica e/ou artística presumem-se qualificadas também para a oferta de mestrado profissionalizante.

Art. 4º - Os mestrados profissionalizantes serão avaliados periodicamente pela CAPES considerando-se o estabelecido por esta portaria e utilizando critérios pertinentes às peculiaridades dos cursos que ela disciplina.

§ 1º. O acompanhamento e avaliação de programas que ofereçam cursos de mestrado profissional serão efetuados regularmente dentro do que é previsto pelo sistema de avaliação da pós-graduação patrocinado pela CAPES, em conjunto com todos os demais programas;

§ 2º. Nos procedimentos a que se refere este artigo a produção técnico-profissional decorrente de atividades de pesquisa, extensão e serviços prestados deverá ser especialmente valorizada.

Art. 5º.- Os programas de mestrado avaliados de acordo com os padrões tradicionais poderão solicitar o enquadramento como “Mestrado Profissionalizante” mediante demonstração de que suas respectivas propostas e orientação estejam voltados para esta modalidade de formação profissional, ou aprovação, pela CAPES, da reformulação de seus projetos.

Art. 6º.- Os cursos da modalidade tratada nesta portaria possuem vocação para o autofinanciamento. Este aspecto deve ser explorado para iniciativas de convênios com vistas ao patrocínio de suas atividades.

Art. 7º.- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria CAPES nº 47, de 17/10/95.

PROGRAMA DE APOIO À INTEGRAÇÃO GRADUAÇÃO/PÓS-GRADUAÇÃO (PROIN) Edital 01/98 -RESULTADOS

A CAPES divulgou, em 06/10/98, a lista de propostas aprovadas no âmbito do Edital 01/98 do Programa de Apoio à Integração Graduação/Pós-Graduação (Proin). Foi concedido apoio a 64 projetos, totalizando recursos de mais de 4,8 milhões de reais, distribuídos de acordo com a tabela abaixo. Os pagamentos começaram a ser efetuados em 04/12/98.

Área do Conhecimento	Número de Projetos	Recursos
Ciências Exatas e da Terra	19	R\$ 1.370.968,00

Ciências Biológicas	6	R\$ 596.172,00
Engenharias	9	R\$ 888.570,00
Ciências da Saúde	7	R\$ 531.318,00
Multidisciplinar	1	R\$ 106.937,00
Ciências Agrárias	5	R\$ 362.001,00
Ciências Sociais Aplicadas	6	R\$ 399.558,00
Ciências Humanas	7	R\$ 376.796,00
Letras, Linguística e Artes	4	R\$ 187.018,00
Totais	64	R\$ 4.819.338,00

SUBPROGRAMA MESTRADO INTERINSTITUCIONAL

Chamada 03/98 – RESULTADOS PARCIAIS

A CAPES tornou públicos os resultados parciais da Chamada 03/98 do subprograma Mestrado Interinstitucional. Foram apresentadas 53 propostas, das quais 16 foram aprovadas, 31 estão em reformulação e 6 foram indeferidas. A implantação dos projetos depende da efetivação das condições propostas e da obtenção do número mínimo de matrículas, de modo que as datas para o início dos cursos variam caso a caso.

XLV REUNIÃO DO CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO – 14/10/98

Homologação dos recursos de revisão da avaliação

Foram avaliados 1.293 programas de pós-graduação, dos quais 379 entraram com recurso, solicitando a revisão da nota. Após a análise dos recursos, 60 programas tiveram suas notas alteradas pelas comissões de avaliação, a saber:

Programa	IES	Nota
1. Bioquímica e Imunologia	UFMG	5 para 6
2. Fisiologia	USP/RP	5 para 6
3. Engenharia Nuclear	UFRJ	5 para 6
4. Engenharia Química	UFSCar	5 para 6
5. Tecnologia Nuclear	USP	5 para 6
6. Engenharia Mecânica	UFSC	5 para 6
7. Geologia	UnB	5 para 6
8. História da Artes	UFRJ	4 para 5
9. Música	UFBA	4 para 5
10. Música Brasileira	Uni-Rio	4 para 5
11. Fisiologia Geral	USP	4 para 5
12. Educação	USP	4 para 5
13. Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos	UFRJ	4 para 5
14. Engenharia de Produção	USP	4 para 5
15. Pesquisa Operacional e Gerência de Produção	UFRJ	4 para 5
16. Matemática	USP	4 para 5
17. Matemática Aplicada	USP	4 para 5
18. Administração	UFPE	3 para 4
19. Artes	Unicamp	3 para 4
20. Artes (Teatro, Cinema e Artes Plásticas)	USP	3 para 4

21. Computação Aplicada	INPE	3 para 4
22. Genética e Bioquímica	UFU	3 para 4
23. Bioquímica	UFC	3 para 4
24. Morfologia	Unifesp	3 para 4
25. Educação	Unesp/Marília	3 para 4
26. Engenharia Química	UFU	3 para 4
27. Engenharia Mecânica	UFRGS	3 para 4
28. Lógica e Filosofia da Ciência	Unicamp	3 para 4
29. Geologia e Geofísica Marinha	UFF	3 para 4
30. Medicina Veterinária	UFV	3 para 4
31. Saúde da Mulher e da Criança	Fiocruz	3 para 4
32. Biologia de Fungos	UFPE	2 para 4
33. Arquitetura	UFMG	2 para 3
34. Física	UFMS	2 para 3
35. Ciência da Computação	UnB	2 para 3
36. Biologia Botânica	UFBA	2 para 3
37. Biotecnologia Vegetal	UFRJ	2 para 3
38. Botânica	UnB	2 para 3
39. Genética	Unesp/SJRP	2 para 3
40. Zoologia	UFJF	2 para 3
41. Genética	UFPR	2 para 3
42. Genética	UFPB/João Pessoa	2 para 3
43. Morfologia	UERJ	2 para 3
44. Microbiologia	UERJ	2 para 3
45. Educação	UFSM	2 para 3
46. Educação	UFPB/JP	2 para 3
47. Educação nas Ciências	UNIJUÍ	2 para 3
48. Engenharia Civil	UFSM	2 para 3
49. Engenharia de Transportes	IME	2 para 3
50. Métodos Numéricos em Engenharia	UFPR	2 para 3
51. Filosofia	UFPE	2 para 3
52. Filosofia	UFSM	2 para 3
53. Filosofia	UGF	2 para 3
54. Matemática	Unijuí	2 para 3
55. Gastroenterologia Clínica	USP	2 para 3
56. Dermatologia	USP	2 para 3
57. Pneumologia	Unifesp	2 para 3
58. Nefrologia	UFRJ	2 para 3
59. Oncologia	Hospital A. C. Camargo – FAP	1 para 4
60. Ciência da Arte	UFF	2 para 3
61. Gerontologia	Unicamp	2 para 3
62. Integração Latino-Americana	UFSM	2 para 3
63. Sexologia	UGF	2 para 3
64. Saúde Coletiva	UFMS	2 para 3
65. Filosofia	UFJF	1 para 2

Os conselheiros fizeram o relato e apresentaram as justificativas das mudanças de notas ocorridas em suas respectivas grandes áreas. Por decisão da maioria dos conselheiros presentes à reunião, foram homologadas todas as alterações de notas, exceto aquelas que conduziram à nota 6. Esses casos foram submetidos a uma comissão formada pelos conselheiros para examinar as fichas dos programas que obtiveram elevação de nota

para 6. Após o relato da comissão, o CTC homologou as notas 6 dos programas de Bioquímica e Imunologia da UFMG, Fisiologia da USP/RP e Geologia da UnB. O CTC não homologou as notas 6 atribuídas aos programas de Engenharia Nuclear da UFRJ, Tecnologia Nuclear da USP, Engenharia Química da UFSCar e Engenharia Mecânica da UFSC, por considerar que eles não atendem aos critérios mínimos estabelecidos pelas respectivas áreas para a obtenção dessa nota. O Conselho delegou à Presidência da CAPES o tratamento do assunto com os representantes das áreas em que se incluem os quatro programas com alteração de nota não homologada.

Renúncia da representante da área de Educação

Em razão das críticas feitas pela Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) à atuação da comissão de avaliação da área de Educação, a Profª Mirian Jorge Warde renunciou à condição de representante da referida área na CAPES. Segundo a renunciante, houve um descompasso entre os procedimentos adotados pela comissão de avaliação e a representação dos cursos, que não estavam suficientemente informados e adequadamente preparados para as mudanças introduzidas no processo de avaliação. A Anped sugeriu que os cursos fossem reavaliados dentro de um ano, procedimento com o qual a direção da CAPES não concordou. A CAPES deverá fazer nova consulta aos programas de pós-graduação em Educação para a indicação de um novo representante de área, em substituição à Profª Mirian Warde.

Regulamentação do mestrado não-acadêmico

Foi distribuída aos conselheiros a minuta da portaria que regulamenta o mestrado não-acadêmico, já aprovada, em reunião, pelo Conselho Superior.

XLVI REUNIÃO DO CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO – 16/12/98

Análise das propostas de novos cursos de pós-graduação stricto sensu :

CURSO PROPOSTO	NÍVEL	DECISÃO DO CTC	NOTA
1. Administração (UFRGS)	Mestrado (profissionalizante)	Recomendado	5
2. Administração de Empresas (FGV/SP)	Mestrado (profissionalizante)	Recomendado	5
3. Agronomia (UFSC)	Doutorado	Recomendado	5
4. Ciência da Computação (UFRGS)	Mestrado (profissionalizante)	Recomendado	5
5. Ciências da Comunicação (USP)	Mestrado/Doutorado (diligência)	Recomendado	5
6. Fisiopatologia Experimental (USP)	Mestrado/Doutorado	Recomendado	5
7. Agronomia/Ciência do Solo (Unesp – Jab)	Mestrado/Doutorado (diligência)	Mestrado recomendado Doutorado não recomendado	4 -
8. Agronomia/Entomologia (UFLA)	Doutorado	Recomendado	4
9. Antropologia (UFSC)	Doutorado	Recomendado	4
10. Artes Visuais (UFMG)	Mestrado	Recomendado	4
11. Artes Visuais (UFRGS)	Doutorado	Recomendado	4

12. Ciência Ambiental (USP)	Mestrado	Recomendado	4
13. Ciência da Informação (UFMG)	Doutorado	Recomendado	4
14. Ciências (Biologia Comparada) (USP – RP)	Mestrado/Doutorado	Recomendado	4
15. Ciências Fisiológicas (UFSCAR)	Doutorado	Recomendado	4
16. Cirurgia (UFPE)	Doutorado	Recomendado	4
17. Enfermagem em Saúde Pública (USP - RP)	Doutorado (reconsideração)	Recomendado	4
18. Engenharia (UFRGS)	Mestrado (profissionalizante)	Recomendado	4
19. Engenharia de Energia (EFEI)	Mestrado	Recomendado	4
20. Engenharia de Produção (UFRGS)	Doutorado	Recomendado	4
21. Engenharia de Produção (UFSCAR)	Doutorado	Recomendado	4
22. Engenharia Química (UFRN)	Doutorado	Recomendado	4
23. Estudos Linguísticos (Unesp – SJRP)	Mestrado	Recomendado	4
24. Farmacologia (Unicamp)	Doutorado	Recomendado	4
25. Fitossanidade (UFPEL)	Mestrado/Doutorado	Mestrado recomendado Doutorado não recomendado	4 -
26. Geografia (UFSC)	Doutorado	Recomendado	4
27. Gestão Empresarial (FGV/RJ)	Mestrado (profissionalizante)	Recomendado	4
28. História (UFMT)	Mestrado	Recomendado	4
29. Psicologia Social (USP)	Doutorado	Recomendado	4
30. Química Orgânica (UFF)	Doutorado	Recomendado	4
31. Sociologia Política (UFSC)	Doutorado	Recomendado	4
32. Administração de Empresas (Unifor)	Mestrado	Recomendado	3
33. Agricultura Tropical e Subtropical (IAC)	Mestrado	Recomendado	3
34. Agronomia (Produção e Tecnologia de Sementes (Unesp – JAB)	Doutorado (diligência)	Recomendado	3
35. Agronomia (Produção Vegetal) (UFAL)	Mestrado	Recomendado	3
36. Antropologia Social (UFPR)	Mestrado	Recomendado	3
37. Biociências e Biotecnologia (UENF)	Doutorado	Recomendado	3
38. Biologia Vegetal (UFSC)	Mestrado	Recomendado	3
39. Ciência Ambiental (UFF)	Mestrado	Recomendado	3
40. Ciências da Comunicação (Unisinos)	Doutorado	Recomendado	3
41. Ciências do Mar(USU)	Mestrado	Recomendado	3
42. Comunicação e Letras (Univ. Mackenzie)	Mestrado	Recomendado	3
43. Direito (UERJ)	Doutorado (reconsideração)	Recomendado	3
44. Direito (UFPR)	Doutorado (reconsideração)	Recomendado	3
45. Direito (UNISC)	Mestrado (reconsideração)	Recomendado	3
46. Distúrbios da Comunicação (UTP)	Mestrado (reconsideração)	Recomendado	3
47. Distúrbios do Desenvolvimento (Univ. Mackenzie)	Mestrado	Recomendado	3
48. Economia (UEM)	Mestrado (recurso)	Recomendado	3
49. Enfermagem (UERJ)	Mestrado	Recomendado	3

50. Engenharia Civil (UFSC)	Doutorado	Recomendado	3
51. Engenharia de Produção (UFRN)	Mestrado	Recomendado	3
52. Engenharia de Produção (UNIP)	Mestrado	Recomendado	3
53. Engenharia Elétrica (UFSM)	Doutorado	Recomendado	3
54. Engenharia Mecânica (PUC-PR)	Mestrado	Recomendado	3
55. Engenharia Mecânica (UFPB-JP)	Doutorado	Recomendado	3
56. Farmácia (UFSC)	Mestrado	Recomendado	3
57. Filosofia (Unesp – Marília)	Mestrado	Recomendado	3
58. Física (UA)	Mestrado	Recomendado	3
59. Física (UFJF)	Mestrado	Recomendado	3
60. Física da Matéria Condensada (UFAL)	Doutorado	Recomendado	3
61. Geografia (UFPR)	Mestrado	Recomendado	3
62. História (UERJ)	Mestrado	Recomendado	3
63. Língua Portuguesa (PUC-SP)	Doutorado	Recomendado	3
64. Linguística Aplicada (UEM)	Mestrado	Recomendado	3
65. Meteorologia (UFAL)	Mestrado (recurso)	Recomendado	3
66. Psicanálise (UERJ)	Mestrado	Recomendado	3
67. Psicologia (UFF)	Mestrado	Recomendado	3
68. Química (UFG)	Mestrado	Recomendado	3
69. Sistemas de Computação (UFRN)	Mestrado	Recomendado	3
70. Tecnologia Educacional nas Ciências da Saúde (UFRJ)	Mestrado	Recomendado	3
71. Urbanismo (PUCCAMP)	Mestrado (recurso)	Recomendado	3
72. Zootecnia (UEM)	Doutorado	Recomendado	3
73. Administração (UEM)	Mestrado	Não recomendado	-
74. Administração de Empresas (Fac. Capital)	Mestrado (reconsideração)	Não recomendado	-
75. Administração Empresarial (ISES)	Mestrado (reconsideração)	Não recomendado	-
76. Agroecologia (UEMA)	Mestrado	Não recomendado	-
77. Antropologia (UFF)	Doutorado	Devolvido à comissão	-
78. Aqüicultura (UFSC)	Doutorado	Não recomendado	-
79. Botânica (UFRJ)	Doutorado (recurso)	Não recomendado	-
80. Ciência da Computação (UFSC)	Doutorado	Não recomendado	-
81. Ciência da Computação (UFSCAR)	Doutorado	Não recomendado	-
82. Ciência da Computação (Univap)	Mestrado	Não recomendado	-
83. Ciência do Desporto (UERJ)	Mestrado (diligência)	Não recomendado	-
84. Ciências Ambientais (Uniderp)	Mestrado	Não recomendado	-
85. Ciências Biológicas (Univap)	Mestrado	Não recomendado	-
86. Ciências Contábeis (Unisinos)	Mestrado	Não recomendado	-
87. Ciências Farmacêuticas (UFRN)	Mestrado	Não recomendado	-
88. Ciências Sociais (UERJ)	Mestrado (profissionalizante) /Doutorado	Devolvido à comissão	-
89. Cirurgia (UFBA)	Mestrado/Doutorado	Não recomendado	-
90. Clínica Médica (UFF)	Mestrado	Não recomendado	-
91. Clínica Odontológica (USF)	Mestrado	Devolvido à comissão	-
92. Comércio Internacional (FCG)	Mestrado	Não recomendado	-
93. Comunicação e Informação (UFPE)	Mestrado	Não recomendado	-

94. Controladoria e Contabilidade (Fac. Álvares Penteado)	Mestrado (reconsideração)	Não recomendado	-
95. Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente (Unicamp)	Mestrado	Posto em diligência, com recomendação de visita	-
96. Desenvolvimento Humano (UFPB)	Mestrado (reconsideração)	Posto em diligência, com recomendação de visita	-
97. Desenvolvimento Urbano (UFPE)	Doutorado	Devolvido à comissão	-
98. Ecologia e Conservação de Recursos Naturais (UFU)	Mestrado/Doutorado	Devolvido à comissão	-
99. Economia do Agronegócio (Unoeste)	Mestrado	Não recomendado	-
100. Economia Social e do Trabalho (Unicamp)	Mestrado	Posto em diligência, com recomendação de visita	-
101. Economia (Unesp-ARAR)	Mestrado/Doutorado	Não recomendado	-
102. Educação (UFMA)	Mestrado	Diligência com visita	-
103. Educação Física (UFPR)	Mestrado	Não recomendado	-
104. Engenharia Ambiental (FURB)	Mestrado	Não recomendado	-
105. Engenharia Elétrica (UnB)	Mestrado (profissionalizante)	Não recomendado	-
106. Filosofia (UECE)	Mestrado	Não recomendado	-
107. Filosofia (UERJ)	Doutorado	Devolvido à comissão	-
108. História (UFES)	Mestrado	Não recomendado	-
109. História (Unisinos)	Doutorado	Devolvido à comissão	-
110. História da Ciência (PUC-SP)	Mestrado	Não recomendado	-
111. História Econômica (Unicamp)	Mestrado	Posto em diligência, com recomendação de visita	-
112. História Social da Linguagem (UFOP)	Mestrado	Não recomendado	-
113. História Sócio-Cultural (Unioeste)	Mestrado	Não recomendado	-
114. Informática (IPT)	Mestrado (profissionalizante)	Não recomendado	-
115. Lasers em Odontologia (IPEN)	Mestrado (profissionalizante)	Devolvido à comissão	-
116. Letras (UA)	Mestrado	Não recomendado	-
117. Medicina (Ortopedia e Traumatologia) (UFRJ)	Doutorado	Não recomendado	-
118. Medicina Veterinária (UNIP)	Mestrado	Não recomendado	-
119. Microbiologia (UERJ)	Mestrado (recurso)	Posto em diligência	-
120. Morfologia (UERJ)	Doutorado	Posto em diligência	-
121. Morfologia (UFPE)	Mestrado (reconsideração)	Não recomendado	-
122. Natureza e Cultura na Amazônia (UA)	Mestrado	Posto em diligência, com recomendação de visita	-
123. Neurologia e Neurociências (Unicamp)	Mestrado/Doutorado	Não recomendado	-
124. Nutrição (UFOP)	Mestrado	Não recomendado	-

125.	Odontologia (Bipatologia Bucal) (Unesp- SJRP)	Mestrado/Doutorado	Não recomendado	-
126.	Odontologia (Clínica Odontológica) (UFF)	Mestrado	Não recomendado	-
127.	Odontologia (Endodontia) (UMESP)	Mestrado	Não recomendado	-
128.	Odontologia (Periodontia) (UFF)	Mestrado	Não recomendado	-
129.	Odontologia (Prótese e Cirurgia Buco-maxilo-facial) (UFPE)	Mestrado (recurso com visita)	Devolvido à comissão	-
130.	Odontologia (UERJ)	Doutorado	Devolvido à comissão	-
131.	Odontologia (ULBRA)	Mestrado	Posto em diligência, com recomendação de visita	-
132.	Odontologia (Unaerp)	Mestrado	Suspenso pela IES	-
133.	Planejamento Urbano e Regional (Univap)	Mestrado (recurso)	Não recomendado	-
134.	Química (UFPA)	Doutorado	Devolvido à comissão	-
135.	Química (UFPEL)	Mestrado	Não recomendado	-
136.	Radiologia Buco-maxilo-facial (UFG)	Mestrado (profissionalizante)	Não recomendado	-
137.	Saúde Coletiva (UFPI)	Mestrado	Não recomendado	-
138.	Saúde Materno-Infantil (UFC)	Mestrado	Não recomendado	-
139.	Serviço Social (UERJ)	Mestrado	Devolvido à comissão	-
140.	Serviço Social (UFPE)	Doutorado	Devolvido à comissão	-
141.	Serviço Social (Unesp-Franca)	Doutorado	Não recomendado	-
142.	Sociologia e Direito (UFF)	Mestrado	Posto em diligência	-
143.	Técnica Operatória e Cirurgia Experimental (EBMSP)	Mestrado	Não recomendado	-
144.	Turismo e Hotelaria (UNIVALI)	Mestrado	Devolvido à comissão	-

XVII REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR – 14/10/98

Programas regionais e a política de formação de recursos humanos para o ensino superior

A CAPES mantém, atualmente, três programas regionais de apoio à pesquisa e à pós-graduação: o Projeto Norte, o Projeto Sul e o Projeto Nordeste. O Projeto Norte é o mais antigo, atuando nas áreas definidas como prioritárias pela Corpam, apoiando cursos de pós-graduação *lato sensu*. Conta com a participação de três agências de fomento: Finep, CNPq e CAPES, sede da secretaria executiva do Projeto. A Finep, no entanto, não tem participado de forma efetiva no programa, ao contrário da CAPES e do CNPq. As iniciativas mais recentes, no que tange aos projetos regionais, dizem respeito aos projetos Nordeste (incluindo o Estado do Espírito Santo) e Sul. No final de 96, recursos da ordem de R\$ 6,5 milhões foram repassados para as FAPs (Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa), de acordo com critérios de distribuição baseados na dimensão da

pós-graduação em cada Unidade da Federação envolvida, exigindo-se contrapartida dos Estados. Essa contrapartida financeira se efetivou integralmente em todos os Estados das regiões compreendidas pelos projetos, sendo parcial apenas em Pernambuco, o que demonstra que os programas regionais têm obtido sucesso, tanto na alocação de recursos, como no compromisso das FAPs na discussão do desenvolvimento da pós-graduação, com a introdução desse importante componente na formulação da política regional. As decisões relativas aos projetos regionais passaram a ser tomadas de forma paritária, com participações da CAPES, das FAPs ou secretaria correspondente e das instituições de ensino do Estado. As ações implementadas pelos projetos regionais variaram bastante. No Nordeste, o apoio predominante foi aos grupos emergentes, potencialmente geradores de programas de pós-graduação. Nos Estados em que houve contrapartida efetiva, observou-se grande articulação no nível estadual, mas a tendência nos Estados em que há um sistema estadual relevante foi privilegiar o atendimento das demandas das instituições do sistema estadual. Na região Sul, o Fórum de Pró-Reitores e a coordenação regional implementaram o mecanismo do mestrado interinstitucional, privilegiando a qualificação dos quadros docentes. Em Santa Catarina, novas tecnologias foram utilizadas e iniciou-se, com o acompanhamento da CAPES, o doutorado interinstitucional, em caráter experimental e com formato similar ao do mestrado, utilizando o ensino a distância. Nos outros Estados, tem-se, majoritariamente, o mestrado interinstitucional. Para a continuação desses projetos, a CAPES vem negociando com as FAPs uma contrapartida das instituições particulares da ordem de 50% do investimento necessário para implementação dos projetos. A partir das reuniões de acompanhamento, implementadas em 1997, a CAPES pode repensar o programa e o objetivo a ser atingido com os projetos regionais, cuja tendência será adotar o modelo a ser seguido pelo projeto Centro-Oeste, com ações mais induzidas, obedecendo às especificidades de cada Estado, principalmente naqueles cuja pós-graduação é incipiente. É óbvia a necessidade de ações regionais especiais quando se analisa a distribuição de recursos para as regiões. Em 1995, na área de programas, a região Norte ficou com R\$ 8,5 milhões; a região Nordeste, R\$ 40 milhões; a região Sul, R\$ 54 milhões; a região Sudeste, R\$ 201 milhões; e a região Centro-Oeste, quase R\$16 milhões. Em 1996, os recursos do Norte passaram para R\$19 milhões (com a aceleração do Projeto Norte) e, em 1997, para R\$16 milhões. Um outro ponto a ser considerado, quanto aos projetos regionais, diz respeito à sua operacionalização. A intenção da CAPES é discutir a indução, minimizando-se o atendimento de balcão. O presidente do CNPq, José Galízia Tundisi, argumentou que os orçamentos das agências de fomento não são suficientes para promover o desenvolvimento regional. A idéia básica para o desenvolvimento regional é a captação de recursos adicionais e o desenvolvimento de um projeto conjunto, com a possibilidade de um empréstimo, nos moldes do PADCT. As ações deveriam se concentrar em três pontos: trabalhar efetivamente a pesquisa com as FAPs, definir prioridades regionais e consolidar laboratórios e centros de excelência como centros de irradiação e de estabelecimento de redes regionais. Para Stefan Bogdan Salej, representante do setor produtivo no Conselho Superior, as agências financiadoras de desenvolvimento regional estão fora de projetos de pesquisa e desenvolvimento, significando que o desenvolvimento regional não tem como base a universidade ou o desenvolvimento tecnológico e científico. Essa discussão aponta para a necessidade de rever os objetivos de impacto regional diferenciado para os programas regionais das diferentes agências, passando pela revisão geral do fomento, dos mecanismos gerais de financiamento, que têm sido altamente concentradores.

Proposta de regulamentação complementar para mestrados profissionalizantes

Foi aprovada a proposta de atualização da regulamentação dos mestrados profissionalizantes, ou mestrados temáticos, uma vez que a regulamentação anterior data de 1995.

IV PNPG

Ficou estabelecido que, após discussão do documento preliminar do IV PNPG com o Ministro da Educação em reunião do Conselho Superior e com as sugestões dadas pelos conselheiros, a diretoria da CAPES redigiria o documento final, que voltaria a ser discutido pelo Ministro com o Conselho. Questões abordadas no documento terão que ser mais discutidas: a idéia de que o sistema todo tem que ser financiado; a viabilização da mobilidade dos estudantes dentro do sistema; a implantação de outras modalidades de mestrado; a relação graduação/pós-graduação. Foi solicitado a todos o encaminhamento de sugestões até a data de 30 de outubro.

CAPES RESPONDE

1 – Estou interessada em fazer um curso de mestrado na área de odontologia. Soube que poderia obter informações sobre a classificação dos programas na home-page da CAPES, onde estão os resultados da avaliação da pós-graduação de 1998. Contudo, lá não havia referência a alguns cursos de mestrado que conheço e aos quais estava considerando submeter-me à seleção, uma vez que se localizam em cidades próximas à minha, de modo que não teria que me mudar para a capital. Por que esses cursos não constam da relação apresentada na home-page da CAPES?

Esclarecemos que os resultados da avaliação da pós-graduação de 1998 se referem somente aos programas já implantados e que participaram do processo avaliativo, encaminhando os formulários e dados necessários ao mesmo, ou que tiveram sua implantação e funcionamento recomendados pelo Conselho Técnico-Científico (CTC) até 28/08/98. Programas que, por algum motivo, não apresentaram tais informações, ou não participaram da avaliação, ou não tiveram sua implantação recomendada, não constam da relação existente no *site* da Agência. É importante notar que tais programas, bem como aqueles que foram avaliados como 1 e 2, não são reconhecidos pelo Ministério da Educação, de forma que seus diplomas não possuem validade nacional. Além da *home-page* da CAPES, o INFOCAPES publica, na seção Informes, as principais deliberações do CTC e do Conselho Superior (CS) desta agência, onde serão encontradas notícias sobre a implantação de novos programas e informações posteriores ao período da avaliação da pós-graduação.

2 – Fui aprovado no concurso vestibular de uma universidade particular. Como não disponho de muitos recursos, gostaria de saber se há possibilidade de obter uma bolsa de estudos da CAPES.

As bolsas de estudo custeadas pela CAPES contemplam majoritariamente alunos de cursos de pós-graduação e são concedidas no âmbito de programas institucionais mantidos por esta Agência em convênio com instituições de ensino superior no País. A CAPES possui, contudo, modalidades institucionais de bolsas para alunos de graduação, concedidas mediante uma seleção de estudantes interessados e que atendam a

determinados requisitos estabelecidos pelos programas seguintes: Programa Especial de Treinamento (PET), Programa de Apoio à Integração Graduação/Pós-Graduação (Proin) e Programa de Graduação-Sanduiche no Exterior, onde o aluno de áreas tecnológicas selecionado tem a possibilidade de realizar estágio de um ano na Alemanha, Estados Unidos ou França. O interessado deve ter claro que essas bolsas não são concedidas diretamente pela CAPES ao discente e nem se destinam a apoiar os estudos de alunos financeiramente carentes. Para obter as informações sobre a viabilidade de sua candidatura à bolsa, o aluno deve dirigir-se à Pró-Reitoria de Pós-Graduação ou à Pró-Reitoria de Graduação da universidade em que realiza o seu curso, e consultar a *home-page* da CAPES, no endereço <http://www.capes.gov.br>, para maiores detalhes sobre os objetivos e o funcionamento dos programas aqui citados.